

ORGANIZAÇÃO:



# SEGURANÇA TRÁFICO E MILÍCIAS

no Rio de Janeiro



ORGANIZAÇÃO:



Apoio: Fundação Heinrich Böll

---

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S459  
Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro /  
organização, Justiça Global.  
- Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2008.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-

1. Segurança pública - Rio de Janeiro (Estado).  
2. Rio de Janeiro (Estado) - Milícias.  
3. Tráfico de drogas - Rio de Janeiro (Estado).  
I. Justiça Global (Organização).  
II. Fundação Heinrich Böll.

08-3477  
CDD: 363.2  
CDU: 351.75



Segurança, tráfico e  
milícias no Rio de Janeiro

# APRESENTAÇÃO

**Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro** é uma publicação organizada por Justiça Global, com o apoio da Fundação Heinrich Böll, e que conta com a contribuição de organizações da sociedade civil e acadêmicos. O livro pretende contribuir com algumas reflexões atuais sobre o modelo de política de segurança que vem sendo adotado no estado e traz inovadoras análises sobre a crescente atuação de grupos criminosos.

A publicação apresenta um estudo exploratório sobre as milícias e cinco artigos que trazem para o primeiro plano, através de diversas perspectivas de análise, questões cruciais para o debate atual da segurança pública no Rio de Janeiro. São analisados o processo de mudança na economia política do crime, as disputas de território entre o tráfico de drogas e os seus modos de coerção, a expansão das milícias e do seu braço político no Estado, a intensificação da violência de Estado e um acentuado processo de privatização da segurança pública.

No primeiro artigo, *Discursos e Práticas na Construção de Uma Política de Segurança: o caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007 – 2008)*, a Justiça Global discute a construção de uma política de segurança pública pautada no “enfrentamento”, que contribuiu para o aumento das violações de direitos humanos e das execuções sumárias cometidas pela polícia, como demonstrou o relatório preliminar da visita ao Brasil do Relator da ONU para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, Philip Alston. O artigo analisa algumas manifestações públicas do governador Sergio Cabral e do secretário de segurança José Mariano Beltrame e evidencia as estratégias para efetivar “ações de guerra” que foram responsáveis pelo aumento significativo dos chamados “autos de resistência”<sup>1</sup>.



1. Termo utilizado para registrar casos de civis mortos durante suposta resistência à prisão seguida de confronto. Procedimento inicialmente regulamentado durante a ditadura militar pela Ordem de Serviço n.º 803, de 02/10/1969 e publicado no Boletim de Serviço do dia 21/11/1969.

Jailson de Souza e Silva, Fernando Lannes e Raquel Willadino, do Observatório de Favelas, no texto *Grupos Criminosos Armados com Domínio de Território: reflexões sobre a territorialidade do crime na região metropolitana do Rio de Janeiro*, trabalham com o conceito de “domínio de território” para analisar as práticas realizadas pelo tráfico de drogas e pelas milícias; mapeia a influência desses grupos em diversas comunidades do Rio de Janeiro e apresenta propostas de políticas públicas de segurança.

*Capitalismo dependente e direitos humanos: uma relação incompatível*, do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Roberto Leher, amplia o debate ao relacionar as atuais políticas de segurança para a América Latina com o processo histórico de formação dos Estados nacionais no continente. De acordo com o autor, o modelo de controle social – exemplificado no “Plano Colômbia” – encontrou seguidores no Rio de Janeiro e tem resultado em violações de direitos humanos vinculadas à criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

Avaliando o surgimento dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense nas décadas de 1970-80, José Cláudio Alves Souza, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, problematiza o fenômeno das milícias na cidade do Rio de Janeiro no artigo *Milícias: Mudanças na Economia Política do crime no Rio de Janeiro*. Para o autor, as milícias e os grupos de extermínio são evidências de que membros do aparato policial reconfiguram uma nova relação com o crime. Deixam de ser apenas mediadores na economia política do crime para estabelecer seu próprio controle militarizado das áreas pobres da cidade, o que possibilita o avanço de certas atividades criminosas e funciona de maneira complementar à prática de execuções sumárias adotada por sua política de segurança. As redes

do crime são analisadas no emaranhado que abrange a mão-de-obra barata para o tráfico de drogas, os grupos econômicos e políticos envolvidos, e, claro, o Estado.

No artigo *Associações de Moradores de Favelas e seus Dirigentes: o discurso e a ação como reverso do medo*, Itamar Silva, coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE) e Lia de Matos Rocha, doutoranda do IUPERJ, apresentam e discutem as percepções de lideranças de movimentos sociais - principalmente lideranças ligadas às associações de moradores de favelas - diante de suas possibilidades de ação no contexto político atual no Rio de Janeiro, da tensa relação com o tráfico de drogas e dos limites da representação política nas favelas cariocas.

Por fim, a pesquisa *Seis por Meia Dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “Milícias” no Rio de Janeiro*, de autoria do professor Ignácio Cano, do Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ) com colaboração da Justiça Global, realiza uma minuciosa reflexão do fenômeno das milícias na cidade do Rio de Janeiro. Com base em um farto levantamento de dados - notícias da imprensa, informações do serviço de “disque-denúncia” e entrevistas com pessoas que moram em comunidades dominadas por milícias - a pesquisa evidencia o modus operandi desses grupos armados, a sua extensão no poder político local e a sua abrangência territorial na cidade.

A manutenção do controle exercido pelo tráfico e, agora a rápida expansão das milícias, em áreas pobres da cidade, aliadas ao aumento do número de execuções praticadas por agentes do Estado são provas contundentes da falência deste modelo de segurança adotado pelo Estado do Rio de Janeiro, que se baseia exclusivamente em uma “política de enfrentamento”, com uma clara opção por medidas repressivas e pela difusão da violência estatal.

CAPITALISMO DEPENDENTE  
E DIREITOS HUMANOS: UMA  
RELAÇÃO INCOMPATÍVEL

Roberto Leher

25

33

MILÍCIAS: MUDANÇAS NA  
ECONOMIA POLÍTICA DO CRIME  
NO RIO DE JANEIRO

José Cláudio Souza Alves

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE FAVELAS  
E SEUS DIRIGENTES: O DISCURSO E A AÇÃO  
COMO REVERSOS DO MEDO

Itamar Silva e Lia de Mattos Rocha

37

48

SEIS POR MEIA DÚZIA?: UM ESTUDO  
EXPLORATÓRIO DO FENÔMENO DAS  
CHAMADAS 'MILÍCIAS' NO RIO DE JANEIRO

Ignacio Cano e Carolina Ioot

# ÍNDICE

DISCURSOS E PRÁTICAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA  
POLÍTICA DE SEGURANÇA: O CASO DO GOVERNO  
SÉRGIO CABRAL FILHO (2007-2008)  
Camilla Ribeiro, Rafael Dias e Sandra Carvalho

6



16

GRUPOS CRIMINOSOS ARMADOS  
COM DOMÍNIO DE TERRITÓRIO  
REFLEXÕES SOBRE A  
TERRITORIALIDADE DO CRIME  
NA REGIÃO METROPOLITANA  
DO RIO DE JANEIRO

Jailson de Souza e Silva,  
Fernando Lannes Fernandes,  
Raquel Willadino Braga



# DISCURSOS E PRÁTICAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA:

## O caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008)

Camilla Ribeiro, Rafael Dias e Sandra Carvalho<sup>1</sup>

### I. INTRODUÇÃO

O presente texto refere-se aos discursos e práticas que, desde o processo eleitoral, o então candidato Sérgio Cabral Filho apresentou publicamente em relação à política de segurança pública. Assim, serão analisadas declarações e ações na área de segurança pública nos dois primeiros anos do governo Sérgio Cabral.

Os discursos dos agentes públicos (governador, secretário de segurança, comandantes da polícia militar, etc.) constituíram uma estratégia prático-discursiva para legitimar uma política de segurança baseada, segundo suas palavras, na “política do enfrentamento ou confronto” que tem como efeitos concretos: a disseminação das “mega-operações” em comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro e o aumento significativo dos autos de resistência<sup>2</sup> durante o ano de 2007. Mais do que uma política de confronto, a proposta de segurança pública posta em prática pelo governo Sérgio Cabral Filho evidencia a ocorrência de ações de extermínio por parte do Estado, sem a devida investigação pública desses fatos.

Utilizaremos como indicador da análise: a realização de “mega-operações” policiais em favelas da cidade do Rio de Janeiro e

o concomitante aumento dos autos de resistência<sup>3</sup> no período demarcado (2006-2008).

Para entender a política de segurança do atual governo precisamos fazer uma breve contextualização histórica das políticas de segurança hegemônicas no estado do Rio de Janeiro, durante a década de 1990 e na primeira década deste século.

### II. BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA NO RIO DE JANEIRO

A construção da política de segurança militarizada, nas décadas de 1980-1990, baseia-se no discurso de combate ao “tráfico de drogas” na cidade do Rio de Janeiro e tem como efeito números crescentes de civis mortos.

Segundo Cecília Coimbra (2000) a concepção hegemônica de segurança pública nas décadas de 80 e 90 é influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional que durante a ditadura militar enraizou-se no cotidiano e estava voltada contra os opositores políticos do regime autoritário. Atualmente, com a utilização de outras estratégias o “inimigo interno” passa a ser as parcelas mais miseráveis da população.

1. Camilla Ribeiro é Coordenadora de Projetos da Justiça Global; Rafael Dias é pesquisador da Justiça Global; Sandra Carvalho é Diretora Executiva da Justiça Global.

2. Termo utilizado para registrar casos de civis mortos durante suposto confronto com a polícia e resistência à prisão. 3. No ano de 2007 o número total de autos de resistência no Estado do Rio de Janeiro foi de 1330 casos.



Coimbra (2001, p.18) analisa com acuidade os discursos produzidos pela mídia e agentes de Estado e que conduziram à Operação Rio<sup>4</sup>. O uso da Doutrina de Segurança Nacional contra “inimigos internos” torna possível a crescente criminalização dos pobres, negros e moradores de favelas entendidos como as “classes perigosas”.

A militarização da segurança pública no estado do Rio de Janeiro ativa no discurso higienista e racista do século XIX e no projeto urbanístico da cidade<sup>5</sup> no começo do século XX (*Belle Époque*) visava, sobretudo, controlar a população pobre. A pobreza, era identificada como vetor de doenças e degenerados.

Esse tipo de pensamento higienista, que é recorrente na nossa sociedade, foi expresso recentemente por Marcus Jardim, Comandante do 1º Comando de Policiamento de Área (CPA) do Rio de Janeiro, ao afirmar que: “A PM é o melhor inseticida social”<sup>6</sup>, no dia 15/04/08 em referência a ação da polícia militar na favela de Vila Cruzeiro, onde foram mortas nove pessoas e feridas seis, tendo como justificativa o combate ao tráfico de drogas. Agindo dessa maneira, os representantes da política de segurança do estado do Rio de Janeiro visam naturalizar suas práticas, comparando seres humanos a insetos que podem ser mortos sem que ocorra qualquer investigação sobre os fatos.

A partir de 1980, em nome do combate ao tráfico de drogas, diferentes governos passam a implementar uma política de segurança cada vez mais repressiva e com rígido controle das populações pobres, em especial os negros.

Em relação às políticas neoliberais, que avançam desde 1980, o sociólogo Loïc Wacquant (2001, p.7) afirma que as políticas de penalidades buscam remediar com o aumento do Estado policial e penitenciário a diminuição do Estado econômico e social, conhecido também como Estado providência ou de bem-estar social, que começa a ser desmontado nesse período. Com isso, as políticas repressivas de Estado investem sobre a população pobre, que atualmente não serve mais como exército de reserva para o capitalismo contemporâneo. Configura-se na atualidade um tratamento penal da miséria que é levado adiante por políticas de segurança que estimulam a letalidade,

a “demonização” de um segmento da população e a concomitante militarização de suas práticas.

*E isso não é uma simples coincidência: é justamente porque as elites do Estado, tendo se convertido à ideologia do mercado total vinda dos Estados Únicos, diminuem suas prerrogativas na frente econômica e social que é preciso aumentar e reforçar suas missões em matéria de “segurança”, subitamente relegada à mera dimensão criminal. No entanto, e sobretudo, a penalidade neoliberal ainda é mais sedutora e mais funesta quando aplicada em países atingidos por fortes desigualdades de condições e oportunidades de vida e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer o choque causado pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século. (WACQUANT, 2001, p.7).*

O aumento do Estado punitivo é onde se insere a atual política de segurança do Rio de Janeiro, que por meio das “megaoperações” policiais e com os autos de resistência vem transformando as ações de segurança pública em atos de extermínio e exposição permanente à morte da população pobre e negra. Loïc Wacquant, a respeito da intervenção das forças da ordem e os seus efeitos nas classes populares, afirma que:

*[...] a insegurança criminal no Brasil tem a particularidade de não ser atenuada, mas nitidamente agravada pela intervenção das forças da ordem. O uso rotineiro da força letal pela polícia militar (...) as execuções sumárias e os “desaparecimentos” inexplicáveis geram um clima de terror entre as classes populares. (WACQUANT, 2001, p.9).*

Diante desse contexto, podemos entender o avanço de políticas de segurança autoritárias, enquanto estratégias de controle da vida dos pobres, em sociedades desiguais e hierarquizadas como é o caso do Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, essas políticas repressivas com a grife “tolerância zero”,

4. Ocupação militar realizada por Forças Armadas, polícia militar e civil de áreas consideradas perigosas que seriam as fontes da violência e do tráfico de drogas no Rio de Janeiro (1994-1995). 5. A remoção do Cortiço Cabeça de Porco, em 1893, no centro do Rio de Janeiro é um exemplo do tratamento dispensado aos pobres pelo Estado. 6. O Comandante da PM Marcus Jardim fez uma analogia da atuação dos “traficantes” com a epidemia da dengue em 2008 no Rio de Janeiro, sendo a polícia militar a forma de combater os “traficantes-insetos”.

importada dos EUA com escala na Colômbia<sup>7</sup>, são colocadas em prática. Com isso, chega-se a níveis dramáticos, especialmente para os pobres e negros, de mortes de civis e uso extremo da força policial.

### III. O EXTERMÍNIO COMO PRÁTICA DA POLÍTICA DE SEGURANÇA NO RIO DE JANEIRO.

A violência está tão enraizada no cotidiano do carioca, que é caracterizada por alguns segmentos da sociedade, meios de comunicação e por autoridades públicas como “guerra”, derivada de um “poder paralelo”, impositor do terror e da desordem. No entanto, nesta “guerra”, a identificação do inimigo obedece a critérios geográficos, sociais e raciais, que impõe às camadas mais miseráveis da população a triste generalização entre pobreza, raça e crime.

Podemos ver a escalada do poder punitivo do Estado no Rio de Janeiro e como ela serve a lógica do “enfrentamento da criminalidade” e especialmente no combate ao tráfico de drogas e aos “narcotraficantes”.

Sob o manto do “flagelo das drogas”, têm-se empreendido em larga escala a criminalização das populações excluídas que habitam as favelas, identificadas como principal foco do tráfico de drogas e difusoras da violência. Dessa forma, o combate ao tráfico de drogas, da maneira como tem sido empreendido, serve como pretexto e justificativa para ações violadoras aos direitos humanos, com o fito de limpeza social.

Discutindo as estratégias de criminalização da pobreza, o historiador Renato Prata Biar, afirma que:

*“A estratégia não foi de criminalizar o pobre pura e simplesmente, mas de associar o local onde ele habita ao terror imposto por um novo e moderníssimo grupo de selvagens, assassinos cruéis e sanguinários: os traficantes de drogas. A figura do traficante nessas localidades é o que permite que se exerça essa política de invasão e de extermínio, mesmo quando se sabe que ali funciona apenas uma parte do tráfico.”*<sup>8</sup>

Para a juíza Maria Lúcia Karam (2003, p.78), o controle do sistema penal sobre a política de drogas no Brasil permite uma ação militarizada na segurança pública e o aumento de pessoas submetidas à prisão. No entanto, essa política está longe de promover segurança à população, assim como, enfrentar de forma ampliada o problema do tráfico de drogas na nossa sociedade para além do comércio varejista localizado nas favelas.

Sobre essa questão, a socióloga Vera Malaguti Batista (2003) revela que a juventude, pobre e negra é o perfil predominante das pessoas que são presas ou passam por medidas sócio-educativas em relação aos ilícitos relacionados a drogas. A seletividade do sistema penal (polícia, judiciário) permite que a população pobre, negra e jovem seja alvo do controle repressivo do Estado. Ainda mais, com ações de extermínio, esses são os “chacinados” por tal lógica.

A concepção de segurança pública baseada na “guerra contra o crime”, no confronto armado e na criminalização da pobreza tem sido constante ao longo de diversos governos no Rio de Janeiro.

No ano de 1995, durante o governo Marcelo Alencar, o então Secretário de Segurança Pública, General Newton Cerqueira, implantou a “premiação faroeste”<sup>9</sup> (1995-1997) - gratificação dada a Policiais Militares que praticassem atos considerados de bravura pelo comando da corporação. Na maioria das vezes, o policial premiado havia participado de ações que resultaram na morte de supostos criminosos.<sup>10</sup>

Em 2003, o então Secretário de Segurança Pública Josias Quintal declarou: *“Nosso bloco está na rua e, se tiver que ter conflito armado, que tenha. Se alguém tiver que morrer por isso, que morra. Nós vamos partir pra dentro”*.<sup>11</sup> A declaração veio por conta da implementação da “Operação Rio Seguro”<sup>12</sup>. Anthony Garotinho, sucessor de Josias Quintal na Secretaria de Segurança Pública, também comemorou a morte de mais de 100 pessoas (supostos bandidos) em menos de 15 dias no cargo<sup>13</sup>. O ano de 2003 registrou um número de 1.195 civis mortos em decorrência da ação policial, em face de 45 policiais mortos no mesmo período.<sup>14</sup>

Por sua vez, antes de se eleger, o atual governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, havia sinalizado uma mudança de rumo na concepção da política de Segurança Pública. No dia de

7. No ano de 2007, o primeiro escalão da segurança pública da cidade do Rio de Janeiro e o governador estiveram em Bogotá para “conhecer os programas de segurança” como modelo a ser seguido. In: O Globo 23/03/2007: Em visita à Colômbia Cabral conhece programas de segurança. <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/03/23/295068560.asp>

8. A Criminalização da Pobreza. Renato Prata Biar, Historiador, Rio de Janeiro. <http://www.redecontraviolencia.org/Artigos/233.html> 9. A “promoção por bravura” e “gratificação por mérito” também conhecida como “premiação faroeste”, no período de 1995 até 1997, promoveu o acobertamento e fortaleceu os crimes cometidos por agentes do Estado. In: (COIMBRA, 2000, p.239). 10. Três dos policiais presos ganharam gratificação ‘faroeste’. Agência Folha/AJB 08/04/97. <http://www1.folha.uol.com.br/fol/geral/ge08041.htm> 11. O Globo, 27/02/03. 12. Relatório Rio: violência policial e insegurança pública. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2004. 13. O Globo, 11/05/03. 14. Direitos Humanos no Brasil 2003: Relatório Anual do Centro de Justiça Global. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2004.

sua eleição, 15 de novembro de 2006, declarou que os veículos blindados da polícia, conhecidos como “Caveirão<sup>15</sup>” estavam com os dias contados. Disse, na ocasião, em relação aos efeitos da utilização do blindado sobre as comunidades pobres: “É um trauma para as comunidades. Não dá para fazer Segurança Pública com ‘caveirão’”, acrescentando que a polícia entrará “prestando serviços e garantindo segurança à população”.<sup>16</sup>

No entanto, essa mudança de rumo não aconteceu. Em 18 de novembro de 2006, dois dias após ser apresentado como o futuro Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, anunciou que não iria transformar os “Caveirões” em sucata e admitiu seu uso de acordo com “critérios rígidos”<sup>17</sup>: Diz ele, em entrevista a um jornal carioca:

*“Se houver necessidade de colocar tropas em determinados locais onde nós não pudermos nos socorrer de outra forma, o Caveirão será utilizado. Ele existe para transportar policiais para áreas onde comprovadamente existir risco. O que não queremos é a banalização do uso”.*<sup>18</sup>

Após as declarações de Beltrame, Sérgio Cabral voltou atrás: “Não podemos dispensar equipamento comprado com recursos públicos. Seria irresponsabilidade”, anunciando a continuidade dos veículos blindados<sup>19</sup>. Iniciava-se a “política do confronto”, que apresenta como critério de eficiência o extermínio de pessoas nas comunidades pobres do Rio de Janeiro.

Esse modelo de segurança, pautado na letalidade como indicador de eficiência, toma vulto na década de 1990<sup>20</sup> e se aprofunda ainda mais na década atual. Os indicadores de “autos de resistência” e as “mega-operações” reafirmam tragicamente essa concepção bélica na política de segurança. A utilização do “Caveirão” revela a opção por uma segurança pública que

criminaliza a parcela mais pobre da população e cada vez mais militariza suas práticas de policiamento. O Relatório da sociedade civil entregue ao relator da ONU para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, Philip Alston, assinala:

*“Embora a posição oficial seja em favor do emprego do ‘Caveirão’ apenas em momentos ‘especiais’ e ‘de exceção’, na prática, o que vemos é um uso cada vez mais incisivo, regular e cotidiano sendo justificado pelo discurso do ‘estado de exceção permanente’ proporcionado pela atual política de ‘guerra contra o tráfico’”. (Relatório da sociedade civil, 2007).*

Esse tipo de concepção de segurança aparece, também, na difusão do que se convencionou chamar de “mega-operações” policiais, a partir de 2007. As denominadas “mega-operações” são incursões policiais nas favelas que contam com um grande número de agentes das forças de segurança estadual e/ou federal, além de uma ampla cobertura e espetacularização dos meios de comunicação. Essas operações são apresentadas e justificadas pelas autoridades públicas como “ação pacificadora para erradicar a força armada”<sup>21</sup>. No entanto, as “mega-operações” têm se traduzido em ações de alta letalidade, por parte das forças policiais.

Em seu relatório preliminar<sup>22</sup> da visita que fez ao Brasil em novembro de 2007, Phillip Alston enfatiza sua preocupação com essas “mega-operações” realizadas nas favelas do Rio de Janeiro:

*“(...) apesar da operação, realizada em junho de 2007, no Complexo do Alemão, ter resultado em 19 mortes, autoridades do governo do estado declaram ser esta operação um modelo para as ações futuras da polícia”.*

Em entrevista a Revista Época<sup>23</sup>, o governador Sérgio Cabral, ao comentar a “mega-operação” policial realizada no dia 27 de junho de 2007 no Complexo do Alemão, afirmou:

15. O “Caveirão” é um veículo militar de combate utilizado pelas Polícias Militar e Civil do Rio de Janeiro nas suas incursões pelas favelas e demais comunidades pobres. Tornou-se símbolo de uma política de segurança pública violenta e criminalizadora da pobreza. 16. Sérgio Cabral diz que vai aposentar “caveirões”. Terra, 15/11/2006. <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,O11248507-E15030,00.html> 17. Futuro ‘xerife’ anuncia mais vigilância em via expressa. O Dia Online, 18/11/2006. [http://odia.terra.com.br/rio/htm/geral\\_68074.asp](http://odia.terra.com.br/rio/htm/geral_68074.asp) 18. Futuro ‘xerife’ anuncia mais vigilância em via expressa. O Dia Online, 18/11/2006. [http://odia.terra.com.br/rio/htm/geral\\_68074.asp](http://odia.terra.com.br/rio/htm/geral_68074.asp) 19. Ibidem. Futuro ‘xerife’ anuncia mais vigilância em via expressa. O Dia Online, 18/11/2006. [http://odia.terra.com.br/rio/htm/geral\\_68074.asp](http://odia.terra.com.br/rio/htm/geral_68074.asp) 20. A Operação Rio (1994-1995) demonstra como a militarização da segurança pública chega ao extremo com policiamento realizado com tropas do exército na rua. 21. Polícia prepara ação para pacificar o Complexo do alemão. O Globo OnLine. 24/09/2007. <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/09/24/297858977.asp> 22. Philip Alston apresentou o relatório preliminar no dia 02 de junho no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. 23. “Os bandidos já viram que não estamos de brincadeira”. Revista Época, Edição 477,06/07/2007. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG77973-5856,00-OS+BANDIDOS+JA+VIRAM+QUE+NAO+ESTAMO+S+DE+BRINCADEIRA.html>

*“A população está convencida da necessidade desse confronto. Nos últimos anos houve um crescimento da musculatura do tráfico que a população não suporta mais. As pessoas estão prontas para fazer o sacrifício porque sabem que só isso vai melhorar sua qualidade de vida. Durante muitos anos o campo progressivo, a esquerda, associou a ordem pública à ditadura, ao autoritarismo. Hoje sabemos que a ordem pública é a garantia da cidadania. Todos temos que fazer sacrifício pela vitória contra a barbárie. Não há como fazer omelete sem quebrar os ovos. O próprio presidente Lula disse que o crime não se combate com pétalas de rosa. Eu adoraria que os bandidos se entregassem, que entregassem suas armas pacificamente, mas isso não é possível. Não há outro caminho a ser seguido.”*

Ainda, nessa mesma entrevista o governador declarou que o objetivo das operações policiais: “não é acabar com o tráfico. Isso ninguém conseguiu até hoje. O tráfico não acabou em Paris, em Nova Iorque e nem em Estocolmo, que têm muito mais recursos do que nós. O objetivo é chegarmos a níveis civilizatórios de criminalidade.” (Revista Época, 2007).

É necessária uma análise mais detalhada do que o governador entende por níveis civilizatórios de criminalidade, pois em diversas oportunidades seu discurso pode ser entendido como eugênico, associando criminalidade, pobreza e limpeza social. A visão “civilizatória” do governador Sérgio Cabral Filho expressa uma concepção extremamente conservadora e autoritária em relação à população pobre moradora das favelas, ao relacionar a taxa de natalidade da Rocinha à produção de violência. Em entrevista aos meios de comunicação defendeu o aborto como forma de combate à criminalidade. De acordo com suas palavras:

*“A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência. Quem diz isso não sou eu, são os autores do livro “Freakonomics” [Steven Levitt e Stephen J. Dubner]. Eles mostram que a redução da violência nos EUA na década de 90 está intrinsecamente ligada à legalização do aborto em 1975 pela Suprema Corte”, citou [na verdade, foi em 1973] (...) Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de*

*Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. O Estado não dá conta”.*<sup>24</sup>

Essa declaração por parte do governador do estado explicita o processo de criminalização da pobreza em curso no Rio de Janeiro: ao mesmo tempo, que ocorre a intensificação de estratégias discursivas que apontam o aumento do poder repressivo como a única política de segurança possível. Assim, ao associar pobreza com criminalidade Sérgio Cabral defende uma solução baseada na prevenção higienista, de triste memória na história do país, aliada ao uso das forças policiais.

De fato, os discursos tanto do governador Sérgio Cabral quanto de autoridades públicas na área de Segurança Pública, têm defendido reiteradamente que as ações letais das forças policiais nas comunidades pobres do Rio de Janeiro são um mal necessário e a única forma para “pacificar” esses territórios, deixando-as com um nível “civilizatório de criminalidade”.

A falta de reação social às presumíveis execuções que ocorrem nas comunidades e que vitimam, de acordo com autoridades públicas, bandidos, é crucial para a condução de uma política de segurança pública criminalizadora da pobreza, que estende o conceito de “bandido” e “periculosidade” para todos os moradores das favelas, em especial os negros<sup>25</sup>. Dessa forma, os representantes da segurança pública no estado utilizaram diversas estratégias para desqualificar as ações contrárias a concepção de “guerra” na segurança pública. A estratégia principal é associar as manifestações sociais ao tráfico de drogas ou afirmar que as críticas ajudam ao tráfico.<sup>26</sup>

Por sua vez, o secretário de segurança, José Mariano Beltrame, apresenta um quadro em que a retórica bélica é a única possível na condução da política de segurança. Para ele, o cenário é de guerra onde é inevitável “feridos e mortos”.

Nesse sentido, em entrevista a Revista Veja, José Mariano Beltrame declara que:

*“O Rio chegou a um ponto que infelizmente exige sacrifícios. Sei que isso é difícil de aceitar, mas, para acabarmos com o poder de fogo dos bandidos, vidas vão ser dizimadas.*

24. Site G1 “Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro”, 24 de outubro de 2007, <http://g1.globo.com/Noticias/0,,FLC0-5597-2821954,00.html>. 25. Flauzina, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro (p.130). Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 26. Justiça Global reage a críticas do chefe da polícia civil. O Globo OnLine, 10/05/2008. [http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/05/10/justica\\_global\\_reage\\_criticas\\_do\\_chefe\\_da\\_policia\\_civil-427319435.asp](http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/05/10/justica_global_reage_criticas_do_chefe_da_policia_civil-427319435.asp)

*(...) É uma guerra, e numa guerra há feridos e mortos.”<sup>27</sup>*

Reforçando ainda mais a lógica de guerra, outros agentes do Estado expressam a noção de “retomada das comunidades” através do incremento das ações repressivas. Em entrevista ao Jornal o Globo o Coronel Marcus Jardim, o então Comandante do 16º. Batalhão da Polícia Militar, defendendo a intensificação das operações policiais no Complexo do Alemão, declarou:

*“Dará um pouco mais de trabalho porque precisaremos de mais homens, mas isto não vai impedir a retomada dessas comunidades. Este será um ano marcado por três pês: Pan, PAC e Pau”.*

Essa declaração irônica do Cel. Marcus Jardim refere-se as ações de “retomada” de comunidades pobres para a entrada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal e a estratégia de segurança para a realização dos jogos Pan-Americanos (junho 2007). No entanto, esse modelo não se restringiu ao período dos jogos, como já demonstramos. Ele transformou-se em modelo de segurança defendido pelo governo do estado.

Além do número de vítimas letais das “mega-operações”, há ainda um saldo significativo de pessoas feridas ou mortas em razão de balas perdidas, sem contar outros inúmeros homicídios resultantes de incursões policiais de menores proporções, que fazem parte do cotidiano dos moradores das favelas.

Agora vamos analisar mais detalhadamente o acontecimento da “mega-operação” do Complexo do Alemão, que serviu como modelo para as operações policiais que se seguiram, de maneira constante, com um número elevado de mortos e utilização de excessivo uso da força.

#### **IV. A MEGA-OPERAÇÃO NO COMPLEXO DO ALEMÃO: UM MODELO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA?**

A “mega-operação” que mobilizou cerca de 1.200 policiais, realizada no Complexo do Alemão, em 27 de junho de 2007, na qual morreram oficialmente 19 pessoas, revela como essa política de segurança é baseada em ações de extermínio. O laudo independente produzido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)<sup>28</sup> indica que houve casos de execução sumária entre as pessoas mortas nessa mega-operação:

De acordo com o parecer da SEDH a análise dos laudos cadavéricos evidenciam numerosas lesões, em cada corpo, que incluem:

*“A análise da topografia dos orifícios de entrada de projéteis de arma de fogo evidencia maior concentração em regiões letais. Do total de mais de setenta orifícios de entrada, cinquenta e quatro atingiram regiões mortais, o que corresponde a cerca de 75%”*

Os peritos independentes acionados pela SEDH foram conclusivos em assinalar que: “várias das mortes decorreram de um procedimento de execução sumária e arbitrária”, e essa conclusão se baseia nos seguintes elementos:

- Grande número de orifícios de entrada na região posterior do corpo;
- Numerosos ferimentos em regiões letais;
- Elevada média de disparos por vítima;
- Proximidade de disparos;
- Seqüenciamento de disparos em rajada;
- Armas diferentes utilizadas numa mesma vítima.

O laudo da SEDH chama atenção, também, para a ausência de indicativos de condutas destinadas à captura de vítimas e a ausência de indicadores de condutas defensivas por parte das vítimas. Ou seja, a polícia atirou para matar. Esse fato também chamou a atenção do Relator da ONU, que em seu relatório preliminar assinalou:

*“(…) muitos oficiais do estado do Rio de Janeiro consideraram a operação no Complexo do Alemão como um modelo para ações futuras. Entretanto, os resultados atuais desta operação não são significativos. Os mais importantes traficantes não foram presos ou mortos, e poucas armas e drogas foram apreendidas. Nenhum policial foi assassinado e poucos foram feridos, mas a ‘resistência’ encontrada justificaria, aparentemente, o assassinato de 19 indivíduos.”*

A evidência da ocorrência de execuções sumárias na operação realizada no Complexo do Alemão em 27 de junho também está explícita na destruição de provas pela polícia. Na manhã do dia 28 de junho representantes da Justiça Global, o Deputado

27. Revista Veja 2032. <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=391382> 28. Relatório Técnico – Visita de Cooperação Técnica – Rio de Janeiro, Julho de 2007. Secretária Especial de Direitos Humanos, Presidência da República.

Estadual Marcelo Freixo e outras organizações da sociedade civil estiveram na comunidade da Grota no Complexo do Alemão, ou seja, logo após a realização da “mega-operação” policial. Durante a visita foi possível observar rastros de sangue pelo chão, colchões e fios utilizados para remover os corpos, carros queimados, casas incendiadas, lojas saqueadas e também conversar com os moradores e ouvir os seus relatos sobre toda violência a que foram submetidos no dia anterior. Um depoimento, em especial, nos chamou a atenção. Um morador informou que seu estabelecimento havia sido arrombado pela polícia. Tratava-se de uma garagem em que moradores alugavam vagas para guardar seus veículos. De acordo com o depoimento, o cadeado do estabelecimento foi quebrado, o portão de ferro foi metralhado pelos policiais que roubaram uma Kombi, que serviu para que transportassem os corpos das vítimas que estavam no alto do morro. Depois de usá-la os policiais atearam fogo na Kombi.

Esse depoimento ganha importância se confrontado com fotos<sup>29</sup> e laudos dos mortos na operação, que indicam que os homens que estavam dentro da Kombi morreram no local da ação policial e que foram levados para o hospital já mortos, desfazendo assim a cena do crime e inviabilizando a realização de perícia do local.

O laudo independente produzido pela SEDH corrobora essa informação, pois aponta que os “corpos em óbito deram entrada no Hospital Geral de Bonsucesso e no Hospital Estadual Getúlio Vargas e nos relatórios emitidos pelos mesmos não foram descritos procedimentos médicos de ressuscitação. Indica que deram entrada no Instituto Médico Legal (IML) despídos, envolvidos apenas em um ou dois lençóis, e as vestes originais não foram encaminhadas posteriormente para perícia.”

Em relatório preliminar apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, Philip Alston destaca que:

*“Em certo sentido, a operação no Complexo do Alemão reflete a principal estratégia do Governo do Estado. É politicamente motivada e consiste em policiamento pelas pesquisas de opinião. Mas é popular entre aqueles que querem resultados rápidos de demonstrações de força. A ironia é que é contra produtora.”*

## V. MAQUIANDO O EXTERMÍNIO: AUTOS DE RESISTÊNCIA

O discurso da “guerra contra o crime”, da política de confronto não se sustenta quando analisamos os indicadores na área de segurança pública. Os indicadores revelam um uso excessivo da força no Rio de Janeiro, mesmo considerando a violência do contexto em que a ação policial se insere. Assim, o número de civis mortos durante ações policiais; a proporção entre policiais mortos e civis mortos; a proporção entre policiais e civis feridos e a proporção entre civis mortos e presos, revelam que muitas dessas ações são de extermínio e que pouco impactam na redução da criminalidade violenta no Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, o registro das pessoas mortas pela polícia é incluído na categoria “Autos de Resistência”. O auto de resistência é um formulário em que a Polícia Militar registra eventos de resistência armada no decorrer de sua atividade legal. No entanto, na prática, é uma das formas que autoridades policiais vêm utilizando para mascarar as execuções sumárias decorrentes de abusos no exercício de suas funções. Sendo o formulário destinado ao registro das ocorrências com resistência armada, os “autos de resistência” têm cumprido outro papel, na medida em que acabam sendo utilizados para o registro de qualquer morte – fruto ou não de resistência – praticada por um policial.<sup>30</sup>

Esse tipo de registro exclui as mortes realizadas pela polícia dos registros de homicídios, embora de fato sejam homicídios. Dessa maneira, além de subjugar à vala comum de um único documento todas as mortes perpetradas por agentes da polícia – impedindo uma visualização, classificação e controle de suas atividades que resultem em vítimas fatais - este documento contribui de maneira definitiva para descaracterizar o homicídio policial – na medida em que “tais mortes não são classificadas como crime, mas como resultado de operações legais de segurança”<sup>31</sup>.

O relator especial da ONU sobre execuções, arbitrárias e extrajudiciais em seu relatório preliminar da visita ao Brasil, em novembro de 2007<sup>32</sup>, disse em relação à utilização dos autos de resistência:

29. As fotos são do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro e de fontes não divulgadas. 30. Relatório Rio: violência policial e insegurança pública. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2004. 31. Misse, Michel. Como desarmar a violência policial? Desarme: Notícias/Opinião. Rio de Janeiro, 04/03/2004. <http://www.desarme.org/publique/cgi/cgi-lua.exe/sys/start.htm?infoid=3139&tpl=printerview&sid=16> 32. O Relator esteve no Brasil em missão de 04 a 14 de novembro de 2007 e visitou São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

*“Na maioria dos casos, mortes causadas por policiais em serviço são registradas como ‘autos de resistência’ ou casos de ‘resistência seguida de morte’. Em 2007, no Rio de Janeiro, a polícia registrou 1330 ‘autos de resistência’, uma figura que representa 18% do número total de homicídio no Rio de Janeiro. Em teoria, há circunstâncias em que a polícia usou força necessária e proporcional em resposta a resistência de suspeitos de crime a ordens de oficiais encarregados da segurança. Na prática, o quadro é radicalmente diferente. A determinação sobre se uma execução extrajudicial é uma morte dentro da lei é feita primeiramente pelo próprio policial. Raramente as auto-classificações são seriamente investigadas pela Polícia Civil. Eu recebi várias alegações bastante críveis de que homicídios ‘por resistência’, que seriam de fato execuções extrajudiciais. Isto é reforçado por estudos de relatórios de autópsias e pelo fato de que a taxa de civis mortos pela polícia é surpreendentemente alta.”*

Ao pesquisar a atuação da Justiça Militar, Ignácio Cano indica que ela “é incapaz de controlar e punir os abusos de utilização da força letal por parte dos policiais militares e os crimes que possam ser cometidos no uso da mesma.” (CANO, 1997, p.33). Ainda hoje não existem mecanismos que possam investigar com isenção e autonomia os casos de abuso da força cometidos pela polícia. Dessa maneira, a utilização do termo auto de resistência funciona como procedimento sistemático para inviabilizar investigações autônomas da atividade policial.

Uma das causas desse cenário é, obviamente, a impunidade. O desembargador Sérgio Verani, que estudou casos de “autos de resistência”, mostra que eles eram sistematicamente arquivados a pedido da promotoria. Quando o juiz negava o pedido de arquivamento, baseado em fortes indícios de execução, a confirmação

do mesmo pedido pelo procurador em segunda instância inviabilizava qualquer ação penal. Verani enfatiza que:

*“(…) o Ministério Público e, sobretudo o Poder Judiciário não podem tornar-se meros órgãos homologatórios da arbitrariedade e da violência policiais, efetivando, dessa forma, a legalização da impunidade, incompatível com o Estado de Direito Democrático”<sup>33</sup>*

Esses “assassinatos em nome da Lei” abordados por Verani (1996), na década de 80, foram agravados no decorrer das últimas duas décadas com o incremento da noção de “guerra ao crime” e a consequente militarização das políticas de segurança, como já foi indicado.

Em comparação aos anos anteriores, o Governo Sérgio Cabral Filho apresenta uma elevação no número de autos de resistência. Os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) de civis mortos em “supostos confrontos” com as forças policiais em relação aos de policiais mortos em serviço demonstram uma proporção de 41 para 1, ou seja, para cada policial morto em serviço existem 41 civis mortos inseridos na categoria de “auto de resistência”. No ano de 2007, foram registrados 1.330 autos de resistência no estado do Rio de Janeiro contra 23 policiais mortos em serviço.

Nos primeiros três meses de 2008, 358 civis foram mortos durante operações policiais no Rio de Janeiro<sup>34</sup>, o que representa um aumento de 12% em relação ao mesmo período de 2007. Se essa média se mantiver, o Estado do Rio de Janeiro registrará 1431 autos de resistência em 2008. Nesse mesmo período, foram 4 os policiais mortos durante o serviço.

A proporção entre civis e policiais mortos é muito superior que a média internacional e indica o uso excessivo da força e práticas de execução sumária. (CANO, 1997)

## CIVIS MORTOS PELA POLÍCIA

(autos de resistência - número de vítimas)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Estado	300	397	289	427	592	900	1195	983	1098	1063	1330	358*

\*os dados são relativos aos 3 primeiros meses de 2008.

33. VERANI, Sérgio. Assassinatos em nome da Lei, Rio de Janeiro: Ed. Aldebarã, 1996, pág. 64. 34. <http://www.isp.rj.gov.br/NoticiaDetalhe.asp?ident=133>

**POLICIAIS MILITARES MORTOS<sup>35</sup>**

	Em serviço	Na folga	Total	% Folga
2000	20	118	138	85,5
2001	24	104	128	81,3
2002	33	119	152	78,3
2003	43	133	176	75,6
2004	50	111	161	68,9
2005	24	111	135	82,2
2006	27	117	144	81,3
2007	23	ND	23	ND

ND – dado não disponível

Essa discrepância entre policiais e civis mortos indicam que há uma incidência significativamente menor de confronto armado, leia-se autos de resistência, e, por outro lado, como apontam evidências médico-legais, muitos casos de execuções sumárias.

Chama a atenção o elevado índice de letalidade de policiais durante a folga, ou seja, quando em tese, não estariam se envolvendo em situação de confronto. Essas mortes têm ocorrido durante o chamado "bico" (geralmente atividade de segurança privada para aumentar a renda), em decorrência de vingança e, muitas vezes, em virtude do envolvimento de policiais com atividades criminosas e grupos de extermínio.

Philip Alston, mais uma vez, em seu relatório preliminar assinala em referência ao engajamento de policiais em ilegalidades, entre as quais a constituição de milícias e grupos de extermínio diz que: *“As polícias estaduais, especialmente a polícia militar do Estado, trabalha rotineiramente em outro emprego, quando estão de folga. Alguns formam ‘milícias’, ‘grupos de extermínio’, ou ‘esquadrões da morte’ e outros grupos que agem com violência, inclusive execuções extrajudiciais, que ocorrem por vários motivos. Primeiro, procuram dar ‘proteção’ a comerciantes, fornecedores de transporte alternativo, em que outros são forçados a pagar para este grupo.*

*Dinheiro exigido com violência. Segundo, para evitar que facções saiam de seu controle. Pessoas suspeitas de fornecer informações ou colaborar com outras facções, são mortas. Em terceiro lugar, apesar de alguns não serem criados como grupos de extermínio de fato, os relacionamentos ilícitos que eles desenvolvem com outros elementos mais poderosos e afluentes da comunidade, resulta freqüentemente no engajamento de assassinatos de aluguel.”*

Uma série de outros homicídios, registrados como mortes com tipificação provisória e que inclui encontro de cadáver, de ossada ou morte suspeita, estão em grande parte relacionados a ação de grupos de extermínio e milícias que muitas vezes contam com a participação de policiais e outros agentes do Estado. Em 2007 essas mortes somaram 806 casos<sup>36</sup>.

## VI. A POLÍTICA DE EXTERMINIO É CONTRAPRODUCENTE

A “guerra contra o crime” não tem, como alegam as autoridades, tornado o Rio de Janeiro mais seguro. O Estado apresenta em média uma taxa em torno de 50 homicídios a cada 100.000 habitantes, o que o coloca na terceira posição entre os mais violentos do Brasil, ficando atrás apenas de Pernambuco e Espírito Santo, respectivamente<sup>37</sup>. A situação se agrava ainda mais se analisarmos os homicídios juvenis, em que o Rio de Janeiro ultrapassa a taxa de 100 homicídios para cada 100.000 jovens<sup>38</sup>. Os autos de resistência que não são computados nesses montantes, contribuem para alçar o Rio a um patamar ainda mais elevado no que diz respeito a homicídios.

Por outro lado, a elevação nos registros de autos de resistência não encontra correspondência nas taxas de apreensão de drogas e armas<sup>39</sup>, que em 2007, apresentaram queda em relação a 2006:

	2006	2007
Apreensão		
Drogas	13.312	11.062
Armas	10 793	10.178

35. Estado do Rio de Janeiro: Policiais Militares Mortos em Serviço e na Folga. CESeC- Universidade Cândido Mendes. [http://www.ucamcesec.com.br/est\\_seg\\_evol.php](http://www.ucamcesec.com.br/est_seg_evol.php) 36. Estado do Rio de Janeiro: Mortes com Tipificação Provisória e Homicídios Dolosos. CESeC- Universidade Cândido Mendes. [http://www.ucamcesec.com.br/est\\_seg\\_evol.php](http://www.ucamcesec.com.br/est_seg_evol.php) 37. Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, da Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), p. 23. Fevereiro de 2007. 38. Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, da Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), p. 68. Fevereiro de 2007. 39. Estado do Rio de Janeiro: Apreensões de Armas e Drogas Efetuadas pela Polícia -1991/2007. CESeC- Universidade Cândido Mendes. [http://www.ucamcesec.com.br/est\\_seg\\_evol.php](http://www.ucamcesec.com.br/est_seg_evol.php)



Assim, como afirmou o relator da ONU, Phillip Alston, em seu relatório preliminar sobre o Brasil, a política de segurança posta em prática pelo atual governo do Rio de Janeiro é contraproducente. Baseada em ações de extermínio, não impacta sequer no que diz ser seu alvo, o combate ao tráfico de drogas.

Na lógica de enfrentamento da criminalidade posta em prática pelo governo Sérgio Cabral, ou seja, a “guerra contra o crime”, não há correlação entre as ações e sua efetividade. O governo do Rio de Janeiro, como disse o próprio governador, não pretende acabar com o tráfico de drogas<sup>40</sup>. Pretende submeter os moradores de favelas à sua força, ao seu controle.

As ações policiais nas favelas estão focadas apenas no uso excessivo da força, em execuções sumárias. A proporção entre as mortes e as prisões e apreensões de drogas e armas durante a realização das “mega-operações” nas favelas indica a ausência de ações coordenadas de inteligência, indica, mais do que isso, que a ação do Estado se torna cada vez mais criminalizadora da pobreza, como se as armas fossem ali fabricadas e as drogas ali cultivadas. Ignora a participação ativa de policiais e de outros segmentos sociais na organização de redes criminosas, como o tráfico de drogas e de armas, entre outras modalidades. A prisão de integrantes de cúpula da segurança pública do governo anterior pela Polícia Federal é forte evidência da participação de policiais, políticos e outros agentes do Estado em atividades criminosas<sup>41</sup>.

## VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou identificar como foi construída, até o momento, a política de segurança do governo Sérgio Cabral, a partir das declarações públicas do governador e das principais ações do seu governo. A atual política de segurança está inserida numa escalada da repressão e o concomitante desinvestimento nas áreas sociais.

Entendemos que a opção por uma “política de enfrentamento” se expressa na realidade por ações de extermínio voltada para os pobres, negros e jovens moradores de favelas. O atual governo não dialoga com os movimentos sociais e organizações de direitos humanos no debate de uma política de segurança que seja efetivamente pública e pautada pela defesa dos direitos humanos

Várias manifestações das organizações e movimentos sociais, contrárias ao atual modelo de segurança, foram desqualificadas pelo governador do Estado e pelo seu secretário de segurança, que muitas vezes tentaram associar organizações e movimentos sociais ao “tráfico de drogas”. Esta estratégia autoritária e grosseira visa impedir qualquer manifestação contrária à implementação dessa política de extermínio. Até mesmo o relator da ONU, Philip Alston, foi desqualificado pelo secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, na ocasião do lançamento do relatório preliminar, onde faz duras críticas à política de segurança do Rio de Janeiro.

Sérgio Cabral não recebeu Philip Alston, quando este esteve no Rio de Janeiro, evidenciando o desprezo do governador ao mecanismo de direitos humanos e ao relator da ONU. Essa postura também está expressa na condução dessa política de segurança que impõe às comunidades pobres o modelo das “mega-operações” policiais e o aumento sistemático dos autos de resistência.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CANO, Ignácio. Letalidade Policial no Rio de Janeiro: a atuação da Justiça Militar. Rio de Janeiro: ISER, 1998.
- COIMBRA, Cecília. Operação Rio: O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do autor; Niterói: Intertexto, 2001.
- MISSE, Michel. Como desarmar a violência policial? Desarme: Notícias/Opinião. Rio de Janeiro, 04/03/2004.
- Relatório da Sociedade Civil para o Relator da Especial da ONU para Execuções, sumárias e extrajudiciais. Rio de Janeiro, 2007.
- Relatório Violência Policial e Impunidade no Rio de Janeiro – O Caso Wallace de Almeida. Justiça Global, 2007.
- ALSTON, Philip. HUMAN RIGHTS COUNCIL .Mission to Brazil (4–14 November, 2007), 14 May, 2008.
- VERANI, Sérgio. Assassinatos em nome da Lei. Rio de Janeiro: Alberadã, 1996.
- WACQUANT, Lóic. As prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zarar, 2001.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

40. “Os bandidos já viram que não estamos de brincadeira”. Revista Época, Edição 477,06/07/2007. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG77973-5856,00-OS+BANDIDOS+JA+VIRAM+QUE+NAO+ESTAMOS+DE+BRINCADEIRA.html> 41. Deputado Álvaro Lins é preso em flagrante no Rio, diz PF. G1. 29 de maio de 2007. <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL582542-5606,00.html>

# GRUPOS CRIMINOSOS ARMADOS COM DOMÍNIO DE TERRITÓRIO

## Reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Jailson de Souza e Silva<sup>1</sup>

Fernando Lannes Fernandes<sup>2</sup>

Raquel Willadino Braga<sup>3</sup>

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Grupos Criminosos Armados com Domínio de Território são redes criminosas territorializadas que atuam em atividades econômicas ilícitas e irregulares, como o tráfico de drogas, serviços de segurança e transporte coletivo irregular, dentre outras, a partir de uma base territorial específica, fazendo uso da força física e da coação – especialmente pelo uso de armas de fogo - como principais meios de manutenção e reprodução de suas práticas.

As atividades criminosas, grosso modo, podem ser definidas a partir de dois padrões de funcionamento no que se refere à relação com o espaço. Por um lado, há aquelas atividades que prescindem de um substrato espacial específico para seu funcionamento. Por outro lado, há aquelas atividades cuja existência requer um substrato espacial. Podemos ilustrar esses padrões a partir de dois exemplos próximos.

As quadrilhas de assaltantes de bancos são grupos criminosos que não necessitam de uma base espacial específica para suas atividades. Essas quadrilhas podem se organizar e se reunir em bases logísticas pontuais, como casas ou apartamentos, mas raramente algo mais amplo que isso, porque o tipo de atividade que realizam requer o máximo de controle sobre as

informações que o grupo dispõe e sobre a identidade dos participantes do grupo. O “confinamento”, neste caso, é a base de seu funcionamento. Assim, quanto mais escondida for, e quanto menos relação sua base logística tiver com o local planejado do crime, melhor.

Um exemplo que nos ajuda a pensar uma atividade criminosa que necessita de um recorte espacial específico de atuação, é o jogo do bicho. Esta atividade ilícita possui uma estrutura organizacional interna baseada na divisão do espaço pelos seus membros, que atuam dentro de suas áreas de influência, inclusive para além de sua atividade específica, como é o caso de suas ligações com políticos locais e mesmo com outras “máfias”, como a dos caça-níqueis ou das vans. Esse exemplo remete a uma relação de uso, apropriação e domínio do espaço como forma de garantia da reprodução das atividades criminosas o que implica, neste caso, o que os geógrafos chamam de “territorialidade”.

Robert Sack (1986) define territorialidade como sendo “a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, pela delimitação e defesa do controle sobre uma área geográfica” (p.19). Esta área, ele define

1. Coordenador Geral do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, Doutor em Sociologia da Educação, professor Adjunto do Departamento de Educação da UFF, Consultor do UNICEF e Canal Futura. 2. Coordenador Executivo do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, Doutorando em Geografia pela UFRJ. 3. Coordenadora de Direitos Humanos do Observatório de Favelas. Doutora em Psicologia Social pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidad Complutense de Madrid.

como “território”. Corroborar com esta definição a do também geógrafo Marcelo Lopes de Souza (1995), para quem o território define-se por “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p.96).

A territorialidade do crime, nestes termos, é a expressão espacial das práticas dos grupos criminosos. A sua forma, contudo, varia de grupo a grupo, bem como os mecanismos utilizados no processo de territorialização, ou, em outros termos, de apropriação e domínio do espaço. O peso atribuído a referências simbólicas na demarcação das fronteiras e limites, bem como o uso da força e da coação, são estratégias que os grupos criminosos lançam mão nesse processo. Outros mecanismos, mais sutis, como a popularidade de um indivíduo ou grupo também podem servir de suporte à territorialização, garantindo legitimidade sobre a área dominada frente aos seus ocupantes ou vizinhos.

No caso do Rio de Janeiro, observa-se que os grupos criminosos atuantes no ramo do comércio varejista de drogas qualificadas como ilícitas, normalmente denominado de “tráfico de drogas no varejo” ou simplesmente “tráfico de drogas”, fazem uso de recortes espaciais específicos para sua atuação. Esses recortes ocorrem, em particular, a partir do domínio territorial de favelas e outros espaços pobres e segregados da cidade, favorecendo-se de características específicas dessas localidades, sendo a mais importante a baixa participação do Estado como regulador e garantidor de direitos. Em alguns casos específicos, como as favelas, contribui ainda a organização espacial interna – marcada por becos, vielas e ruas estreitas, que dificultam o acesso da polícia. Estes grupos, que começam a se organizar como quadrilhas entre o final dos anos 70 e início dos anos 80 se fortalecem em sua base territorial de atuação ao estabelecerem uma relação de “reciprocidade forçada” (DOWDNEY, 2003) com os moradores das áreas controladas. Com isso, ocupam algumas lacunas deixadas pela relação frágil do Estado com estas comunidades, muitas vezes substituindo os direitos por favores e as obrigações por relações de cumplicidade.

Até a década de 80, a atividade desses grupos focalizava o comércio varejista de drogas ilícitas, algo que alimentava boa parte do mercado consumidor do Rio de Janeiro. A compreensão de um relativo monopólio da venda de drogas na cidade naquele momento é importante para se entender as mudanças ocorridas ao longo dos anos 90 e 2000. As disputas internas, resultantes do poder que o tráfico passa a ocupar ao longo

dos anos 80, tem como resultado a cisão do Comando Vermelho, até então grupo hegemônico e quase que absoluto no tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Desta cisão surge o Terceiro Comando, que passa a disputar o mercado de drogas ilícitas, cujas principais bases de referência passam a ser as territorialidades assumidas por cada grupo. O local de atuação, neste sentido, transforma-se em um território a ser defendido. A territorialidade, então, assume um papel central para a própria sobrevivência do grupo. Ter uma base territorial não era apenas um ponto de partida para a venda de drogas, mas para a própria manutenção e reprodução do grupo e de suas atividades. Esta dinâmica contribuiu para a ocorrência de novas rupturas e o surgimento de outras facções do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, como, por exemplo, os Amigos dos Amigos, conhecida como ADA.

Somada à diversificação das facções do tráfico nos anos 90, deve-se considerar a disseminação dos pontos de venda de drogas, que gradativamente se espalham não só pelas favelas da cidade como por outros espaços, como apartamentos em bairros nobres, produzindo, por um lado, uma nova configuração da territorialidade do tráfico no varejo e, por outro, um aumento da concorrência pela venda de drogas.

### **GRUPOS CRIMINOSOS ARMADOS COM DOMÍNIO DE TERRITÓRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro existem grandes Grupos Criminosos Armados com Domínio de Território que atuam em diferentes campos e que, eventualmente, entram em conflito. São eles o Jogo do Bicho, o Tráfico de Drogas no Varejo, a “Mineira” e as recentemente denominadas “milícias”. Estes grupos possuem bases territoriais organizadas de maneira diferenciada, tanto em termos de consolidação quanto em termos de controle das fronteiras (remetendo ao que Robert Sack chama de “controle do acesso”).

O Jogo do Bicho é o grupo que possui uma organização territorial mais consolidada, tendo sua estrutura interna de funcionamento baseada em áreas bem delimitadas, onde cada bicheiro atua, respeitando a área dos demais. Esta consolidação de um território bem delimitado, estável, define, ela própria, muito da estrutura de funcionamento do Jogo do Bicho, revelando um quadro de acertos e ajustes dentro desta rede criminosa em

que as disputas internas não constituem ameaça ao seu funcionamento. Neste caso, a partilha do “bolo” funcionou como elemento amenizador dos conflitos e rupturas, já que cada membro sabe bem claramente seus limites de atuação.

A “Milícia”, conhecida em sua origem como “Mineira”, organiza-se territorialmente a partir de áreas de influência, não tendo limites espaciais bem definidos, atuando, sobretudo, a partir da idéia de fronteira, o que significa estar em franca expansão de seus domínios territoriais. Sua área de expansão privilegiada são os loteamentos ilegais e irregulares da periferia urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro. Atuam em um ramo que vem ganhando força desde os anos 70, em que as invasões de terrenos por grupos autônomos de sem-teto foram substituídas pela figura de uma espécie de “empreendedor imobiliário”. Ele agencia lotes em áreas públicas, muitas vezes sob respaldo de vereadores e deputados, ou outras figuras públicas que garantem o funcionamento de um esquema de venda ilegal de lotes na periferia urbana. Esse fenômeno, que vem se ampliando desde os anos 70, ganha força na medida em que estes grupos, por sua origem de “justiceiros”, vendem um modelo de urbanização baseado na “segurança”, a exemplo do que ocorre, de maneira sofisticada e regularizada, nos empreendimentos imobiliários para ricos que começam a se multiplicar nos anos 80 – os condomínios exclusivos.

A “Milícia” também atua no ramo da segurança privada, oferecendo este serviço a comerciantes das comunidades populares onde está territorializada, além de ter fortes ligações com a “máfia das vans”, que envolve o transporte irregular em si e esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro.

A origem da “Milícia” é controversa, mas liga-se em particular, a uma narrativa quase mitológica, focada em justiceiros locais, como é o caso de Rio das Pedras, maior favela da Zona Oeste da cidade. Segundo relatos de moradores, a então “Mineira” começou com o agrupamento em torno de um açougueiro que revoltado com os constantes assaltos ao seu estabelecimento, resolveu organizar um grupo para garantir a segurança na comunidade. Este grupo, que matava ou espancava os assaltantes, com o tempo, passou a atuar de maneira profissional, expandindo suas atividades, a partir do poder adquirido, para o setor imobiliário.

Hoje, aquele grupo criminoso possui um forte controle sobre o loteamento das áreas de ocupação, promovendo uma espécie de “organização” das ocupações irregulares e ilegais.

Cabe destaque ainda ao discurso moralista que permeia a atuação dos milicianos. O uso e comercialização de drogas ilícitas não são tolerados, havendo casos de espancamentos, expulsões e mesmo mortes de usuários e/ou supostos vendedores. Trata-se, em linhas gerais, de um novo “re-encantamento do mal”, conforme assinalou ZALUAR (1994) quanto à visão construída pela sociedade em torno das drogas e dos traficantes. É com base nesse re-encantamento do mal que a “Milícia” vem ocupando um espaço cada vez maior nas áreas pobres da cidade, vendendo um modelo de urbanização, ainda que ilegal ou irregular, centrado na segurança e na moralidade, algo que, informalmente, vem seduzindo muitos moradores de favelas territorializadas pelo tráfico - como é o caso de muitos que ao longo dos anos 80 e 90, buscando fugir da violência dos traficantes, optaram por morar em Rio das Pedras.

Nos anos 2000, a expansão acelerada das milícias para novos territórios, para além da Zona Oeste, provoca sua visibilização acentuada na cidade. Com isso, o fenômeno se torna um dos principais pontos do debate sobre segurança pública no Rio de Janeiro, sobretudo a partir de 2006; nesse ano, as “milícias” ocuparam várias favelas dominadas há décadas pelos grupos de traficantes de drogas, tais como o Quitungo, Morro do Barbante, Ramos e Roquete Pinto, aparentemente com velado apoio das forças de segurança do governo estadual.

Segundo matéria publicada no jornal “O Globo” de 10 de dezembro de 2006, a cada 12 dias daquele ano uma favela dominada pelo tráfico foi tomada por milícias. Relatório da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública indicava que, entre 2005 e 2006, o número de comunidades dominadas por esses grupos saltou de 42 para 92<sup>4</sup>. Por sua vez, o Gabinete Militar da Prefeitura do Rio, calculava que em 2006 haveria 55 comunidades sob o domínio de milícias.

4. Entre 2006 e 2007 houve diversas menções na imprensa do Rio de Janeiro a um relatório elaborado pela Subsecretaria de Inteligência, no entanto, até o momento tal documento não foi publicizado integralmente.

existência de uma maior concentração na zona oeste da cidade, base anterior da “Mineira”.

Embora os dados sobre as localidades dominadas ainda sejam incipientes, a partir das informações disponíveis, incluindo relatos de moradores destas áreas, é possível identificar algumas características sobre a composição e os mecanismos de ocupação e dominação das milícias.

Trata-se de grupos compostos principalmente por homens ligados às forças de segurança do Estado, reformados e na ativa, provenientes das polícias civil, militar, do corpo de bombeiros e, em casos mais esporádicos, das forças armadas. Apoiados em um discurso fortemente moralista centrado na promessa de ordem e paz, estes grupos dominam e exploram áreas antes controladas pelo tráfico de drogas. Ao ocupar uma comunidade, as milícias “eliminam” o tráfico de drogas no varejo, mas passam a explorar as demais atividades ilegais existentes no território. Desta forma, tudo aquilo que era gerenciado pela rede do tráfico de drogas - exceto o comércio ilícito das drogas no varejo - passa às mãos do novo grupo. Além disso, as milícias introduziram uma prática que não era utilizada pelo tráfico: a cobrança de ‘mensalidades’ por domicílio para remunerar a segurança privada<sup>5</sup>.

Em alguns casos, também há informações sobre dinâmicas de especulação imobiliária, porém, de maneira geral, os grandes lucros das milícias estão nas taxas de segurança cobradas a comércios e domicílios, no ágio dos botijões de gás<sup>6</sup>, na exploração clandestina da TV a cabo (popularmente conhecida como “gatonet”) e na taxação dos serviços de transporte alternativos (kombis, vans e moto táxis). Isso significa que agentes do Estado, com conhecimento anterior da dinâmica das redes ilícitas, optaram por firmar-se enquanto mais um grupo criminoso organizado e independente, visando assumir de forma exclusiva os lucros obtidos nos territórios dominados.

A motivação é, sobretudo, financeira. No entanto, o argumento central utilizado pelas milícias para obter apoio nas ocupações é de que vão estabelecer a paz e a ordem, “livrando” as comunidades do tráfico de drogas e trazendo “benesses” para a comunidade. O êxito que estes grupos vêm obtendo nos processos de invasão e ocupação de territórios que eram

controlados pelo tráfico se explica, em parte, pelo conhecimento da dinâmica e estrutura local derivado de relações anteriores com a rede ilícita, e pela promessa de abolir os confrontos armados, a exposição ostensiva a armamentos pesados e ao tráfico de drogas.

Alguns grupos contam ainda com o apoio do aparato de segurança oficial do Estado. As ocupações costumam se dar de forma rápida e discreta. De acordo com relatos de moradores de áreas dominadas, são comuns, durante a invasão e ocupação, os desaparecimentos e as execuções de pessoas ligadas ao tráfico de drogas local.

Ao contrário da ‘polícia mineira’ - grupo formado basicamente por policiais moradores das comunidades - as milícias se organizam externamente à comunidade e tomam o território sem que haja qualquer tipo de pertencimento ao lugar. No entanto, os dois tipos de organização criminosa convergem em alguns aspectos. Tanto na ‘polícia mineira’, como na ‘milícia’, o fator exploração-econômica a partir do controle do território aparece como uma característica essencial. Por outro lado, não se tratam de organizações com um comando único.

Cabe destacar que além da motivação econômica, há indícios de que as milícias também almejam influenciar a esfera política a partir da criação de currais eleitorais e da articulação com representantes do legislativo e do executivo. Um levantamento realizado pelo Jornal O Globo em 2007<sup>7</sup>, indicou que das 92 áreas dominadas naquele momento pelas milícias, 73 tiveram pelo menos um policial, bombeiro ou militar reformado entre seus candidatos mais votados nas últimas eleições. De 9 candidaturas da área de segurança pública, 5 se elegeram com votações expressivas em áreas ocupadas por milícias. É nesse contexto que as milícias vem se expandindo no Rio de Janeiro com uma velocidade alarmante.

A dominação das milícias se dá por meio de monitoramento e controle permanente sobre a comunidade, de modo que qualquer iniciativa está sempre sujeita à deliberação e aos interesses do grupo dominante. Isso implica mecanismos de coação da população, incluindo a coação armada, ainda que de forma mais velada que a do tráfico. Com isso, o morador não

5. Este tipo de cobrança não é realizado em todas as comunidades sob domínio das milícias. Foi constatado que em algumas localidades a cobrança é feita somente ao comércio. 6. Os moradores são obrigados (ou pelo menos intimidados) a adquirirem os botijões vendidos dentro da comunidade, com preços acima da média.

7. Publicado na edição do dia 11 de fevereiro de 2007.

fica totalmente livre do convívio com armas de fogo em suas ruas, embora sua exposição seja menos ostensiva.

Atualmente, começam a proliferar relatos sobre diversas formas de violência utilizadas pelas milícias. As punições cruéis e truculentas dos ‘transgressores’, a elevação dos preços dos produtos no comércio local, derivado das taxas semanais ou mensais as quais estão submetidos os comerciantes, associada à obrigatoriedade de realizar compras no interior da comunidade; o ressurgimento de jovens armados pelas ruas de algumas comunidades para garantir a vigilância e a ordem, e o monitoramento constante são alguns fatores que tem gerado insatisfações com as milícias e feito com que os moradores das áreas dominadas percebam que, apesar do discurso pautado nas idéias de “ordem” e “paz”, na verdade a dinâmica de atuação deste grupo implica uma nova modalidade de tirania.

O último grande grupo criminoso armado que disputa o domínio de territórios na região metropolitana do Rio de Janeiro é o Tráfico de Drogas no Varejo. Como indicamos anteriormente, este grupo atua em áreas específicas, tendo nas favelas e conjuntos habitacionais seus principais espaços de territorialização. A presença do tráfico de drogas nas favelas cariocas não é algo recente. Remonta aos anos 50, quando a maconha era comercializada por pequenos traficantes e vendida, sobretudo, para os moradores das próprias favelas. Com a chegada da cocaína nos anos 80 e o aumento da demanda por drogas por parte da classe média, o cenário do comércio das drogas ilícitas se modifica e seu controle passa a ser exercido por quadrilhas organizadas (DOWDNEY, 2003).

Os anos de 1983 e 1984 podem ser considerados o marco temporal da chegada e consolidação do comércio ilícito de

cocaína no Rio de Janeiro. É nesse período que mafiosos italianos, ligados ao tráfico internacional de drogas vêm ao Rio de Janeiro negociar com grupos criminosos locais (ZALUAR, 2004). O Comando Vermelho – organização criminosa originalmente fundada para a defesa dos direitos dos presos, e posteriormente centrada em assaltos a bancos - muda seu foco, que passa a ser o tráfico de drogas e o roubo de automóveis, atividade paralela de suporte financeiro ao tráfico. Também é nesse momento que os grupos que controlam a cocaína na América Latina procuram a cúpula do Comando Vermelho propondo uma sociedade (AMORIM, 2003). Cabe considerar ainda que este período foi caracterizado por uma política de segurança pública branda nas favelas cariocas, resultado de uma tentativa de humanização da polícia pelo governo Brizola (1983-1985).

Observa-se, com isso, que o cenário político (governo Brizola), somado às características do contexto sócio-espacial do Rio de Janeiro, como o sítio das favelas, a condição de pobreza de seus moradores e um mercado consumidor promissor (SOUZA, 1994a; 1994b), tornaram esta cidade um ponto estratégico da venda de drogas, e não mais apenas um ponto de passagem de seu comércio internacional. Como afirma Dowdney (2003), “as favelas são geograficamente convenientes do ponto de vista da defesa militar” (p. 74).

A chegada da cocaína sinaliza, então, a passagem do paradigma “maconha-38” para o paradigma “cocaína-AR15” (SOUZA, 2000), segundo o qual a defesa dos pontos de venda torna-se um dos aspectos centrais na comercialização da droga. Com isso, observa-se um aumento do uso de armas pesadas pelos traficantes, algo que, atrelado às disputas internas, dado o crescimento e visibilidade do negócio do tráfico, transformou a disputa e manutenção dos pontos de venda numa disputa militarizada que passou a envolver os grupos criminosos organizados em diferentes facções e a polícia.

Não se pode esquecer, ao longo desse processo, o papel ocupado pela polícia. A polícia, por um lado, adotou a lógica da “guerra às drogas” como paradigma de intervenção, resultando em confrontos bélicos e num aumento significativo do número de mortes, seja de bandidos, seja de policiais, seja ainda de moradores das favelas, que passaram a sofrer diretamente os efeitos desse confronto. Por outro lado, a polícia, não como instituição, mas a partir de grupos de policiais corruptos e interessados em lucrar com o comércio ilícito de drogas, compôs um grupo à parte, que passou a disputar com os traficantes uma fatia dos rendimentos do tráfico através da extorsão e, em muitas circunstâncias, associando-se ao negócio, seja com o tráfico



de armas, seja colaborando com os circuitos de deslocamento da droga até os pontos de venda.

Assim, se por um lado a lógica de “guerra às drogas” ampliou o grau de violência dessa instituição nos espaços territorializados pelo tráfico, por outro e, contraditoriamente, essa repressão aumentou o poder dos grupos corruptos, já que o “preço” pela tranquilidade tornava-se cada vez mais alto. Isso levou a um aumento abrupto da corrupção, com sua instituição na contabilidade do tráfico – o “arrego” – e situou os grupos corruptos em uma nova condição, que aproveitando-se de sua posição começaram a partilhar dos lucros obtidos pelo comércio ilegal de drogas. Dessa forma, os grupos corruptos da polícia passaram a estabelecer relações promíscuas com o tráfico, atuando em diferentes frentes, desde a extorsão até a participação direta no tráfico de drogas.

A disseminação e popularização de novas drogas, especialmente as sintéticas, a diversificação dos pontos de venda e, por conseguinte, da concorrência – resultando em uma queda significativa no valor final da droga ao consumidor, facilitado pela cadeia de corrupção que se consolida e se estende para as fronteiras –, a permanência da irregularidade das práticas comerciais e de uso do solo, alimentadas pela falta de fiscalização, aplicação de regulação específica (conforme prevista no Plano Diretor Decenal) e ainda o uso de mecanismos paralelos de resolução de conflitos, reforçadas pelo descrédito das instituições estatais, fez com que as favelas e demais espaços populares da cidade se tornassem o espaço ideal de consolidação e ampliação das redes ilícitas ali instaladas. A rede do tráfico, diante desse cenário, diversifica-se, ampliando seu grau de intervenção nos espaços favelizados e de participação em atividades econômicas ilícitas ou não regularizadas, como é o caso do transporte alternativo (moto-táxis e vans), da cobrança por serviços de “segurança”, ou ainda da cobrança de água por serviços como o gás.

Observa-se que as redes do comércio varejista de drogas ilícitas consolidam-se ao longo dos anos 90, havendo uma maior definição quanto às redes de corrupção e controle dos territórios. As guerras entre facções são cada vez menores a partir do ano 2000, demonstrando uma tendência à acomodação dos pontos de venda, muito embora isso não tenha implicado no fim de uma certa instabilidade, seja pela ameaça permanente de incursões policiais de confronto pautadas na lógica da “guerra

às drogas”, seja pela eventualidade de um grupo rival querer disputar o território. O fato, porém, é que o risco vem diminuindo, fazendo com que o custo final da droga – e sua taxa de lucro –, diminua igualmente. Como sinaliza Machado (1996),

*“O comércio de drogas ilícitas tem o caráter de atividade transnacional, opera em escala global, mas seus lucros dependem da localização geográfica dos lugares de produção e de consumo, da existência de fronteiras nacionais e da legislação de cada Estado nacional” (p. 30-31)*

Esses fatores influenciam diretamente o preço final do produto: “Cada fronteira atravessada aumenta os riscos e, portanto, o investimento em corrupção e logística. Com isso, os preços aumentam e com eles a possibilidade de lucros” (Ibid.: 30).

Ou seja, o que dá lucro é o risco que a comercialização implica. Nesse sentido, avaliamos que, na medida em que o risco diminui, as taxas de lucro diminuem, afetando diretamente os mercados locais, especialmente aqueles que se situam na esfera mais empobrecida e precária da rede: as favelas, que “representam a manifestação mais pobre e menos sofisticada do tráfico de drogas” (DOWDNEY, 2003: 75).

A diminuição das taxas de lucro do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro foi constatada na pesquisa realizada pelo Observatório de Favelas entre 2004 e 2006 sobre a participação de crianças, adolescentes e jovens na rede social do tráfico de drogas no varejo<sup>8</sup>. O principal reflexo disso foi a queda significativa dos rendimentos dos trabalhadores da rede do tráfico. Verificou-se, por exemplo, que o exercício de uma função cujo rendimento situava-se na faixa de 7 a 10 Salários Mínimos em 2001 – como demonstraram alguns estudos –, podia situar-se em 2006 na faixa de 1 a 3 Salários Mínimos. Os reflexos da queda das taxas de lucro não aparecem apenas na redução dos rendimentos dos trabalhadores da rede do tráfico, mas revelam-se também na diversificação cada vez maior das atividades dos grupos criminosos que atuam no tráfico de drogas.

A diversificação das atividades ilícitas e irregulares praticadas pelos traficantes de drogas não é algo recente. A antropóloga Alba Zaluar mencionava, já em 1982, a cobrança de pedágio e taxas de proteção a comerciantes pelos traficantes da Cidade de Deus (ZALUAR, 1994b). Igualmente, a própria origem do Comando Vermelho não deixa dúvidas de que embora o

8. OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. “Caminhada de crianças adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006.” Rio de Janeiro: 2006. Disponível para download em [www.observatoriodefavelas.org.br](http://www.observatoriodefavelas.org.br)

tráfico viesse a assumir um papel preponderante nas atividades do grupo, sua trajetória em atividades ilícitas os colocava em condições de continuar atuando em outros campos, como mencionamos anteriormente quanto ao roubo de veículos. O fato, porém, é que temos observado uma diversificação e expansão cada vez maior das atividades ilícitas e irregulares praticadas e/ou financiadas pelos grupos criminosos que traficam drogas no Rio de Janeiro.

O chamado “transporte alternativo”, que na realidade é uma atividade irregular, porém praticada livremente, com frouxa fiscalização do governo e alimentada por fortes redes de corrupção e lavagem de dinheiro, é uma das atividades irregulares que mais crescem no Estado do Rio de Janeiro, e que conta com a participação de grupos criminosos. Os serviços de “segurança privada” oferecidos nas favelas e a cobrança de ágio pelo gás de cozinha, entre outros serviços, são também exemplos da expansão das atividades dos grupos criminosos que atuam, originalmente, no ramo das drogas ilícitas.

Com base nisso, acreditamos que as circunstâncias atuais favorecem a denominação desses grupos não mais como “tráfico de drogas” pura e simplesmente – algo que, a propósito, já escamoteava na origem os limites de funcionamento destes grupos, pois atuam no varejo em condições limitadas e precarizadas em comparação ao “Tráfico” das redes internacionais, que envolve outro nível de penetração nas esferas de poder. Acreditamos que a denominação mais adequada para estes grupos seja a de “Grupos Criminosos Armados com Domínio de Território”, algo que, no nosso entender, não se restringe apenas aos grupos de traficantes, mas também aos grupos que se organizam como “mineira” e “milícias”, cujas atividades, como vimos, também vêm se diversificando cada vez mais.

Contudo, é importante ressaltar que não é a diversificação e ampliação das atividades praticadas pelos grupos criminosos o fator explicativo central para essa denominação proposta. O ponto que nos chama mais a atenção é a articulação dessa ampliação das atividades com a expansão territorial dos grupos, em particular a “mineira” que vem se territorializando em direção às áreas de expansão imobiliária irregular de baixa renda – seu principal negócio – e, mais recentemente, as “milícias” que vem ameaçando a relativa estabilidade nas favelas da cidade, investindo pesadamente na disputa pelo controle dessas áreas.

Trata-se, portanto, de uma relação que envolve o uso de armas de fogo, negócios ilícitos ou irregulares e o controle de áreas geográficas. É a partir da conjunção desses três elementos que esses grupos atuam, e é esta a base a partir da qual

propomos essa nova denominação para esses grupos, como forma de ampliar a capacidade de entendimento sobre sua atuação.

Nesses termos, é pertinente nossa afirmação anterior de que

*“o cenário futuro mais provável é o aumento do número de grupos criminosos armados com domínio de território em favelas e bairros periféricos da região metropolitana do Rio de Janeiro. Esses grupos vêm se envolvendo em diversas atividades lícitas e ilícitas. A sua característica marcante é o uso de armas de fogo de alto calibre, que originalmente foram empregadas para a defesa de pontos de venda de drogas ou para a defesa do território contra grupos rivais e que, com o tempo, passaram a ser utilizadas como instrumento de extorsão, coação e pressão, na comunidade e fora dela. O uso de armas possibilita um processo de territorialização crescente, no qual o território dominado passa a funcionar como base das atividades da quadrilha. A distinção intergrupos também ocorre pela referência territorial, podendo-se falar, neste sentido, de uma identidade territorial que passa a definir a inserção em uma facção. A territorialização ocorre, sobretudo, em áreas favelizadas ou de periferia urbana, mas vem se ampliando para as “áreas formais da cidade”, em função da disputa de mercado. Quanto mais acirrada for esta disputa, mais se fragmentará o território da cidade” (SOUZA E SILVA & BARBOSA, 2005: 113)*

Com base nisso, podemos apontar alguns efeitos mais imediatos do processo crescente de territorialização dos grupos criminosos armados com domínio de território na cidade, que constituem, ao nosso ver, o principal obstáculo ao alcance das condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e humano na região metropolitana do Rio de Janeiro, dificultando o exercício pleno da cidadania.

Na escala da metrópole, observa-se a “fragmentação do tecido sócio-político espacial” (SOUZA, 2000), que reflete o processo de territorialização dos grupos criminosos armados em favelas e outros espaços populares da cidade acompanhada pela territorialização das classes altas em espaços auto-segregados, como os condomínios fechados. A cidade fragmentada significa, em outros termos, uma cidade sem vida, destituída de seu sentido pleno, que é o encontro das diferenças, a festa, o confronto de idéias e, mais que tudo, a democracia.

Na escala das favelas e outros espaços periféricos da cidade,



observa-se o acirramento da segregação e da estigmatização sócio-espaciais, o que se reflete diretamente na reprodução da histórica ação discriminatória da polícia, em práticas discriminatórias de outros atores e em políticas sociais que muitas vezes não contemplam as demandas efetivas da comunidade.

Por fim, na escala dos moradores das áreas territorializadas pelos Grupos Criminosos Armados com Domínio de Território, observa-se um acirramento das condições de vida, com limitação de possibilidades econômicas, culturais e sociais, já que o acesso a bens e equipamentos públicos fica restrito devido a limites de circulação pela cidade, associado a uma “presentificação” e particularização das experiências de vida cada vez maior. A isso, somam-se os altos índices de violência letal, que afetam especialmente os jovens moradores dos espaços populares.

### **CAMINHOS POSSÍVEIS. PENSANDO PRINCÍPIOS BÁSICOS NO ENFRENTAMENTO AOS EFEITOS DOS GRUPOS CRIMINOSOS ARMADOS COM DOMÍNIO DE TERRITÓRIO NA CIDADE**

Com o intuito de melhor compreender e enfrentar esses efeitos temos desenvolvido no Observatório de Favelas um conceito que denominamos “soberania urbana”. A soberania designa a capacidade de um Estado-Nação de formular e aplicar leis específicas em seu território de forma autônoma. Portanto, o conceito de soberania está diretamente vinculado às noções de poder e de legitimidade<sup>9</sup>.

Sabemos que não é comum o uso da expressão “soberania”, para tratar de territórios dentro de um país. Porém, ao analisarmos a territorialização do crime na região metropolitana do Rio de Janeiro nos deparamos de forma contundente com a incapacidade do Estado de exercer sua soberania sobre grandes áreas da cidade. Consideramos que no Rio de Janeiro, o Estado abriu mão, historicamente, de exercer sua soberania nos territórios populares, em especial nas favelas, devido à sua incapacidade de agir de forma republicana. Este processo possibilitou que o monopólio do uso da força, a regulação das relações e o ordenamento social fossem privatizados por diferentes grupos criminosos armados - como o tráfico de drogas, a polícia mineira e as milícias - em inúmeros espaços populares da cidade.

Nesse contexto, o desafio que se coloca para o Estado em relação aos territórios dominados por estes grupos criminosos armados é a construção de caminhos para a retomada do controle sobre a oferta dos serviços públicos e o funcionamento dos equipamentos urbanos; a regulação das relações de propriedade, a garantia da segurança dos cidadãos e do direito de circulação pela cidade, entre outros direitos fundamentais, através de estratégias que não estejam pautadas no uso da força ou na lógica do confronto, mas sim em uma atuação republicana capaz de gerar adesões da sociedade e legitimidade para este processo.

Entendemos que a superação dos efeitos perversos da ação dos Grupos Criminosos Armados com Domínio de Território deve passar por uma associação entre uma política pública distributiva de renda e o aumento da participação social no processo de formulação de novas estratégias de enfrentamento do quadro de violência urbana atual.

O complexo quadro da criminalidade violenta no Rio de Janeiro hoje exige um avanço na formulação de proposições nos campos da segurança pública e do Direito à Cidade. Nesta perspectiva, concluímos essa reflexão como algumas propostas que consideramos imprescindíveis para a transformação do cenário descrito.

No campo da segurança pública:

- Mudança do modelo pautado na lógica do confronto e na militarização progressiva por uma política de segurança pública que tenha como princípio fundamental a valorização da vida.
- Ênfase no controle de armas e na consolidação de uma política de desarmamento.
- Investimento nos trabalhos de inteligência e investigação, que assumem um papel fundamental na interceptação do tráfico de armas de fogo antes que estas cheguem às favelas; na prisão dos grandes revendedores ilegais e no combate à corrupção policial, principal responsável pela chegada de armas às mãos de grupos criminosos.
- Valorização da formação dos policiais apoiada em uma concepção de segurança cidadã que priorize a valorização da vida.
- Treinamento para todos os policiais no emprego de

9. SOUZA E SILVA, Jailson. “Considerações gerais sobre o direito à circulação na cidade e a Soberania Urbana”. 2007. Disponível para download em [www.observatoriodefavelas.org.br](http://www.observatoriodefavelas.org.br)

técnicas e armas não letais nas operações policiais (tiro defensivo, forma de abordagem, etc).

- Enfrentamento do problema das drogas com foco na prevenção e na redução de danos, compreendendo essa questão no campo da saúde pública.
- Construção de um programa para a redução da violência letal que contemple a articulação do poder público, da sociedade civil organizada e da população em geral na formulação das ações na área da segurança urbana, bem como a criação de indicadores e mecanismos de monitoramento que subsidiem ações preventivas.
- Publicização regular e transparente das estatísticas oficiais relativas ao sistema de segurança pública e justiça criminal. Sem tais informações, qualquer planejamento e avaliação de políticas públicas nessa área ficam comprometidos.
- Fortalecimento dos mecanismos de controle externo da atividade policial, com ênfase em sua independência, autonomia e dotação orçamentária.
- Criação de espaços de interlocução permanentes com os gestores públicos que possibilitem a participação popular na formulação das políticas públicas.

No campo do direito à cidade:

- Desenvolvimento de ações de sensibilização sobre os estereótipos relacionados aos espaços populares, em especial as favelas, visando contribuir para uma ruptura da lógica da cidade partida.
- Realização de ações integradoras que promovam a circulação pela cidade, o encontro das diferenças e a apropriação da polis por todos os seus habitantes.
- Regularização fundiária e criação de mecanismos de regulamentação e controle urbano baseados em zonas especiais de interesse social com vistas à regularização gradativa das atividades comerciais, serviços e usos do espaço, que passariam ao controle e fiscalização do Poder Público.
- Construção de um projeto de cidade, a médio e longo prazo, com políticas que direcionem recursos para a oferta de equipamentos e serviços de qualidade às populações das favelas e periferias.
- Reconhecimento dos moradores de favelas e periferias como sujeitos de direitos e atores políticos fundamentais para a construção de uma cidade mais justa, fraterna e solidária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Carlos (2003). *CV\_PCC a irmandade do crime*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- DOWDNEY, Luke (2003). *Crianças no tráfico*. Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- LIMA, William da Silva (1991). *Quatrocentos contra um*. Uma história do Comando Vermelho. Rio de Janeiro: ISER; Petrópolis: Vozes.
- MACHADO, Lia Osório (1996). *O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?* In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. "Caminhada de crianças adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006." Rio de Janeiro: 2006. Disponível para download em [www.observatoriodefavelas.org.br](http://www.observatoriodefavelas.org.br)
- SACK, Robert David. *Human Territoriality: Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SILVA, José Fernando Siqueira da (2004). "Justiçeiros" e violência urbana. São Paulo: Cortez.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2000). *O desafio metropolitano*. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (1996). *As drogas e a "questão urbana" no Brasil*. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (1995). "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, Iná Elias et alli. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 96
- \_\_\_\_\_ (1994a). *Urbanização e desenvolvimento*. Rediscutindo o urbano e a urbanização como fatores e símbolos de desenvolvimento à luz da experiência brasileira recente. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 56 (1/4): 255-291, jan./dez. 1994.
- \_\_\_\_\_ (1994b). *O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial*. Cadernos IPPUR/UFRJ. Ano VIII, n. 2/3, Set./Dez. 1994.
- SOUZA E SILVA, Jailson de & BARBOSA, Jorge Luiz (2005). *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: SENAC.
- \_\_\_\_\_ "Considerações gerais sobre o direito à circulação na cidade e a Sobe- rania Urbana". 2007. Disponível para download em [www.observatoriodefavelas.org.br](http://www.observatoriodefavelas.org.br)
- ZALUAR, Alba (2004). *Crime organizado, violência e poder: bairrismos fora de lugar* In: *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- \_\_\_\_\_ (1994). *A criminalização das drogas e o reencantamento do mal*. In: *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan.
- \_\_\_\_\_ (1994b). *As classes populares urbanas e a lógica do "ferro" e do fumo*. In: *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan.



# CAPITALISMO DEPENDENTE E DIREITOS HUMANOS: UMA RELAÇÃO INCOMPATÍVEL

Roberto Leher<sup>1</sup>

A relação entre a formação das Nações e os direitos humanos dos povos e indivíduos não é unidimensional, linear e imediata; entretanto, a negação dos direitos humanos fundamentais é particularmente severa nas nações que não foram capazes de incorporar todos os povos no processo de formação nacional, situação da maior parte da América Latina. Com a exceção da revolução “jacobina” do Haiti (1791) em que os negros expulsaram seus algozes e lograram sua independência nacional, os demais processos de independência e de formação dos novos países não incluíram todos os povos, todas as gentes.

Um Estado-nação é uma sociedade nacionalizada e, por isso, politicamente organizada: o pressuposto de uma nação é que todos os indivíduos possam gozar de cidadania e praticar a democracia política. Entretanto, a cidadania diz respeito a uma igualdade legal, civil e política para pessoas socialmente desiguais. Toda sociedade é uma estrutura de poder em que prevalece a imposição de alguns sobre os demais. Como, desde Marx, podemos pensar que a sociedade civil é a dimensão determinante frente ao Estado (que, por isso é o elemento subordinado no par Estado-Sociedade Civil), é possível propugnar que todo Estado-nação é uma estrutura de poder (controle do trabalho, sexo, autoridade, intersubjetividade e conhecimento) (Quijano, 2005, p.70).

Justo por se constituir como uma estrutura de poder é indispensável que a identidade das pessoas com o Estado-nação seja não apenas imaginada, mas real. Nos modernos Estados-nação

tem de existir alguma distribuição no controle do poder para homogeneizar a população, mas, ao mesmo tempo, é preciso manter um poder político estável e centralizado. Na Europa, a homogeneização implicou, não raramente, em limpeza étnica. Na Espanha, requereu expulsão dos judeus e dos muçulmanos. Assim, a problemática dos direitos humanos marca indelevelmente a história das formações nacionais. Uma exceção notável, fruto de uma revolução radical, aconteceu na França: distintamente, ocorreu uma democratização das relações sociais e políticas promovidas pela revolução francesa, favorecendo o afrancesamento efetivo, ainda que não total, dos povos heterogêneos que habitavam o território francês (Quijano, 2005, p.73).

Nos países latino-americanos com maioria índia, negra e mestiça, a trajetória eurocêntrica que conduziu ao Estado-nação fez com que a maioria da população não se identificasse com o Estado-nação. Na América hispânica, muitos países possuem até 90% da população índia ou negra. Nestes casos, aconteceu uma completa negação da participação desses segmentos na vida democrática do país.

A pequena minoria branca chegou a impor o pagamento de impostos sobre os índios e os mestiços. Esta minoria expandiu seus territórios e propriedades. Como assinalado, o Haiti foi o único país em que houve revolução social, nacional e étnica, objetivando a descolonização real e global de poder, intento que motivou a ação militar dos EUA que levou a experiência original a ser derrotada.

1. Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ.

A rigor, a maioria do povo não foi concebida de fato como protagonista da nova formação nacional, não cabendo a estes qualquer distribuição do poder expresso na esfera econômica. Assim, para os setores dominantes locais, as nações emergentes no processo de independência nacional continham, em seus territórios, povos invisíveis, ou, pior, povos dotados de uma humanidade inferior, cabendo, a estes, as funções subalternas, o trabalho compulsório e hiperexplorado. As nascentes constituições não os conceberam como sujeitos de direitos. Não fazendo parte efetiva da nação – que, contraditoriamente, não podia prescindir do uso desses “não cidadãos” como trabalhadores – a forma de contenção social foi o açoite, o jugo dos capitães do mato e a repressão. Toda tentativa de auto-organização desses contingentes, povos, etnias, foi impiedosamente massacrada.

No Brasil não foi diferente. A Constituição outorgada de 1824, embora reivindicasse inspiração na Declaração dos Direitos do Homem e nos ideais da Revolução Francesa, manteve intacta a escravidão e, a rigor, não reconhecia os camponeses e os trabalhadores formalmente livres como cidadãos. Assim, por exemplo, “as primeiras letras eram um direito de todos os cidadãos”, mas a maior parte da população não se encaixava nessa categoria e, por isso, foi excluída desse direito fundamental.

Esse hiato entre os valores e os ideais liberais proclamados, inclusive no plano jurídico-formal, e a prática concreta dos governos que se sucederam no período colonial, no Império e na maior parte da história republicana, caracteriza um *falso universalismo liberal*. Os trabalhadores expropriados e explorados, muitos deles por meio de uma prévia classificação racial, não estavam inseridos nesse universalismo. Por isso, o universalismo empreendido pelos setores dominantes da época não podia ser concreto: conceitualmente, esses “outros”, não estavam inseridos na esfera dos direitos universais, pois não eram considerados parte da nação e da esfera da cidadania liberal burguesa.

Invisibilizados pelo falso universalismo liberal, quando procuraram afirmar direitos por meio de lutas sociais, o Estado afirmou todo o seu particularismo empreendendo dura repressão. Todos os movimentos populares em defesa de uma formação

nacional capaz de incluir todos os povos foram exemplarmente reprimidos, como ousadias que não poderiam ser repetidas.

De fato, a negação do protagonismo dos trabalhadores mais expropriados e explorados no processo de formação nacional foi efetuada por meio da força. Como lembra Maestri<sup>2</sup>,

*a chamada Conspiração dos Alfaiates, ocorrida em 1798, em Salvador, apesar de constituir o mais radical movimento independentista ocorrido nos territórios do atual Brasil é uma história silenciada, não compondo as comemorações oficiais do país, justo por ter como protagonistas trabalhadores pobres, em geral “pardos”.*

Entretanto, como salienta José Varela<sup>3</sup>, no processo de independência brasileira mesmo movimentos emancipatórios não foram capazes de romper com suas convicções eurocêntricas, tornando ainda maiores os obstáculos à constituição de movimentos classistas capazes de, dialeticamente, incorporar e superar, etnias e povos provenientes de África na formação nacional:

*Quando da ocupação anglo-portuguesa de Caiena, em 1809, por tropa recrutada no Pará entre o povo, o retorno dos soldados paraenses em 1817 produziu o “contágio” republicano que a termo produziu o movimento de adesão à independência do Brasil, em 14 de abril de 1823, e diante da incompreensão do Império do Rio de Janeiro levou à insurreição popular dita a Cabanagem (1835-1840). No Pará revolucionário o povo chegou ao poder, mas a violência escravista não tendo cessado imediatamente, dentre contradições terríveis, provocou a deserção dos negros que se refugiaram nos mocambos do Trombetas e levou à derrota do movimento revolucionário popular diante da genocida ofensiva do Império brasileiro.*

Essa forma de constituição do Estado-nação está na base da formação do capitalismo dependente teorizada por Aníbal Quijano e Florestan Fernandes. A fração local da burguesia (branca) quando se mobilizou contra o colonialismo se identificou com o

---

2. Mario Maestri. Bahia, 1798: a Revolução dos Jacobinos Negros In: Revista Espaço Acadêmico, n. 81, fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/081/81maestri.htm>, acesso em 05 de junho de 08. 3. José Varela Haiti, Cité Soleil versus favelas Brazil, 3/6/2008, disponível em: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=38189>, acesso em 6 de junho de 2008.

centro europeu e, mais tarde, com os EUA (Quijano, 2005, p. 84). O intento colonial de promover a falsa noção de raça como estrutura biológica fundamental dos seres humanos, categorizando-os em hierarquias, permitiu a implementação de um sistema de expropriação e exploração do trabalho que está na raiz do capitalismo dependente: um sistema que permite a extração de extraordinárias taxas de sobretrabalho, em prol de sua própria reprodução e de seus sócios localizados nos países hegemônicos.

No final do Século XX, os marcos jurídicos do país foram substancialmente modificados. O conceito de cidadania não contém cortes étnico-raciais e, ao menos formalmente, todos os brasileiros são iguais sujeitos de direitos. Mas isso é uma verdade parcial. A ausência de um real universalismo é algo sutil. Na aparência é quase como se fosse algo individualizado, conforme os *méritos* e *deméritos* de cada um. Os que vivem em condições de privação são aqueles que, por falta de mérito e habilidade, não conseguiram progredir e melhorar de vida. Para além da ideologia liberal do mérito e do empreendedorismo, o fato de a maioria dos pobres ser negra e mestiça somente comprova que a formação nacional brasileira não foi capaz de promover uma verdadeira distribuição de poder entre todos os povos, etnias e indivíduos. As privações são mais graves, evidentemente, no caso da classe que vive do próprio trabalho e é explorada, em particular onde a conjunção classe-etnia é mais profunda. A identidade fundamental das frações burguesas dominantes locais foi eurocêntrica, constituindo um sistema de dominação de classe em que a expropriação e exploração dos afro-descendentes foram particularmente severas.

Os trabalhadores e povos mais explorados e expropriados no processo de formação nacional são, grosso modo, os mesmos que habitam as áreas periféricas das grandes cidades e as empobrecidas cidades e vilarejos do campo. E na ausência concreta de mecanismos que assegurem maior participação dos trabalhadores na distribuição da mais-valia e, por consequência, de meios capazes de garantir direitos sociais básicos, os trabalhadores mais explorados e expropriados, quando se rebelam – ou que potencialmente possam vir a se rebelar – são, a exemplo de seus antepassados, impiedosamente reprimidos pelas polícias, inclusive por meio de massacres e assassinatos.

Essa política repressiva tem um longo e áspero histórico. Dos “esquadrões da morte”, comuns no período da ditadura empresarial-militar, às milícias e *tropas de elite* da polícia no presente, o percurso da repressão se manteve em um crescendo. É preciso

recusar a idéia de que essas ações tenham sido aleatórias. A repressão é uma política de Estado organizada segundo o objetivo do controle social. No final do século XX, a forma de intervenção do Estado assumiu novas configurações que permitiram a combinação de repressão sistemática e políticas de “alívio à pobreza”.

As políticas atuais não seriam possíveis sem a prévia territorialização da pobreza. Este é um conceito muito caro ao Banco Mundial. As favelas e áreas de maior concentração de habitações populares foram conceituadas como territórios definidos objetivando estilhaçar o conceito unificador de classe. O objetivo bancomundialista é impedir que as áreas de habitação da classe que vive do próprio trabalho e é explorada sejam concebidas como tais. Essas áreas passaram a ser classificadas como unidades fragmentadas, designadas por seus nomes de origem como Complexo do Alemão, Rocinha, Complexo da Maré etc., mas em vez de concebidas como bairros e favelas da pólis, passam a ter uma conotação territorial delimitada por fronteiras invisíveis, mas reais. A imagem dos bantustões não é um exagero. Essas áreas frequentemente são concebidas como territórios hostis. Para a “esquerda para o capital”, ou seja, a esquerda que objetiva humanizar o neoliberalismo para reproduzir o capitalismo neoliberal, esses territórios são zonas para políticas públicas de baixo custo e focalizadas, preferencialmente empreendidas com a participação da população local na esfera de uma abstrata e descarnada sociedade civil. É essa leitura que subjaz a expansão extraordinária de ONG e igrejas pentecostais nessas comunidades. Entretanto, o pressuposto é a liberação desses territórios e em nome dessa liberação são cada vez mais comuns as incursões policiais que sempre resultam em um elevado número de vítimas, entre as quais crianças e trabalhadores pobres. Nesse ambiente, qualquer tentativa de auto-organização dos trabalhadores a partir de suas moradias torna-se muito difícil.

Pensar a violência cotidiana empreendida pelo Estado como uma política de dissuasão de qualquer intento de luta de classes não tem sido uma prioridade da análise marxista (Ceceña, 2004, 2007). Possivelmente, uma leitura mecanicista da elaboração gramsciana tenha contribuído para esse desinteresse. A proposição gramsciana de que nas sociedades de tipo Ocidental o domínio se dá, sobretudo, pela persuasão foi pensada, indevidamente, como parte de um esquema binário: onde o domínio é majoritariamente por consentimento, a repressão inexistente ou é esporádica e pontual e vice-versa. Longe disso. A coerção e o consentimento compõem uma mesma totalidade, uma não existe

sem a outra. Ellen M. Wood (2003) lembra que a sociedade civil é também coercitiva, vide a repressão nos locais de trabalho e que, para o capital, a repressão é, também, “educativa”.

O posicionamento de Tarso Genro, atual Ministro da Justiça e destacado publicista da “nova esquerda”, sobre os massacres promovidos pela polícia do Rio de Janeiro nas favelas é ilustrativo dessa tendência. O ministro defendeu abertamente a força extrema para “liberar os territórios hostis” para, posteriormente, ampliar as políticas públicas focalizadas e de alívio à pobreza. A inspiração mais imediata é o modelo da polícia “cidadã” da Colômbia que, por meio de forças policiais e paramilitares “pacificou” as comunidades (com muitas mortes e desaparecimentos) e, a seguir, por meio de ONG e igrejas, vem preconizando a adoção de políticas de alívio à pobreza.

Com efeito, a reação dos dirigentes do Estado ao massacre no Complexo do Alemão mostra que as derradeiras fronteiras da puída social-democracia de Lula da Silva foram rompidas. Ao elogiar as ações de repressão ao tráfico no Complexo do Alemão, afirmou: “Tem gente que acha que é possível enfrentar a bandidagem com pétalas de rosas, jogando pétalas de rosas, jogando pó-de-arroz”<sup>4</sup>. O governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, eleito pelo PMDB com apoio do PT de Lula da Silva, igualmente considerou a ação um extraordinário êxito: “uma operação com planejamento, eficiência e operacionalidade”<sup>5</sup>. Chegou muito perto de afirmar que a incursão teve uma precisão cirúrgica, científica, como Bush pai qualificava a operação “tempestade no deserto” que ceifou milhares de vítimas civis.

Em entrevista à Folha<sup>6</sup>, o ministro da Justiça, Tarso Genro, disse que ações policiais – como a ocorrida em 2007 no complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, que deixou 19 mortos –, estão previstas numa primeira fase do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), apelidado de “PAC da Segurança”. O conceito desenvolvido pelo novo Programa tem como pressuposto que as favelas e áreas em que habitam os pobres são territórios hostis que devem ser “retomados” militarmente, mesmo que à custa de inevitáveis “excessos” (eufemismo para execuções). É importante salientar que a repressão, as ocupações militares e

a “pacificação” (outrora chamadas de neutralização do inimigo – não havendo operações de investigação com prisões dos envolvidos com o crime) são os pressupostos do paradigma a ser seguido, mesmo porque, conforme o Ministro da Justiça “as políticas sociais podem ter efeito na melhoria da qualidade de vida, mas elas não reduzem os índices de criminalidade”.

*A questão da pacificação e da reocupação do território é imprescindível. Se o Estado não exerce a autoridade plena sob determinada região, o Estado não tem condições de mudar o paradigma de segurança pública, afirmou Tarso. No Pronasci, operações dessa natureza estão previstas para a reocupação do território. (...).*

Junto com a escalada policial-militar o governo Federal vai se apropriando de um discurso que poderia ter sido escrito pelos assessores de Bush, como John Bolton, Donald Rumsfeld (ex-secretário de Defesa), Paul Wolfowitz, Stephen Cambone e Douglas Feith (ex-vice da Defesa), e o chefe da equipe do vice-presidente Dick Cheney, Lewis Libby. Em pronunciamento à nação no Parlatório do Palácio do Planalto, o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que os ataques violentos que ocorreram no Rio de Janeiro serão tratados como atos terroristas: “Essa barbaridade que aconteceu no Rio de Janeiro não pode ser tratada como crime comum. Isso é terrorismo e tem que ser combatido com a política forte e mão forte do Estado brasileiro”<sup>7</sup>.

Examinando a questão sob o prisma dos movimentos sociais anti-capitalistas a situação não é diferente. Em 2005, ocorreram 200 prisões de integrantes do MST e, em 2006, foram mais de 900 trabalhadores rurais presos<sup>8</sup>. Em 2007, pela primeira vez desde o final da ditadura empresarial-militar, também as lideranças nacionais de maior visibilidade do MST foram colocados na condição de alvos, como ocorreu recentemente com Gilmar Mauro e Keno, este último assassinado por milicianos da Syngenta. Está evidente que o sinal para a repressão está verde.

É possível depreender a forma como o Estado interage com os pobres que vivem nas zonas operárias e, mais amplamente,

4. Força contra a bandidagem. *O Dia on Line*, 3/7/07. [http://odia.terra.com.br/rio/htm/geral\\_108023.asp](http://odia.terra.com.br/rio/htm/geral_108023.asp) 5. Fernanda Pontes. Governador elogia ação no Complexo do Alemão. *O Globo on Line*, 29/06/07. <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/29/296570394.asp> 6. Programa prevê ocupações como a do Alemão, diz Tarso. *Folha de São Paulo*, 9 de julho de 2007 (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0907200702.htm>). 7. <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/01/01/materia,2007-01-01.8001062094/view>. 8. Daniel Cassol. *Prisões de Sem Terra aumentam no Brasil*, informa OAB, 14/06/07. In: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3696>.

da classe que vive do próprio trabalho confirmando que a nação segue constituída de modo a não caberem todos os povos e todas as pessoas. Segue existindo um “outro problemático” cuja vida é de distinta magnitude. Os mortos não envolvidos em confronto armado com a força policial seguem sendo concebidos como efeitos colaterais aceitáveis, pois podem contribuir para que toda a “boa sociedade”, constituída pelas pessoas que realmente importam, possa viver em paz e segurança.

### **PADRÃO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E DIREITOS HUMANOS**

As recentes incursões policiais em grandes comunidades populares têm deixado atrás de si um volumoso rastro de sangue e denotam uma forma particular de imperialismo e de militarização do controle social (Ceceña, 2007). Compreendendo que o imperialismo vem sendo operado por um “sistema de Estados” (Wood, 2003) e que o Estado é a conjunção da sociedade civil e da sociedade política, hegemonia couraçada pela coerção (Gramsci), é preciso indagar sobre o significado dessas ações para além da correta compreensão de que é um grave atentado contra os direitos humanos. É isso, mas é muito mais do que isso.

O padrão de acumulação em curso no Brasil e na América Latina, sintetizado em um amplo processo de expropriação (Harvey, 2004) – incluindo grande parte dos tributos, por meio do pagamento da “dívida” pública, da reprimarização e da hiper-exploração do trabalho – não é capaz de abrir vias virtuosas para a melhoria das condições sociais dos trabalhadores e da juventude em particular. As contradições extremas geram tensões e conflitos sociais de grandes proporções. Preventivamente, os Estados estão lançando mão do uso crescente da violência contra os sujeitos que vivem-do-próprio trabalho, em particular os habitantes das favelas, os trabalhadores negros<sup>9</sup>, jovens e, por meio do aparato judicial, da polícia e da segurança privada, a serviço inclusive de grandes empresas, contra representantes dos movimentos sociais engajados na luta socialista.

O quarto de século de políticas denominadas pelo Banco Mundial de “ajuste estrutural” foi devastador para a América Latina. Imagens como as do filme “Memória do Saqueio” (*Memória del Saqueo*, 2004) de Fernando Solanas, nos oferecem um quadro particular da erosão da vida social provocada pelo neoliberalismo e pela *mafioscracia* que o acompanhou.

Essa situação serviu de combustível para diversas revoltas populares que derrotaram governos reacionários – estes festejados pelo BM, pelo FMI e por Wall Street como exemplos de governos comprometidos com as “boas políticas” – como as do Equador (1997, 2000, 2005) e da Bolívia (2003, 2005), abrindo caminho para a vitória de Morales em 2005; a do Peru, quando uma enorme mobilização de massas expulsou Fujimori e sua ‘ditadura constitucional’ (2000) e, em 2001, o da Argentina quando o presidente da suposta ‘centro-esquerda’, Fernando de la Rúa, havia traído suas promessas eleitorais de abandonar as políticas neoliberais (Borón, 2007).

Frente a esse quadro de mobilizações massivas, levantes e prenúncios de insurgências, o “11 de Setembro” foi um acontecimento providencial para uma alteração na relação entre consentimento e coerção, em favor desta última dimensão, guiada pela estratégia da Guerra Infinita<sup>10</sup>, uma guerra sem objetivos e alvos definidos que permite que qualquer potencial ou pressuposta ameaça à ordem seja combatida como guerra ao terror. Nessa forma de guerra, os efeitos colaterais têm implicações educativas, compondo a pedagogia do terror.

Na ausência de focos evidentes de organizações “terroristas”, Washington rapidamente criou *seu* próprio índice latino-americano do *terror* e de governos *hostis*, como as FARC na Colômbia e o governo de Cuba. A identificação de inimigos internos e territórios *hostis* não é nova, vide a Doutrina da Segurança Nacional. A prática dos Conflitos de Baixa Intensidade é parte desse tenebroso histórico que provocou massacres que não podem ser esquecidos, como os 200 mil mortos e 50 mil desaparecidos na Guatemala; os 30 mil desaparecidos na Argentina; os 3,2 mil desaparecidos no Chile; os 75 mil mortos e desaparecidos

9. A proporção de homicídios no total de mortes é mais alta para as pessoas negras de todas as idades, embora muito mais acentuada na faixa etária de 14 e 19 anos. Nessa faixa registra-se a maior distância em relação aos brancos: enquanto ela é de 2,8% aos 13 anos de idade, aos 14 sobe para 10,3% e aos 19 anos chega a 17,2% (Lemgruber, 2006). 10. O Documento Estratégia de Segurança Nacional (NSS) escrito sob a direção de Condoleezza Rice era altamente agressivo. “Defenderemos os EUA, o povo americano e nossos interesses em casa e no exterior, identificando e destruindo as ameaças antes que elas cheguem às nossas fronteiras. Ao mesmo tempo em que os EUA tentarão recrutar o apoio da comunidade internacional, não hesitaremos em agir sozinhos, se necessário, para exercer nosso direito de autodefesa, agindo de maneira preventiva”.

durante a Guerra Civil em El Salvador; os 88 mil mortos e desaparecidos na Nicarágua; os 200 mil no Haiti, e um banho de sangue interminável na Colômbia, com mais de 20 mil mortos por ano desde meados dos anos sessenta, cinco mil dirigentes da legalizada União Patriótica assassinados em menos de dez anos e os 3.500.000 de camponeses expulsos da terra pela guerra (Borón, 2007).

O chamado narcotráfico e a venda ilegal de armas estão imersos nos fios que conectam o *dinheiro sujo* ao capital rentista – que floresce nas periferias e nos paraísos fiscais para chegar “limpo” à *Wall Street* e às contas suíças. Está claro que o crescimento do narcotráfico e do tráfico de armas requer a incorporação de milhares de jovens na disputa violenta e bárbara pelo controle dos negócios que alimentam a *mafioscracia*.

Com efeito, o crescimento do peso do capital financeiro no período de apogeu do ajuste neoliberal tornou as atividades ilícitas relevantes para o sistema, fazendo explodir a violência. O contraste com a situação antes da Crise da Dívida de 1982 e o período de apogeu neoliberal é eloqüente:

*“O Brasil passou de 11,7 homicídios por cem mil habitantes em 1980 para 27,8 por cem mil em 2001. Para se ter uma idéia da dimensão desses números, é bom lembrar que os países da Europa ocidental, por exemplo, têm taxas inferiores a 3 mortes por 100.000 habitantes” (Lemgruber, 2004).*

Trabalhando com a hipótese de que o recrudescimento da ofensiva policial e de milícias está relacionado com o padrão de acumulação fortemente expropriador em curso, é possível propugnar que essa repressão é parte da estratégia política dos setores dominantes. Nesse sentido, cabe indagar se existe uma doutrina de segurança que confere organicidade e caráter nacional e continental ao movimento repressivo contra os movimentos sociais e os pobres. Em virtude das manifestações dos setores dominantes no Brasil e de seus governos, a hipótese de que o modelo colombiano é uma inspiração reivindicada não pode deixar de ser examinada.

### MODELO COLOMBIANO DE CONTROLE SOCIAL<sup>11</sup>

A resistência à implantação do padrão de acumulação por despossessão e do seu arcabouço político na Colômbia não seguiu o mesmo processo da maior parte da América Latina. Além do protagonismo popular, era preciso enfrentar a insurgência armada, pois os previsíveis “perdedores” da política neoliberal poderiam engrossar suas fileiras. Assim, mais do que em qualquer outro país, excetuando a experiência original pinochevista, é na Colômbia que o uso da força (guerra suja) foi mais estruturante da política do Estado e dos setores dominantes<sup>12</sup>.

Além dos assassinatos dos líderes políticos da União Patriótica já mencionados, muitos outros militantes de outros grupos de oposição foram mortos. Qualificados como terroristas, militantes de movimentos de direitos humanos, de sindicatos e de partidos que criticaram o modelo de segurança foram friamente executados. Em certo sentido, a retomada da classificação de movimentos políticos como terroristas foi pioneiramente desenvolvida na Colômbia, ganhando proporções sistêmicas após o “11 de Setembro”. O objetivo, além do óbvio de promover uma limpeza ideológica foi o de instaurar um clima de medo e de terror, tal como ocorre atualmente nas favelas brasileiras.

Todo o aparato judiciário foi modificado, novas leis supostamente contra o narcotráfico e a guerrilha foram elaboradas pelos governos Ayala (1978-1982), Barco (1986-1990), Gaviria (1990-1994) e, em especial, pelo Estatuto Anti-Terrorista de Uribe (2000-2006), permitindo prisões e quebras de sigilo de comunicação sem autorização judicial, legislação esta aplicada contra militantes sociais posto o conceito lato e impreciso do que seja terrorismo. Muito dessa nova configuração jurídica foi elaborada no contexto dos acordos com os EUA que, a pretexto da luta contra as drogas, pretendia instalar um modelo de repressão que o governo estadunidense sabia ser necessário para derrotar o ascenso dos movimentos sociais antisistêmicos. Como sublinha Betancur<sup>13</sup>, para os EUA, a Colômbia deveria ser uma base de operações dos EUA na América Latina, a exemplo de Israel na Palestina e no mundo árabe.

11. A presente seção foi desenvolvida parcialmente para o artigo “Violência do Estado e Capitalismo Dependente” de minha autoria, a ser publicado pelo Núcleo Trabalho e Educação da Universidade Federal do Ceará. 12. Betancur, M.S.B Del estatuto de seguridad al estado comunitario: veinticinco años de criminalización de la protesta social en Colombia. Bs.As., CLACSO, *Revista del OSAL*, n. 19, Enero- Abril 2006, p. 179-184. 13. Betancur (Idem, p.180).



Há um aspecto crucial do modelo colombiano de Uribe e Washington que é de suma importância para a análise do caso brasileiro: a política sistêmica de segurança baseada nas mudanças jurídicas assinaladas tem o edulcorado nome de Estado comunitário e de política de segurança democrática. Com esta política Uribe pretende polarizar a sociedade entre bons e maus, entre democratas e terroristas. Todas as propostas não compatíveis com o projeto acordado com Bush, em especial o acordo de livre comércio com os EUA, são estigmatizadas (Betancur, 2006, p. 181). O propósito da política de segurança democrática é inequívoco: criminalizar o protesto social e os conflitos políticos. Durante o governo Uribe, 136 ex-membros da União Patriótica foram executados, 38 antigos militantes estão desaparecidos. Vários sindicalistas e militantes dos direitos humanos seguem sendo mortos pela repressão.

O modelo do Plano Colômbia, associado às milícias está presente em grande parte da América Latina, em especial na chamada Iniciativa de Segurança Regional que reúne México, Guatemala, El Salvador e Honduras, sob a liderança dos EUA, países em que têm sido freqüente a militarização e atuação de grupos paramilitares, além de assassinatos, seqüestros e desaparecimentos de lutadores populares. Mais recentemente, o Paraguai passou a adotar esse modelo de ação. Em 2003, o governo paraguaio editou o Decreto 167 que autoriza as Forças Armadas a atuarem em colaboração com a polícia nacional na perseguição de militantes populares sob a acusação de serem terroristas, admitindo, ainda, a presença de tropas estadunidenses sob o argumento de exercícios militares conjuntos.

No caso brasileiro, o presidente do BID, Luiz Alberto Moreno, convidou os governadores Sérgio Cabral (RJ), Aécio Neves (MG) e José Roberto Arruda (Brasília) a Bogotá, Colômbia, para participarem de reuniões com autoridades, como o presidente-direitista mais empenhado na difusão da “Guerra Infinita” na América Latina, Álvaro Uribe, e “especialistas” na área de segurança pública – engajados no Plano Patriota, uma dimensão do Plano

Colômbia. Não é provável que representantes diretos da Auto-Defesa Unidas da Colômbia (AUC) – força paramilitar que constitui a coluna vertebral do sistema de “segurança” organizada no contexto do Plano Colômbia patrocinado pelo Departamento de Estado dos EUA – tenham participado abertamente da reunião, pois Uribe e seus familiares andam às voltas com acusações de comandar essa milícia ilegal<sup>14</sup>. Entretanto, seguramente, o uso de milícias ou forças militares especiais que cumpram esse papel foi sub-repticiamente sugerido<sup>15</sup>.

Tal como no Brasil, em que as mortes impingidas pelas forças coercitivas não reduzem o tráfico de drogas e armas, na Colômbia o objetivo da “guerra infinita” local não pôs fim ao narcotráfico, mas exacerbou o “controle social”, em especial nas áreas pobres (como os cerros de Medellín e o combate às FARC). Ao contrário de enfraquecer o narcotráfico, combatendo o plantio de coca, com forte apoio econômico e militar estadunidense, a AUC gradativamente monopolizou a intermediação e hoje 80% de seus recursos provém, justamente, do narcotráfico<sup>16</sup>.

No Brasil, embora os casos de assassinatos e desaparecimentos de militantes sociais sejam focalizados, incidindo, sobretudo, como visto anteriormente, sobre o MST, não restam dúvidas de que a criminalização da pobreza é feita por extermínio aberto da polícia. Entre 1999 e 2004, conforme a Anistia Internacional, a polícia do Rio de Janeiro e de São Paulo matou 9.889 pessoas em situações registradas oficialmente como ‘resistência seguida de morte’<sup>17</sup>, também conhecidas como “autos de resistência”, a mesma utilizada (e desmascarada por laudos independentes) nos assassinatos do Complexo do Alemão e que tem gerado críticas por acobertarem extermínios<sup>18</sup>.

## NOTAS FINAIS

A importação da política de segurança colombiana faz parte de um processo mais amplo: a institucionalização do padrão de

14. De acordo com diversas matérias jornalísticas, o comandante do exército da Colômbia, Mario Montoya, colaborou com os grupos paramilitares. Ver: *Colombia army chief linked to outlaw*, versão digital Angeles Times, 25/03/2007. 15. Delegados das Forças Armadas de Brasil e Colômbia iniciaram nesta quarta-feira, na cidade colombiana de Medellín, uma série de reuniões dirigida à troca de informações sobre o combate ao narcotráfico. A delegação brasileira é liderada pelo almirante Marcos Martins Torres, chefe do Estado-Maior da Defesa, e o grupo colombiano está presidido pelo almirante David René Moreno Moreno, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Militares (A Tarde, 08/11/2007, <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=1339>, acesso em fevereiro de 08). 16. Russell Crandall, *Driven by Drugs: US Policy Toward Colombia* (London: Lynne Rienner Publishers, 2002), apud James J. Brittain As FARC-EP na Colômbia: *Uma exceção revolucionária numa era de expansão imperialista*. [http://resistir.info/colombia/brittain\\_farc.html#notas](http://resistir.info/colombia/brittain_farc.html#notas). 17. [www.prensamercur.com.ar/apm/nota\\_completa.php?idnota=3725](http://www.prensamercur.com.ar/apm/nota_completa.php?idnota=3725), acesso em fevereiro de 08.

acumulação da coalizão de classes que compõe o bloco hegemônico hoje. A exemplo da política de pacificação das favelas colombianas, em especial as de Bogotá e de Medellín, e das ações nas áreas rurais que protestaram contra o tratado de livre comércio com os EUA, também no Brasil essa política vem sendo encoberta com o véu da política contra o narcotráfico que pretende separar a “parte boa” da “parte ruim” da sociedade. E os bairros e favelas em que habitam as chamadas classes perigosas são zonas prioritárias para essa política.

A territorialização nos moldes dos bantustões é uma condição para que essa política seja eficaz. Nesses territórios, conforme o governador Sérgio Cabral: “As taxas de fertilidade de mães faveladas são uma fábrica de produzir marginal”<sup>19</sup>. Assim, as políticas de extermínio concorrem para “atacar o problema em sua raiz”: “o nascimento dos futuros marginais”. Os determinismos genético e social do governador são reveladores do quanto, no tempo presente, negros, pobres e camponeses são considerados pelos setores dominantes um outro inferior. São essas concepções que guiaram a formação dos Estados nacionais nos séculos XVIII e XIX e que seguem pulsando nos dias de hoje.

As políticas de direitos humanos não podem deixar de levar em consideração o significado profundo dos ataques aos direitos humanos dos pobres e dos que, dignamente, lutam por transformações estruturais no capitalismo dependente erigido sobre a colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2005). Acompanhando os debates e mobilizações sociais organizados em diversos fóruns, como a luta contra “o caveirão”<sup>20</sup>, a Plenária dos Movimentos Sociais, entre outros, é possível constatar que o tema está assumindo uma correta politização. É preciso seguir discutindo e mobilizando e denunciando as milícias e as tropas

especializadas em fazer incursões nos “territórios hostis” em que habitam os trabalhadores, promovendo baixas justificadas em nome da limpeza étnica e social. Não menos importante, a esquerda socialista, em seu conjunto, não colocou a problemática no topo de suas agendas políticas e, com isso, deixa de estar ao lado dos trabalhadores em defesa de seus direitos humanos fundamentais, negando, assim, os fundamentos do socialismo e ignorando o modo como os dominantes operam o seu domínio. São erros gravíssimos considerando a centralidade da luta anticapitalista. Este pequeno artigo pretende contribuir para uma mudança nessa ótica, incompatível com as lutas pela revolução latino-americana.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORÓN, A. Democracia y movimientos sociales en América Latina. Rio de Janeiro, *Em Pauta*, n.19, Editora Revan, 2007.

CECEÑA, A. E. Estrategias de construcción de una hegemonia sin limites. In: Ceceña, A. E.,(Comp.) *Hegemonias y emancipaciones em el siglo XXI*, Bs.As.: CLACSO, 2004.

\_\_\_\_\_. Los paradigmas de la militarización en América Latina. Rio de Janeiro, *Em Pauta*, n.19, Editora Revan, 2007.

HARVEY, David 2004 *O novo imperialismo*. SP: Loyola.

LEMGRUBER, J. Violência, omissão e insegurança pública: o pão nosso de cada dia. Trabalho apresentado no Encontro Anual dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Ciências em 1º de junho de 2004. [http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/Julita\\_Associacao\\_Brasileira\\_de\\_Ciencias.pdf](http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/Julita_Associacao_Brasileira_de_Ciencias.pdf), acesso em fevereiro de 08.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez/ Outro Brasil, 2005.

18. O relator da ONU, Philip Alston, se disse impressionado com o número de casos de morte em conflito com policiais, conhecidos como autos de resistência, no Estado. (...) Este ano foram registrados 1.072 autos até o fim de outubro, o que representa um aumento de 20% em relação ao mesmo período no ano passado (894 mortos). Este é o segundo maior número de autos de resistência desde 1998, quando as estatísticas da criminalidade no Estado começaram a ser divulgadas pelo governo. (...) O deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL) chama a atenção para o fato de que o aumento da ocorrência de autos de resistência no atual governo vem acompanhado do aumento do número de furtos e de roubos e da diminuição das quantidades de drogas e armas apreendidas pela polícia: “Esses números, apresentados pelo próprio governo, representam uma grande falta de eficiência e mostram que a lógica da atual política de segurança não se sustenta”. Maurício Thuswohl - Carta Maior . Complexo do Alemão: ocupação completa 6 meses; política de segurança é criticada, Carta Maior, 2007 ([http://www.mndh.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=239&Itemid=56](http://www.mndh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=239&Itemid=56), acesso em fevereiro de 08). 19. Daniel Munoz. Cabral apóia aborto e diz que favela é fábrica de marginal. *Folha de São Paulo*, Cotidiano, 25/10/2007. 20. Veículo blindado utilizado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro em incursões nas favelas populares, apelidado pela população de Caveirão por trazer em sua pintura negra o logotipo do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar (BOPE), que apresenta uma caveira com uma adaga encravada e garruchas douradas cruzadas. Oficialmente, segundo a PMERJ, o nome desses veículos é Pacificador, por seu uso para manutenção da ordem social.

# MILÍCIAS: Mudanças na Economia Política do Crime no Rio de Janeiro

José Cláudio Souza Alves<sup>1</sup>

As décadas de 1970 e 1980 assistiram a emergência dos grupos de extermínio na periferia do Grande Rio, mais precisamente na Baixada Fluminense.

Nesse momento, uma articulação entre membros do aparato policial, isto é, policiais militares, policiais civis, guardas municipais e bombeiros que executavam, comerciantes e empresários que financiavam e políticos que respaldavam e se beneficiavam do esquema fez surgir uma das mais poderosas estruturas de execução sumária do mundo contemporâneo.

Esse verdadeiro genocídio, que chegou a assassinar quase 3 mil pessoas por ano na Baixada, no final dos anos 80, chega hoje ao patamar de 2.500 homicídios dolosos por ano. 76 homicídios por grupo de 100 mil habitantes na média da Baixada e, em algumas regiões, como Seropédica e Itaguaí, algo próximo a 190 homicídios por 100 mil habitantes.

Nos anos 1990, enquanto vários membros de grupos de extermínio ascendiam ao poder na Baixada Fluminense, tornando-se vereadores, prefeitos e deputados, o Rio de Janeiro assistia ao surgimento e expansão do tráfico de drogas e o controle que passaram a exercer sobre várias favelas e regiões da periferia da cidade.

No mesmo período, vários casos como os da chacina da Candelária, da chacina de Vigário Geral e o das mães de Acari revelavam que no Rio de Janeiro a prática da execução sumária ganhava força. A diferença é que estava diretamente vinculada aos negócios econômicos e políticos em torno do tráfico e do controle das áreas favelizadas e periféricas.

Enquanto os matadores da Baixada lavavam sua cidadania pelo voto, transformando-se em “personalidades” políticas do Rio de Janeiro e estimulando a trajetória política de tantos outros

matadores, inclusive em partidos considerados de esquerda. O controle político das favelas seguia a lógica das facções que controlavam o tráfico de drogas. Comando Vermelho e Terceiro Comando, com suas respectivas subdivisões e alinhamentos negociavam seus apoios.

Em nenhum momento o aparato policial ficou fora dos acordos estabelecidos em cada favela. A entrada de determinados políticos, o estabelecimento de “líderes”, os limites entre as facções, as guerras, as operações de invasão de favelas, o seqüestro de chefes do tráfico e respectivo resgate, as operações para dar entrada a facções rivais, etc tiveram o envolvimento direto do aparato policial.

Esse envolvimento direto dos agentes de segurança na economia política do crime, não só do tráfico, mas de todos os demais agregados: tráfico de armas, roubo e furto de carros e cargas, jogo do bicho e seus negócios: bingos e caça-níqueis, seqüestro e, a mais importante, a execução sumária, permitiram uma inserção diferenciada da política no crime.

Enquanto na Baixada Fluminense, e mais recentemente na Zona Oeste do Rio de Janeiro os matadores ganharam notoriedade e cidadania, eliminando intermediários e galgando seus próprios espaços de poder. No restante da cidade do Rio de Janeiro, o aparato policial, falo aqui, é claro, não de todos os seus membros, mas daqueles que se envolveram na economia política do crime, torna-se mediador entre o interesse político do controle de áreas, oferecimento de favores e estabelecimento de clientela, a partir de negociações que envolviam o recebimento de benefícios do tráfico de drogas, do jogo do bicho, de políticos, etc, enfim, tudo aquilo que servisse de moeda de troca no jogo econômico e político que envolve favorecimentos profissionais,

---

1. José Cláudio Souza Alves é sociólogo, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e autor do livro: *Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense*

ascensão na hierarquia, funcionamento de pequenas empresas do crime, suborno, extorsão, favorecimento em processos judiciais - investigações e julgamentos - e, sobretudo, dinheiro.

Enquanto a Baixada, na sua sociabilidade mais simplificada pela frágil existência de uma classe média, possibilitou a construção política do “mata mas faz”, o Rio de Janeiro repassou para o aparato policial o papel de mediador na economia política do crime.

Se os anos 90 viram os matadores cansarem-se de prestar serviço para os políticos locais e assumirem eles mesmos o poder, sendo agora o dono da voz e não apenas um cabo eleitoral, o mesmo parece surgir agora no Rio de Janeiro.

Cansados de serem apenas mediadores na economia política do crime que gera bilhões no Rio de Janeiro, membros do aparato policial passam a estabelecer o seu próprio controle das áreas, a partir do que passou a se denominar de milícias.

Na verdade, a onda que se espalhou na Baixada Fluminense e bateu nas encostas da Serra do Mar, agora retorna sobre a cidade maravilhosa. A execução sumária emerge não mais como a barbárie da “coroa de espinho”, leia-se Baixada Fluminense, que circunda a cabeça da cidade maravilhosa, mas como contribuição irrefutável que a Cidade de Chumbo, isto é, o Rio de Janeiro, oferece, revelando sua face tão primorosamente ocultada.

Décadas de negociações diretas em favelas e periferias pobres com os assuntos do crime permitem hoje à polícia montar seu próprio negócio do crime, sem fachadas ou subterfúgios.

Na consolidação desse vultoso empreendimento do crime, deputados e vereadores passam a ser eleitos a partir do vínculo imediato a esse negócio. Ex-ocupantes de importantes postos dentro do sistema público de segurança passam a figurar em listas de bicheiros, em denúncias na mídia quanto à participação no mercado dos caça-níqueis e no envolvimento direto com as milícias.

Os grupos de extermínio, eufemisticamente denominados de milícias pela mídia em geral, ampliam o mercado do crime pela compulsória inclusão dos moradores de favelas e comunidades pobres ao esquema de prestação de serviços ilegais. Além de cobrar diretamente a cada morador uma quantia para receberem proteção e segurança por parte desses matadores, esses grupos de extermínio passam a explorar outros ramos, como a venda de bujões de gás, o acesso clandestino a programas de televisão por assinatura e o transporte em kombis e vans.

O ano de 2006 foi marcado pela eclosão desses grupos de extermínio/milícias num crescente número de áreas.

Inicialmente a mídia e políticos os enalteceu enquanto defensores dos pobres contra a barbárie do tráfico de droga. Posteriormente, passou-se a perceber, mesmo que a contragosto e de forma mais tímida, as reais conseqüências do controle criminoso que esses grupos estabeleciam.

Uma década e meia foi necessária para a gestação dos grupos de extermínio/milícia organizados pelo aparato policial. O acúmulo de conhecimento obtido pela participação direta nos negócios do crime em cada área foi determinante para o sucesso desse projeto. Cada acordo que envolvia a permanência do tráfico e a obtenção de propina, cada seqüestro de traficante com recebimento de resgate, cada operação para dar entrada de uma facção na área de outra facção para ampliar o seu mercado, pavimentou o caminho dos grupos de extermínio/milícias à atual hegemonia em determinadas regiões.

Cada assassinato de traficante que favorecesse mudanças na geopolítica do tráfico de drogas e garantisse, inclusive, o recebimento de dinheiro por parte do maior número possível de facções, isto é, ganhar ao favorecer a entrada de uma facção numa determinada área, matando os líderes rivais num primeiro momento, para depois permitir a retomada da área pela facção inicialmente derrotada, recebendo dinheiro também dessa facção, fez parte de um acúmulo de informações e conhecimento que, estruturados numa geopolítica da economia do crime no Rio de Janeiro, possibilita agora as novas feições desse mercado.

### **DO PAN-AMERICANO AO PAC: A EXECUÇÃO SUMÁRIA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA**

O projeto político-econômico esboçado a partir do esquema de segurança montado para o Pan-Americano de 2007 sinaliza para uma reconfiguração ainda maior da lógica que envolve o crime e o controle militarizado das áreas mais pobres da cidade do Rio de Janeiro.

A política de segurança, visando a realização dos jogos Pan-Americanos, transformou-se, progressivamente, no tubo de ensaio que permitiu, ao seu cabo, a transformação da execução sumária em política de segurança.

Essa alquimia só foi possível a partir dos vários elementos da conjuntura do Rio de Janeiro nesse período.

Inicialmente, um projeto de cooperação entre governo federal e estadual trouxe para o Rio de Janeiro um grande contingente de homens, armamentos e viaturas, que foi denominado de força nacional de segurança.

O Rio de Janeiro é projetado na vitrine do mundo, antes de mais nada, pela sua transformação em cenário nacional onde se daria o confronto entre o Estado detentor do monopólio da violência legal e o crime organizado.

O dualismo Estado X crime organizado é transformado na nova ideologia de segurança nacional, na qual, em nenhum momento se questiona até que ponto o próprio Estado encontra-se envolvido no crime, ou mesmo, promove e organiza o crime.

A complexidade da questão da violência, alterada de forma significativa pelo surgimento das milícias/grupos de extermínio diretamente operados pelo aparato policial, é simplificada pelo embate entre o bem e o mal, midiaticamente propagado. De um lado, destemidos e corajosos defensores do Estado de direito, do outro, facínoras que submetem a população ao domínio do medo e do crime, que controlam áreas faveladas e que precisam ser libertadas pelas forças do bem e da ordem.

Justificada midiaticamente pela lógica do embate Estado-bem x tráfico-mal, a nova ideologia de segurança nacional, na conjuntura do Pan-Americano, centralizará todas as atenções naquilo que a mídia definirá como o que é “possível” de ser feito, ou seja, operações policiais nas favelas.

Todo o emaranhado e intrincado movimento da rede do crime, que envolve políticos, Estado, grupos econômicos, agentes do Estado e mão-de-obra barata de favelados é reduzida a uma política de confronto permanente. Completa o quadro a ampliação do uso de carros blindados, o Caveirão, numa dimensão inimaginável, para um governo que se elegeu garantindo o fim do uso desse aparato de guerra nas favelas.

A transubstanciação da política de confrontos e escaramuças localizadas, com sua prática de eliminação sumária no varejo, ocultada pelo aumento dos autos de resistência, em política de execução sumária no atacado, ocorre exatamente no dia 27 de junho de 2007.

Desde maio, após a morte de dois policiais, no mesmo local onde meses antes o menino de 6 anos, João Hélio Fernandes Vieites, foi arrastado e morto pelos assaltantes do carro onde

estava, a polícia iniciou uma longa e intensa operação no Complexo do Morro do Alemão.

No dia 27 de junho, os conflitos permanentes no complexo do Morro do Alemão, que já tinha produzido 24 mortos por balas perdidas e 76 pessoas gravemente feridas, entre elas 19 crianças, transformaram-se numa operação com mil e duzentos agentes de várias delegacias, Core, diversos batalhões e Bope, além de 150 soldados da Força Nacional Segurança, que utilizou 1.080 fuzis, 180.000 balas e que durou oito horas.

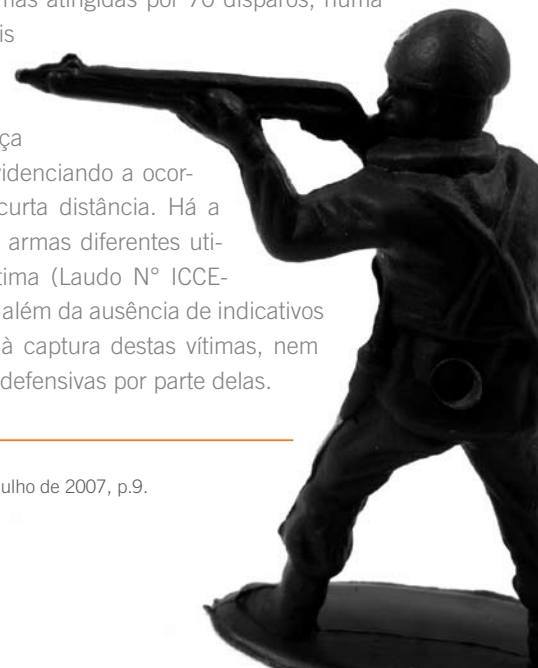
Na operação, 19 pessoas foram mortas e 60 foram feridas por arma de fogo,

O relatório produzido pela comissão designada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, composta pelos médicos legistas Jorge Paulete Vanrell e Débora Maria Vargas de Lima e pelo perito criminal Jadir Ataíde dos Santos, lança luzes sobre o que ocorreu nessa operação.

Segundo as conclusões do relatório, que evidenciam a existência de execução sumária e arbitrária, estão os fatos de que:

*“em quatorze das dezenove vítimas, totalizaram-se 25 (vinte e cinco) orifícios sediados na face posterior do corpo. Em seis das dezenove vítimas foram totalizados oito orifícios de entrada crânio e face. Em dezoito das dezenove vítimas, 46 (quarenta e seis) orifícios de entrada se localizavam no pescoço e no tronco.”<sup>2</sup> totalizando 75% dos disparos em áreas mortais.*

Ainda nas conclusões, há um elevado número de disparos por vítima, isto é, 19 vítimas atingidas por 70 disparos, numa média de 3,84 projéteis por vítima. Em cinco das dezenove vítimas, constatou-se a presença de zona de tatuagem, evidenciando a ocorrência de cinco tiros à curta distância. Há a presença de projéteis de armas diferentes utilizadas numa mesma vítima (Laudo N° ICCE-RJ-SPAF-004056/2007), além da ausência de indicativos de condutas destinadas à captura destas vítimas, nem indicadores de condutas defensivas por parte delas.



2. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Relatório Técnico de Visita de Cooperação Técnica – Rio de Janeiro (RJ) Julho de 2007, p.9.

Desnecessário dizer que os locais onde ocorreram os eventos não foram preservados, os corpos foram imediatamente levados para os hospitais, impedindo a realização de perícia.

Por criticar essa operação, João Tancredo, presidente da Subcomissão de Direitos da Ordem dos Advogados do Brasil, do Rio de Janeiro, foi exonerado. Os demais membros da comissão, como resposta, se demitiram em solidariedade, sendo tratados como covardes.

Jornalistas, pela imprensa, manifestaram seu apoio à operação. Nomes que antes percebiam a complexidade da questão da violência nas favelas, e que talentosamente escreveram sobre a violência da ditadura militar sobre os jovens de classe média, disseram-se estar “de alma lavada” com a operação, ou seja, nada melhor do que o sangue negro e pobre para lavar as vestes brancas da ensolarada Zona Sul.

Veio o Pan-Americano e silêncio se fez sobre a permanente violência das execuções sumárias nas favelas do Rio ou na Baixada Fluminense. Medalhas de chumbo foram substituídas pelas de ouro, prata e bronze, estas no peito dos atletas, aquelas, nos pobres favelados e de periferias.

O Pós-Pan trouxe de volta o cenário da esquecida violência através da queixa pela falta de policiamento e redução do efeito pela partida da Força Nacional de Segurança.

No entanto, o efeito da chacina do Complexo do Morro do Alemão segue produzindo seus frutos.

Na prática, os diversos conflitos produzidos em favelas, no Rio e na Baixada Fluminense, deixam, atrás de si, uma reconfiguração do controle de áreas pelas armas.

Por trás do discurso de que, após a operação policial e a retomada das áreas controladas pelo tráfico, entra o Estado com ações sociais, está uma realidade bem diferente.

A facção criminosa mais forte que controlava o tráfico tem sido sistematicamente eliminada. No seu lugar, outras facções criminosas, entre elas as milícias/grupos de extermínio, passam a controlar a área.

Concomitante a essa reestruturação militarizada do crime nas favelas do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do governo Lula, indica o investimento de R\$ 3,8 bilhões em projetos de urbanização e saneamento no estado do Rio de Janeiro, sendo mais da metade desses recursos destinados às favelas.

Deste modo, a reconfiguração do controle armado, iniciado com o Pan-Americano e somado à reconfiguração de infra-

estrutura urbana promovida pelo PAC, produz uma reconfiguração política e econômica dessas áreas.

A massa eleitoral atingida pelos dois fenômenos aponta para a formação de um imenso contingente de votos militar e clientelisticamente controlados e disponibilizados para as eleições futuras.

### CONCLUSÃO

A emergência das milícias/grupos de extermínio não enfrentou qualquer tipo de processo mais duro de controle e impedimento por parte do Estado. Pelo contrário, este Estado torna-se cada vez mais permeável a essa reestruturação coletiva do aparato policial, no qual um grande número de agentes de segurança passa a se envolver.

Articulada a esse processo, a política de segurança adota cada vez mais a prática da execução sumária na reconfiguração do controle militar de áreas pobres e favelizadas, numa relação direta e indireta com os movimentos geopolíticos das milícias/grupos de extermínio.

As obras do PAC incidem diretamente nessas regiões reconfiguradas, implicando numa reconfiguração dos votos.

As eleições que se aproximam nos revelarão a disputa dos partidos, políticos e governos por essa enorme fatia eleitoral colocada à disposição pela recente reestruturação da economia política do crime no Rio de Janeiro.

Se na configuração do modelo capitalista brasileiro, o arcaico, rural e atrasado foi utilizado na obtenção de ganhos, como aponta Francisco Oliveira, o umbral do Brasil pós-moderno que vislumbramos aponta para a utilização dos pobres urbanos favelados e das periferias, com seus corpos executáveis, enquanto o grande elemento de maximização do lucro e do controle político.

A estética da execução sumária na sua obra prima: "Tropa de Elite", no seriado em que se transformou o "Jornal Nacional" e a novela "Duas Caras" consagram a eliminação sumária de pobres como a nova justificativa global da ordem brasileira. Mais uma vez, a ficção imita a realidade.

Em tempos de ufanismo desenvolvimentista, tão importante quanto a liberação de áreas amazônicas para a degradação exploratória do agronegócio, é a liberação dos corpos dos pobres para a execução sumária. Em ambos, lucro e controle político pavimentam as antigas-novas rotas de dominação econômica e política do país.

# ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE FAVELAS E SEUS DIRIGENTES:

## O discurso e a ação como reversos do medo.

Por Itamar Silva – Coordenador da Linha programática “Direito à cidade”, IBASE  
e Lia de Mattos Rocha – Doutoranda, IUPERJ.

### I. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar e discutir as percepções de lideranças de movimentos sociais de moradores de favelas, especificamente associações de moradores, a respeito de suas experiências à frente dessas organizações no contexto atual das favelas e da política no Rio de Janeiro. Os dados aqui apresentados foram recolhidos através do Projeto de Pesquisa “Rompendo o cerceamento da palavra: A voz dos favelados em busca do reconhecimento”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE), Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), em parceria com a UERJ, UFRJ, UFF e UENF, e financiada pela Unesco e Faperj<sup>1</sup>. No âmbito dessa pesquisa, além de dados coletados de outras formas<sup>2</sup>, foram ouvidos 150 moradores de favelas, residentes em 45 favelas do Rio de Janeiro, que participaram de 15 grupos focais<sup>3</sup>

organizados no formato de “coletivos de confiança”. No modelo criado pela equipe de pesquisa para os “coletivos de confiança” buscou-se selecionar os participantes a partir de contatos anteriores com pesquisadores do grupo, de forma a garantir não apenas o anonimato nos depoimentos, mas também que a confiança “pré-existente” entre os presentes permitisse a abordagem livre de assuntos a propósito dos quais a maioria dos moradores de favela tem sua palavra cerceada, em função do medo de retaliações por parte de traficantes de drogas<sup>4</sup>.

Para essa análise, nos debruçamos sobre o “coletivo de confiança” realizado com dirigentes de organizações de base, em sua maioria atuais ou ex-participantes de associações de moradores. Assim como para a realização dos outros grupos, foram convidados dirigentes que possuíam contatos pessoais com pesquisadores ligados ao grupo. Dos 12 participantes presentes, quatro estavam no momento atuando como presidentes de

1. Os resultados da pesquisa estarão disponíveis na publicação organizada por Luiz Antonio Machado da Silva “Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro”, editada pela FAPERJ e Nova Fronteira, ainda no prelo. 2. A pesquisa combinou diferentes metodologias: entrevistas em profundidade, observação participante e produção de etnografias em 3 favelas do Rio de Janeiro e grupos focais. 3. Os grupos foram organizados da seguinte forma: 2 grupos de dirigentes de organizações de base; 2 grupos de dirigentes e integrantes de projetos sociais; 2 grupos de mães de vítimas de violência; 2 grupos de jovens na faixa etária dos quinze aos vinte e quatro anos; 2 grupos de moradores de favela selecionados a partir de suas diferentes filiações religiosas; 4 grupos de moradores de favelas com e sem envolvimento em atividades comunitárias, sendo três deles compostos exclusivamente de moradores das localidades aonde se desenvolveram os trabalhos de campos; 1 grupo misto, integrado basicamente por mulheres/mães e jovens. 4. O cerceamento da palavra seria a consequência mais perversa da opressão a que estão submetidos os moradores de favela pelos traficantes de drogas, pois obrigaria os moradores de favela a conduzir sua vida sem poderem se comunicar a respeito de seu cotidiano, por medo e desconfiança (Machado da Silva, 2004: 43).

associações de moradores; dois eram vice-presidentes, um era dirigente de federação de associações, dois eram ex-dirigentes (e no momento atuavam em ongs em suas favelas), um era diretor de associação, um não declarou seu cargo e outro não tinha função na associação e trabalhava como agente comunitário contratado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro<sup>5</sup>. Percebe-se pelo grupo formado uma amostra da diversidade possível de organização coletiva dentro das favelas, particularmente no que diz respeito à participação de ex-dirigentes de associações de moradores em organizações não-governamentais, atuando dentro das favelas em que dirigiram anteriormente associações de moradores.

Vale ressaltar, no entanto, que esse grupo possuiu uma dinâmica um pouco diferenciada da dos outros grupos realizados na pesquisa. Os participantes dirigem-se a dois interlocutores o tempo todo: aos pesquisadores e às outras lideranças que também estão presentes ao grupo focal. Dessa forma, os participantes buscam nas suas falas legitimarem-se como líderes de suas localidades, com a autoridade e legitimidade exigidas pelo cargo, num constante movimento de apresentação e de produção de si (Rocha, 2006).

### O QUE DIZEM (OU DEIXAM DE DIZER) OS DIRIGENTES SOBRE A CRIMINALIDADE VIOLENTA E “A POLÍTICA NA FAVELA”:

Diferentemente do roteiro montado para os outros grupos, este começou perguntando diretamente “como é estar à frente de uma associação de moradores hoje em dia”. Assim, como nas experiências anteriores, tínhamos a expectativa que o tópico da criminalidade violenta, dos traficantes de drogas e da violência policial fosse abordado pelos participantes de forma espontânea. No entanto, observamos uma grande dificuldade dos participantes em falar sobre e refletir conjuntamente sobre sua experiência com os traficantes. Assim, ainda que tenham

falado sobre a existência da criminalidade violenta em seus territórios, realizaram constantemente operações de desvio, estratégias de “evitação” do tema. Uma dessas estratégias seria a uma “relativização do discurso”; nesse caso, os dirigentes presentes argumentaram que a proximidade e a convivência, ainda que forçada, com os traficantes não representaria um problema para sua atuação enquanto liderança.

*Agora, esse papo de jogar bola com o cara, a gente com pessoal (os traficantes), a gente bebe até cerveja, mas cada um na sua. Eles sabem que sua vida é essa, a dele é aquela. Você não vai ignorar o cara, é a realidade. O cara hoje é vagabundo, ontem, ele foi, é filho do seu amigo. Eu vou ignorá-lo por causa disso? Agora, ele tem que me respeitar como morador, eu o respeito como vagabundo.*

*Eles são moradores iguais a qualquer um. Procurou pra saber, é isso, isso. E isso, isso, aquilo. Não procurou, estou na minha também. Então o negócio é meio termo.*

Outra estratégia de evitar do tema foi a constante apresentação de si, por parte dos participantes do “coletivo”, como autônomos em relação aos traficantes de drogas. Naquele contexto esse posicionamento soou exagerado, por não ser condizente com os outros relatos de constrangimentos, submissões e imposições apresentados pelos moradores de favelas presentes em outros grupos e até por participantes do grupo em questão<sup>6</sup>. Essa ‘pretensão radicalização’ seria uma estratégia para evitar o reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelas lideranças de associação frente aos traficantes de drogas, ao mesmo tempo em que permitiria ao interlocutor realizar uma ‘limpeza moral’<sup>7</sup> da sua pessoa, destacando sua independência e autonomia. Como exemplo dessa estratégia, o relato abaixo descreve uma situação de conflito entre o dirigente da associação e os traficantes de drogas, e segundo ele os traficantes de drogas acataram sua posição em

5. No momento em que este artigo é escrito, quase dois anos após a realização do encontro em questão, a maioria dos participantes não se encontra mais à frente de associações de moradores, e um deles foi assassinado enquanto ocupava o cargo de presidente. 6. Nos diversos relatos recolhidos pela pesquisa fica evidente que os traficantes de drogas são bastante preocupados em manter seu domínio através do medo e da opressão dos moradores. A “desmoralização” pública seria, nesse caso, uma grave derrota. Assim, foram contadas histórias onde os traficantes impuseram situações humilhantes aos moradores das mais diversas idades, homens, mulheres e crianças, somente para comprovar seu poder arbitrário. Relatos de castigos exemplares dados por traficantes a pessoas consideradas culpadas de violar regras do tráfico também foram abundantes. Ver Machado da Silva et alii (2008). 7. Quando nos referimos a “limpeza moral” nos referimos à compreensão social que o contato com os traficantes de drogas é moralmente recriminado e, portanto, “sujo moralmente”. Nesse sentido, utilizamos o termo “limpeza moral” para definir o processo de tentativa de dirigentes e moradores de se distanciar dos traficantes, de mostrar que não são também bandidos, e que não estão “contaminados” pela “sujeira moral” existente nos traficantes de drogas.



relação à demissão de um funcionário (gari comunitário) que trabalhava para a associação de moradores. O caso foi relatado como exemplo da possibilidade de autonomia de ação frente às quadrilhas de traficantes, e de respeito por parte desses ao trabalho da associação, mas não foi debatido pelo grupo o que aconteceria se houvesse existido uma discordância entre os traficantes e o dirigente em questão.

*Eu mandei um gari comunitário embora, que ele falou assim: 'Ó, mais tarde vou desenrolar com o cara lá'. Eu agarrei no braço dele, segurei até chegar a hora do cara descer, eu falei: 'Ó, mandei embora, ele falou que ia vir aqui conversar com você'. 'Ah é? Mas qual foi?'. 'Porque ele faltou ontem, faltou hoje, ainda inventa de mandar atestado aí, e eu mandei ele embora porque está mesmo [não cumprindo] sua função, sua carga horária'. 'Presidente, você é que sabe!'. 'Então beleza!'.*

Outros exemplos dessa “pretensa radicalização” seria uma “radicalização ideológica”; nesse caso, alguns participantes teriam optado por fazer um discurso contundente do ponto de vista político, denunciando a situação de submissão da população pobre na sociedade brasileira, mas que “relativizaria” novamente a importância da presença das quadrilhas de traficantes dentro das favelas e focariam a crítica no combate a um inimigo pouco concreto: a “exclusão social”, a perda da importância da família na sociedade, os políticos corruptos.

*(...) a família deixou de ser referência, associação de moradores deixou de ser uma referência, (...). Agora o quê acontece? A culpa não é do morador, a culpa não é do tráfico, a culpa é simplesmente nossa. (...) eu vou te dizer uma coisa com sinceridade. É fácil lidar com o tráfico do que lidar com César Maia, que eu tô com o homem hoje, que eu vim do Andaraí, que tá com câncer na próstata, sessenta e um ano, caiu da cama, quebrou o fêmur e não tem como subir ele. É mais perigoso um homem com poder de decisão, com uma caneta na mão, que tá se matando muito também, do que um homem armado. O homem armado, ele daqui há pouco ele tá fazendo merda, vai morrer. E quantos já morreram. Agora quanto a esses que a gente fica vestindo a camisa deles, e dizendo pra comunidade que tem, que tem, que tem que botar, e ele tá matando milhões todo o dia. Vocês falam assim, vocês falam muito da questão do tráfico, mas o descaso do poder público e essa questão da gente*

*viver a margem da sociedade (...). Agora a gente não ter uma política de habitação, de educação, de saúde, sobra pra gente o marginal.*

Apesar de terem acionado diversas vezes a estratégia de evitar do tema através da “radicalização” e da “relativização”, alguns poucos dirigentes presentes ao grupo relataram ter problemas cotidianos com os traficantes de drogas. Um dos participantes chegou a dizer que “O tráfico é o dono do morro mesmo”. No caso do participante que deu este relato, na época do grupo focal ele estava se afastando da diretoria da associação de moradores por ter chegado ao fim do seu segundo mandato, mas afirmou que as intervenções dos traficantes de drogas na organização teriam sido um fator desestimulador de sua continuação à frente da associação.

*(...) De vez em quando, você tem que dar satisfações pra pessoas que não tem nada a ver com o trabalho. Você tem uma linha de trabalho, alguém quer te puxar, sabe? Infelizmente...*

*Infelizmente você é presidente, você não é dono da comunidade. (...) O dono da comunidade é o tráfico. Não tem como fugir disso, se alguém falar que é diferente, não é. Porque não é mesmo.*

Este participante foi um dos primeiros a falar e, desde o começo, colocou o problema da presença das quadrilhas nos territórios da favela, mas a discussão foi abordada por todos de forma generalista, ou seja, poucas vezes estando referenciada às experiências particulares dos presentes. No entanto, alguns dos depoimentos recolhidos foram incisivos em apontar as limitações à ação das associações impostas pelos traficantes. No caso abaixo, o participante afirma que sua atuação é condicionada a não interferir nos interesses do comércio local de drogas, mas que o contexto pode se modificar a qualquer momento, e a relação de distanciamento mútuo construído pode não permanecer:

*(...) E na hora de eu assumir a associação de moradores, eu tive que realmente dar satisfação e prestar conhecimento do que seria o meu mandato. Então tive uma conversa, mostrei minha proposta, e eles falaram: 'Ó, você pode trabalhar tranquilo, desde o momento que você não atrapalhe a gente!'. Eu mostrei também o meu parâmetro, eu acho que eles têm o trabalho deles, a gente não pode fugir disso*

*hoje. Eu acho que é uma realidade que a gente vive. E eu deixei bem afastado, esse sentido de estar realmente participando dentro da questão de financiar alguma coisa e, eu pegar esse dinheiro. E hoje é uma batalha grande. Eu estou há um ano e pouco. Essa pessoa já até faleceu, que me deu um respaldo. Toda hora se muda e você não sabe qual vai ser a questão que vem agora (...).*

Um dos participantes também mencionou uma “perseguição” dos traficantes às associações de moradores, que estaria relacionada ao fato dos traficantes buscarem intervir nas associações em busca dos recursos financeiros de que essas dispõem em função de seu papel de gestor de programas sociais:

*Aconteceu um episódio muito chato lá [Nome da favela]. Pra ser sincero, depois da gestão do Garotinho, não sei se todos concordam (...), o Garotinho inibiu a entrada do tráfico na comunidade. Só que quando ele inibiu a entrada do tráfico, ele afrouxou a parte de baixo. Aí desceu o morro, pra assaltar a redondeza (...). Nós percebemos que eles [os traficantes] começaram a perseguir um pouquinho mais as associações de moradores. Que a renda estava menor pra entrar, eles têm o padrão de vida deles. A renda por ser um pouco menor, ele começou a pegar no pé da associação.*

Mais à frente no relato, o participante afirma que o governo de Antony Garotinho impediu a entrada de drogas nos morros, mas não retirou os traficantes da localidade. No entanto, está evidenciado que as flutuações no comércio da droga influenciam diretamente no interesse que os traficantes possam ter nos recursos da associação, e na autonomia que essas possuem para agir.

A intervenção dos traficantes nas associações de moradores também foi discutida a partir de casos em que esses buscaram “financiar” atividades da associação. Esse financiamento foi considerado por alguns como uma armadilha, ao criar uma ligação entre traficantes e dirigentes e criar situações de dependência e de necessidade de reciprocidade por parte dos dirigentes.

*(...) Não tem também que ficar dando satisfação de tudo, e nem como ele colocou, ficar aceitando as coisas. Aceitou, é um favor, vai querer guardar armas, vai querer guardar drogas, vai querer se esconder da polícia. Não tem esse tipo de jogada. E deixar bem claro, a sede da associação é dos moradores entendeu? A sede não é do tráfico, é dos moradores.*

Outros participantes, no entanto, afirmaram a impossibilidade de negar esse “financiamento”, tanto pelo perigo que tal negação representaria quanto pela tensão que seria criada entre dirigentes, traficantes e moradores da favela, que seriam beneficiados com esse financiamento.

**Participante:** *(...) Ele falou ali: “Ah, não vou receber nada de ninguém!” Concordo plenamente com ele, mas muitas vezes o cara chega aqui... ele vê que você vai fazer um evento. Ele chega pra você: “E aí meu cumpadi!”. E olha que hoje não tem mais dinheiro não, hein? Hoje eles não têm dinheiro. Hoje eles estão passando fome (...). Mas mesmo assim ainda chega um ali, com aquela boa vontade dele, querendo ajudar o grupo: (...) Aí o cidadão: “Não irmão, está tranquilo, não esquentar não, pode deixar que a gente vai...”. “Não cumpadi, eu quero ajudar”. Aí chega lá, digamos com duzentos reais, tudo bem. Você não pode chegar pra ele e dizer: “Não, não quero o seu dinheiro não”.*

**Moderador:** *Não pode?*

**Participante:** *Não vou dizer isso pra ele. É a mesma coisa que eu estar desfazendo dele. Tudo bem, ele pode até colaborar com duzentos reais, mais eu tenho que mostrar pra ele que o que eu fiz custou dois mil. Se não tivesse aqueles duzentos reais ali, ia acontecer do mesmo jeito, está entendendo? Agora, aquilo ali, você pode até receber digamos porque, mas isso hoje, não tem mais dinheiro também não, que eles não tem mais dinheiro não.*

Ao serem questionados pela moderação do grupo sobre a possibilidade de afastamento em relação aos traficantes de drogas, alguns participantes relataram suas próprias estratégias para viabilizar esse afastamento, afirmando que seria possível exercer uma atuação a frente da associação sem aceitar a “ajuda” dos traficantes.

*(...) nossa creche estava desativada há oito meses, ele (representante do tráfico) chamou o meu tesoureiro e falou, ofereceu uma verba pra que nós pudéssemos abrir nossa creche novamente. O meu tesoureiro, sem saber, trouxe pra assembléia e discutimos. Falamos o seguinte: “Só queremos ter espaço pra trabalhar. Não queremos nada desse pessoal! Se der pra pintar a parede hoje, pinta, se não dá, a gente pinta amanhã. Nós não queremos...”. Se você aceitar um real, mil reais ou cem reais, está devendo um favor. E sempre ele vai te*

*cobrar. (...) Quer dizer, não aceitando desde o início, conseguimos trabalhar quase que tranqüilo.*

Assim, estabeleceu-se no grupo a discussão sobre a possibilidade de atuar de forma distanciada dos traficantes, ainda que esse distanciamento tenha limitações evidentes.

**Moderador:** *Eu pergunto o seguinte: É possível hoje não negociar?*

**Participante:** *Não. Tem que negociar. Tem que negociar desde o momento que você seja procurado (...) Tem que negociar. Se não negociar, você não vai trabalhar lá, se não negociar, você vai morrer. (...).*

**Moderador:** *E o que é negociar?*

**Participante:** *Negociar é... Você não precisa ficar procurando. A partir do momento que eles vão te procurar, aí sim.*

**Moderador:** *(...) é possível tentar produzir uma outra atitude?*

**Participante:** *Agora é.*

**Moderador:** *E como é que é?*

**Participante:** *Sabe porquê? Porque o presidente que tava na época (...) a associação ela foi muito assim, desmotivada, as pessoas não tinham confiança naquela pessoa que estava na presidência, entendeu? (...) Porque achavam, quer dizer, não tinham aquela visão, então hoje em dia mudou essa consciência. Então as pessoas estão mais acostumadas a não procurar tanto o tráfico, a procurar mais a associação de moradores, porque a gente passou uma certa confiança pras pessoas, não sei se porque a gente é mulher, né?*

**Moderador:** *Faz diferença ser mulher?*

**Participante:** *Faz diferença ser mulher, entendeu? E faz diferença também você não ter vínculo, vínculo nenhum. Você ser vista, como se você não tem vínculo nenhum com o tráfico, porque a gente não tem e a gente não aceita nada, entendeu? A gente conversa quando eles precisam, pedem, igual ao que ela falou, vai todo mundo, é assim, é meio que assim né. Quando eles vêm falar, a gente chama o [Nome de uma liderança comunitária antiga], chama não sei quem, vamos lá todo mundo. Aí sempre resolve. Entendeu? Nunca se vai sozinho pra conversar nada. Entendeu? (...).*

Ainda que na maioria das falas os participantes tenham evitado aprofundar seus argumentos a respeito das dificuldades encontradas em atuar à frente de uma organização comunitária em favelas atualmente, em algumas falas é possível perceber

que as limitações e obstáculos são imensos e de naturezas variadas. Por exemplo, no relato abaixo, o participante discorre sobre o risco de vida que correm os dirigentes em função de disputas territoriais entre quadrilhas de traficantes. Segundo ele, quando a quadrilha que controla o território é expulsa por outra, muitos dirigentes são obrigados a fugir de sua localidade para evitar retaliações, por serem identificados como “aliados” da quadrilha derrotada. Ainda que o envolvimento de dirigentes com os traficantes seja mencionado de forma superficial, e não discutido pelos colegas, o participante evidencia a dificuldade existente em manter um afastamento.

**Participante:** *Débito é o seguinte: se você, se o comando é com ele, ele que é o cara no morro, se eu realmente, eu tô ali, fazendo um trabalho, fortalecendo e eu tô sempre em contato com eles. Se entrou esse grupo aqui, irmão pode ralar peito.*

**Participante:** *Pode morrer.*

**Participante:** *Vai morrer. É onde muitos morrem. Mas muitos porque se envolvem. Não é que eles não queiram se envolver não, o grupo tá ali, os caras, como ele falou: “Criado junto.” O pessoal ali, eles procuram, você não tem como (...).*

Ainda que o tema da contigüidade com os traficantes de drogas tenha sido bastante discutido no grupo, os dirigentes e ex-dirigentes presentes preferiram falar, naquela arena, sobre seus problemas enquanto “lideranças de suas comunidades”: sobre a dificuldade em “captar recursos” para serem investidos em “projetos sociais” de interesse dos moradores da favela; sobre o que seria uma “cooptação” por parte do poder público de dirigentes para trabalhar dentro da burocracia estatal; sobre a falta de políticas públicas nas favelas, sobre a falta de apoio dos moradores. Em relação ao primeiro ponto, a atuação das associações de moradores como gerente de projetos e programas sociais dentro da favela foi apresentada por alguns dos participantes como a melhor (ou única) possibilidade da associação de moradores exercerem sua função de buscar melhorias para o conjunto dos moradores.

*Hoje inclusive, o presidente de {Nome da favela}, eu hoje procurei chamar a atenção dele, porque existem diversos projetos acontecendo em {Nome da favela} e ele fez um pequeno comentário: “Poxa, e a associação continua devendo cinco mil e ninguém trás nada!” Eu falei: “Ué, você tem que ir buscar!”. Eu aprendi assim. Porque em {Nome*

*da favela}, ele de repente deu aquela guinada, porque nós começamos a escrever projetos, isto tem que buscar. Isto não acontece assim.*

No entanto, essa posição não foi compartilhada por todos os participantes. Alguns demonstraram preocupação com o que seria uma transformação da associação de moradores em “ONG” ou em “micro-empresa”. Esse papel atual estaria sendo executado em detrimento da função principal da associação, de “representação política”, e poderia representar uma “bomba” para o dirigente, que teria que lidar com questões sobre as quais não tem experiência. No entanto, o mesmo participante aponta a dificuldade existente em não desempenhar esse papel, em não buscar captar recursos e projetos para a favela, pois os moradores cobriam da associação a realização desses projetos.

*Lá {Nome da favela}, nós éramos pichados por fazer muitas assembléias, tudo tinha que chamar os moradores pra discutir, tudo tinha que chamar os moradores pra discutir. Mas naquele momento, a associação tinha um papel. Era o papel de representação política da comunidade. Hoje, ele tem uma visão né, embora não tenha perdido esse papel, mas ela tem uma visão, mais de uma micro-empresa né, uma micro-empresa, eu chamo ‘ONG das Ongs’. Mas na visão real hoje, é uma micro-empresa. (...). Então, eu falei que sou romântico por isso, porque eu, esse papel de representação política dentro da comunidade, esse pra mim é vital. É vital. E na federação, a gente se depara muito, a pergunta que o {Nome do participante} falou: “Ah, mas ninguém trás nada, ninguém faz nada!” É certo! Se não se preparar pra enfrentar essa situação, vai continuar do jeito que tá. É pior: “O que você tá fazendo aí, meu irmão? Ali a favela A, o morro P tem tudo, como aqui não tem?”.*

Em relação à denúncia sobre a “cooptação” de lideranças, a participante afirmou que, além de oferecer cargos e salários aos dirigentes de associações de moradores para trabalharem na burocracia do governo estadual ou municipal, alguns representantes desses poderes “desqualificariam” aqueles dirigentes que não aceitassem a oferta de trabalho.

*Oitenta, noventa por cento das lideranças comunitárias hoje, estão nos gabinetes. (...) verdade, estão. Estão nos gabinetes, a maioria delas tem o cargo, que seja trabalhando na prefeitura, trabalhando no governo do estado. Porque a primeira*

*coisa que eles procuram é a liderança comunitária, eles trazem para eles a liderança comunitária. Aqueles que são resistências, eles associam ao tráfico, eles desmoralizam (...).*

Em relação ao tema acima apresentado, é um dado importante considerar que muitos dos representantes de moradores de favela não possuem, no momento atual, pertencimento a partidos ou movimentos políticos, mas sim ‘carreiras’ individualizadas. Ainda que a não participação em movimentos ou instituições políticas não seja uma evidência de falta de posicionamento político, chama a atenção que a relação com a associação passa, cada vez mais, por critérios instrumentais, e não políticos ou ideológicos. Mesmo entre os participantes do grupo ficou evidente que, em alguns casos, o trabalho na associação passa a ser uma possibilidade de ‘emprego’, uma fonte de recursos, com rendimentos consideravelmente maiores que os recebidos pela maioria dos moradores de favela. A possibilidade de fazer carreira a partir do papel de dirigente é uma possibilidade concreta, pois abre portas e coloca o dirigente em redes que não seriam acessadas em outras situações. E tal carreira, quando planejada para fora da favela (trabalho em gabinetes, em órgãos públicos, ongs, etc.) não requer uma trajetória política reconhecida nem o apoio dos moradores.

Apesar da ligação com políticos não ser nova, vide a política clientelista existente na história da cidade (como a “política da bica d’água”, entre outras), a novidade hoje seria a quase homogeneização dessa forma instrumentalizada de relação entre dirigentes e poder público, o que coloca os dirigentes em posição delicada de terem que considerar também suas carreiras pessoais ao escolherem os enfrentamentos políticos a serem feitos. Tal relação personalizada e instrumentalizada dos dirigentes com o poder público é determinada pela forma como os programas públicos são executados nas favelas atualmente, onde as lideranças atuam como gestores dessas iniciativas<sup>8</sup>.

Assim, os dirigentes de associações de moradores buscam ampliar o leque de suas ações para áreas como o gerenciamento de serviços públicos, assim como para o desenvolvimento de projetos sociais via ongs. Pretendem dessa forma trazer legitimidade para seu trabalho, tanto para os de fora das favelas quanto para os moradores. No entanto, segundo os participantes, ainda assim muitos moradores não apóiam os dirigentes, acusando-os de beneficiarem-se dos recursos obtidos:

**Participante:** *Olha, como é visto a gente na favela, eu não tô generalizando, mas, companheiro, eu não tô generalizando*

*porque sempre que consigo ali uma coisa, que chega na sua vida, é bom isso, é, você não concordar. Mas olha só, como é que as pessoas vêem? Você não pode comprar uma bicicleta nova, não pode comprar camisa nova, que diz que todo presidente é ladrão né? O policial te vê como aliado do tráfico, o tráfico vê você como um mané, que você não está chegando junto, pra fechar com eles.*

**Moderação:** *E os moradores?*

**Participante:** *Ladrão! Como você vive nessa situação? E você não tem um centavo nem pra sair da comunidade...*

Após apresentar os temas que foram debatidos no grupo, é possível refletir sobre quais foram os temas ausentes e por quê. Ainda que tenha sido comentado, não foi discutido e refletido o cotidiano das associações: Quais são as estratégias utilizadas para lidar com os traficantes? Em que momento é necessário se aproximar dos traficantes? E como fazê-lo sem se “contaminar”? No grupo focal aparece claramente que a diferença entre estar comprometido ou não é a iniciativa de procurar os traficantes: segundo os participantes, aqueles que não procuram, que apenas reagem aos traficantes, não se consideram comprometidos. Além disso, quando os traficantes chamam o presidente para “conversar”<sup>9</sup> existem diversas questões que determinam como esse contato vai se dar, como a legitimidade daquele representante frente à associação, sua trajetória anterior, etc. Estes elementos podem proteger mais ou menos o presidente, permitindo que ele aja de uma forma menos comprometedora para sua posição pública, diminuindo sua “contaminação” pelo contato.

Na maior parte do tempo foi feita uma ‘blindagem’ sobre esses temas, numa tentativa dos presentes de se proteger, de não assumir se eles também são obrigados a realizar esse contato. Assim, tentam garantir sua legitimidade como “limpos”. No caso, essa blindagem foi feita desviando a discussão para outros temas, através das estratégias de “generalização”, “relativização” e “pretensão radicalização”. No entanto, a contigüidade com os traficantes de drogas é uma realidade do cotidiano das associações. A mediação com os traficantes feita pelas associações é requisitada por todos os agentes externos que pretendem entrar nas favelas, desde ongs, pesquisadores e até o próprio poder público

(Miranda e Magalhães, 2004). Esses agentes, desde os anos 1990, vêm realizando atividades dentro das favelas que dependem desse contato, e fazer essa mediação se tornou umas das principais tarefas dos dirigentes de associações de moradores. O formato das políticas públicas executadas em favelas – como, por exemplo, o Projeto Favela-Bairro – acontecem através das associações de moradores, e são muitas vezes por elas executadas, exatamente porque dependem dessas negociações.

*Quer dizer, esse é o fato de estar negociando. Tem que dar satisfação. Vai subir um número muito grande de gringo até o alto do morro. {Nome da favela} é o morro, quase o morro mais alto do Rio de Janeiro, de {Nome do bairro} acho que é o mais alto e, o mais bonito, que eu moro lá, sou até suspeito de falar. Mas é verdade. E nisso a gente tem que negociar dessa forma. E o gringo adora ir lá no alto. O cara subiu com uma máquina pendurada no pescoço. Tem que dizer pra onde ele tem que passar. Teve lá o {Nome de uma atividade cultural que acontece no bairro, com a visita de muitos turistas} fizemos um percurso pro gringo chegar até o alto, ali o tráfico não vai passar em momento algum. Porque ele sabe que ali vai ter gente subindo e descendo. Eles {os turistas} foram dali até o alto, não viram ninguém, parece que o morro nunca tinha tráfico, nada. Eles não viram o tráfico, porque preparamos aquele caminho pra que isso não acontecesse. (...) Vê como a coisa estava bem organizada.*

Assim, como essa mediação é requisitada por todos que atuam nas favelas, a discussão para os dirigentes deixa de ser o que é “moralmente” aceito em termos do contato ou não com os traficantes para a questão das modalidades de contato que podem ser feitas – a gradação da relação. A dificuldade para os dirigentes está em definir quais são os limites dessa gradação; em que ponto passa a existir um comprometimento da associação.

Na tentativa de minimizar o comprometimento das associações os dirigentes assumem o discurso de “relativizar” a presença dos traficantes, de afirmar uma pouca intervenção desse poder local sobre a associação. Tal posicionamento pode ser entendido tanto como uma estratégia consciente de ‘fugir da

8. Sobre o tema ver Pandolfi e Gryzpan (2002), Machado da Silva (2002), Zaluar (2003), Leeds (2003), entre outros. 9. O contato entre traficantes e dirigentes é sempre um espaço de incertezas. Tais conversas podem representar apenas a comunicação de informes, como novas “leis” estabelecidas, ou proibições impostas pelo tráfico, como podem ser tentativas de intimidação do dirigente ou de intervenção no trabalho realizado. Diversos relatos de intimidação foram ouvidos pelos autores em outros espaços, inclusive com ameaças de morte e assassinatos de dirigentes. Para maiores informações sobre um desses casos ver Miranda e Magalhães, 2002.

discussão', por causa das dificuldades e limitações que enfrentam, como uma "assimilação de comportamento" sem reflexão. Nesse segundo caso, os dirigentes não estariam produzindo uma reflexão sobre seu papel e sua atuação frente às associações de moradores, e sim atuando dentro dos limites impostos pelas limitações externas, tanto por parte dos traficantes quanto pelo poder público. Assim, para estes, o posicionamento sobre essas limitações impostas, que definiram a partir de fora das associações a função e o papel dessas, seria menos importante que a eficácia da ação e o cumprimento do novo papel.

Da mesma forma, a "pretensa radicalização" é uma resposta ao que se espera dessas lideranças, tanto por parte dos acadêmicos que fizeram a pesquisa, quanto por parte do poder público. O dirigente demonstra sua legitimidade ao se posicionar radicalmente, mas evita novamente aprofundar o assunto. Assim, a radicalização apresenta-se como o reverso do medo, da impossibilidade de falar deste lugar com alguma tranqüilidade ou transparência. A mesma lógica é percebida no recurso à generalização; "a culpa é do sistema, e enquanto o sistema não mudar as coisas não mudarão". Mais uma vez o cotidiano das associações e das favelas não é objeto de reflexão.

Este tipo de comportamento, que não reflete sobre a realidade cotidiana das favelas, aponta a dificuldade de reflexão destas lideranças sobre a situação que enfrentam. Ainda que possa existir reflexão por parte de alguns dos envolvidos, esta não é feita de forma coletiva, o que seria importante para contribuir e fazer avançar o debate, inclusive para as próprias lideranças. Quando há troca entre os dirigentes é no campo da política clientelista: organizam-se grupos para conquistar recursos e se firmar frente ao poder público, mas não com a perspectiva de pensar qual é a função, o papel das associações neste momento. Nesse sentido, é possível construir uma ponte entre o silêncio sobre os traficantes de drogas e o silêncio sobre a atuação política das associações, particularmente sobre como são estabelecidas as relações com o poder público, particularmente nas duas últimas décadas.

Para as associações há um ganho evidente nesta nova relação com o poder público, que seria o controle dos recursos financeiros e de poder, a possibilidade de ser gestor de projetos, o acesso a pessoas-chave: para muitos representantes ou ex-lideranças comunitárias tal aproximação representou uma possibilidade de carreira, dentro da burocracia pública ou na política. No entanto, a autonomia dessas lideranças frente ao governo fica comprometida, o que diminui sua legitimidade dentro e fora dos espaços das favelas. Ao mesmo tempo, aumenta também

a dificuldade em apresentar-se no espaço público de forma crítica, pois a relação direta com o poder público e a dependência deste poder que as lideranças desenvolvem impedem uma expressão pública mais autônoma. A lógica das políticas públicas executadas nos territórios das favelas cola o benefício à localidade com o benefício ao representante da associação e, dessa forma, a manutenção do programa representa a permanência da liderança nesse lugar de poder.

Neste sentido, da mesma forma que não podem se opor aos traficantes, por não terem força (política, mas também física) para isto, as associações não podem ser 'independentes' do poder público, o que limita sua possibilidade de intervenção na discussão política que se trava sobre as favelas e também limita sua capacidade de auto-reflexão sobre o destino das associações e suas lideranças.

Os dirigentes estão frente a um contexto de enfraquecimento por diversos motivos: precisam resistir à ameaça real e crescente da intervenção dos traficantes; precisam reagir ao discurso que liga as associações aos traficantes; internamente, enfrentam uma disputa de poder com os outros atores enquanto representantes dos moradores. Assim, para reforçar sua posição, buscam legitimidade fora de suas bases, principalmente no poder público – cargos, atração de projetos para as favelas, controle dos recursos públicos investidos na favela, etc, tornam-se o meio para conseguir legitimidade e manter o cargo. No limite, tal concentração de poder "personalizado" e a busca pela manutenção da posição de dirigente e, portanto, da "carreira profissional", acabam por afastar o dirigente das questões coletivas que dizem respeito à maioria dos moradores. Por exemplo, poucos dirigentes de associações estão hoje comprometidos com a luta contra as remoções, porque tal posicionamento seria contrário aos interesses de parcelas do poder público que garantem apoio a esses dirigentes.

Assim, acreditamos que, apesar da existência das quadrilhas de traficantes no território das favelas ser um risco e uma limitação para a ação coletiva nas favelas, as dificuldades que os dirigentes de associações vêm passando não se resumem aos problemas com os traficantes; na verdade são anteriores e exteriores à existência da "sociabilidade violenta"<sup>10</sup> representada pelos traficantes de drogas nos territórios das favelas (Machado da Silva e Leite, 2004). Elas estariam relacionadas diretamente com o novo papel que foi dado às associações de moradores nas duas últimas décadas dentro do contexto das novas políticas e projetos executados nos territórios das favelas cariocas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS – LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A REPRESENTAÇÃO NAS FAVELAS CARIOCAS:

As idéias apresentadas aqui propõem pensar como os dirigentes e as associações de moradores constroem sua relação para fora, com a sociedade e o poder público – como se constroem enquanto lideranças “para fora” das favelas, como constroem essas pontes exteriores, ou como tentam construí-las. Por outro lado, também propõem analisar como esses dirigentes se constroem internamente enquanto lideranças, frente aos moradores, mas também frente à presença dos traficantes de drogas, que exercem uma pressão interna bastante forte. Se os traficantes não estivessem lá, é possível imaginar que a situação seria mais confortável para estas lideranças: a imagem de legitimidade dos representantes estaria até certo ponto garantida, pois no momento atual essa legitimidade é dada pelos agentes externos à favela, principalmente pelo poder público e pelos recursos que conseguem trazer para suas localidades. No entanto, a presença dos traficantes modifica esse contexto, pois representa uma força dentro do território que ocupa quase todos os espaços públicos (pensados como espaços físicos, e não políticos) existentes nas favelas através da violência e do medo. As lideranças então têm que lidar com duas lógicas diferentes, mas que convergem para o mesmo fato: o medo e repressão impostos pelos traficantes condicionam a associação de moradores a assumir certos papéis, limitados ao que é permitido pelos traficantes, e assim formatam a nova “cara” da associação de moradores – cada vez menos um instrumento de representação e um espaço político e cada vez mais uma entidade executora de projetos. Ao mesmo tempo, é esse novo papel que é requisitado e reforçado pelo poder público, ao estabelecer com as associações uma política baseada quase que exclusivamente na “parceria” para execução de projetos e políticas sociais.

Nesse contexto, qual o futuro desse formato de representação? Qual seria a possibilidade das associações de assumirem novamente o papel de representantes dos interesses dos moradores no espaço público? Como isso poderia ser feito?

Percebemos que fortalecer as associações de moradores através do aumento de recursos dados a elas, contraditoriamente, pode enfraquecê-las ao aumentar a disputa interna pelos recursos e a apropriação personalizada que é feita deles. Assim, as estratégias possíveis para fortalecimento das associações parecem ser cada vez menores.

Todavia, apesar de esvaziada de muitas de suas funções, as associações continuam existindo porque ainda exercem papel importante no espaço das favelas. Mas esse papel é, sobretudo, ligado às “parcerias” com o poder público. No entanto, ele próprio vem criando mecanismos para atuar dentro das favelas que independem das associações, como o caso do Posto de Orientação Urbanística e Social (Pouso) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que regula a ocupação do território, e dos condomínios criados pela CEDAE para organizar a distribuição de água nas favelas. Nesse sentido, começa-se a vislumbrar um panorama em que a presença do poder público dentro das favelas irá prescindir da mediação das associações de moradores.

Assim, que “papel” caberia para a associação de moradores? No momento atual, a lógica que orienta as relações entre o poder público e a população moradora de favela é a “lógica dos projetos”, isto é, a execução de políticas e projetos sociais de forma pontual e com duração limitada, intervindo junto à parcelas da população como os jovens ou as mulheres, em sistema de “parceria” com o poder público, e ongs. A entrada das associações de moradores no campo da execução de projetos sociais, no entanto, apresenta uma dificuldade, que é a competição com as ongs pelos financiamentos desses projetos. A competição entre associações e ongs não é equilibrada, especialmente porque as ongs não são vistas como “contaminadas” pelos traficantes de drogas como as associações. Além disso, ainda que tentem se enquadrar nesse novo formato, as associações são representantes do coletivo dos moradores, e não podem ter uma atuação tão segmentada quanto a realizadas pelas ongs. Por exemplo, quando acontecem operações policiais dentro das favelas são as associações que são chamadas para intervir nos conflitos, garantir a segurança dos moradores, negociar com a polícia, etc. Dessa forma, os dirigentes afirmam que o reconhecimento dado aos

10. Segundo Machado da Silva (1995, 2002, 2004), a ‘sociabilidade violenta’ é uma nova forma de sociabilidade, que divide com a sociabilidade convencional o território das favelas. Nessa nova forma o que orienta a ação do ator (no caso o traficante) é a força, a única resistência do ambiente reconhecida por ele; o ator sabe a força que tem e a força que os outros atores envolvidos têm, e somente essa é a sua limitação. Não existe, assim, “acordo, negociação, contrato ou outra referência comum compartilhada” (Machado da Silva, 2004: 40). Toda a interação existente se resume à submissão do mais fraco pelo mais forte, sem que a vontade e a subjetividade dos outros envolvidos seja considerada.

trabalhos executados por essas ongs dentro das favelas acontece em detrimento do trabalho das associações – essas últimas ficariam com o trabalho mais “sujo” moralmente, enquanto as ongs ficariam com a imagem “limpa”.

As disputas com as ongs não se dão apenas no campo da competição pelos recursos dos projetos sociais. Atualmente muitas organizações não-governamentais se apresentam como porta-vozes dos moradores de favela, papel primordial das associações de moradores. Casos evidentes de organizações e/ou indivíduos que são identificadas como representantes das favelas cariocas são AfroReggae, de Vigário Geral, e MV Bill, de Cidade de Deus, mas existem muitos outros. Nesses casos, a legitimidade desses agentes enquanto porta-voz dos moradores vem de fora, particularmente do espaço que ocupam na mídia, e menos de ações que tenham impacto sobre o coletivo dos moradores. Ao contrário, essas organizações têm atuação focalizada dentro das favelas, mas como suas ações têm reconhecimento e legitimidade externamente às localidades acabam por serem reconhecidas como representantes legítimos também dentro de seus territórios. Assim, hoje em dia quem fala “pelas favelas e sobre as favelas” não são mais as associações de moradores.

No entanto, é importante refletir que a busca das associações de moradores por um novo papel também é impulsionada pela nova formatação social dos moradores de favela, reflexo de um fenômeno social mais amplo e geral. A população moradora de favela é cada vez mais heterogênea, com níveis diferenciados de renda, escolaridade, escolhas religiosas, etc. e, portanto, tem cada vez mais demandas e interesses variados. Além disso, como acontece também fora das favelas, o medo da violência e o aumento do consumo têm tornado as pessoas cada vez mais reclusas, fechadas em suas casas, e menos participantes dos espaços públicos. Por fim, também reflexo de um fenômeno geral, o crescimento do ativismo religioso e/ou ligado ao Terceiro Setor tem afastado das associações os moradores que pretendem ter uma atuação política ou social (Zaluar, 2003). Portanto, é de importância fundamental pensar e propor uma nova formatação para a associação de moradores, tendo em vista o novo contexto da “política na favela” (Machado da Silva, 1967), e particularmente as novas demandas dos próprios moradores.

Diversas organizações, inclusive algumas associações de moradores, têm buscado atuar em outros espaços, utilizando outros formatos, como redes, fóruns, etc.<sup>11</sup>. A partir desses novos

espaços e formatos pode ser possível discutir e encaminhar de forma coletiva questões que hoje são pensadas de forma mais individualizada e pontual, como os próprios projetos. Por exemplo, na questão da segurança pública e da defesa dos direitos humanos, diversas organizações têm encontrado espaço de atuação e de intervenção no debate público, ainda que em formatos mais afastados da atuação territorializada das associações.

A demanda por serviços públicos como água e esgoto, luz, etc, não é mais a principal bandeira de reivindicação dos moradores, até mesmo porque muitas dessas demandas, de alguma forma, já foram atendidas. Os problemas que ainda existem em relação a esses serviços podem ser encaminhados aos órgãos competentes sem a necessidade de mediação da associação de moradores. Acreditamos que o tema do respeito aos direitos humanos e da necessidade de uma “segurança pública cidadã”, que considere todos como portadores de direitos – inclusive os moradores de favelas –, deveria ser a pauta do encontro entre os vários atores que atuam na cidade e, em especial, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse campo, as associações têm muito a contribuir enquanto porta-vozes dos moradores de favelas, sendo atores indispensáveis ao debate público. Mas esse tema<sup>12</sup> poucas vezes é objeto de reflexão e organização da grande maioria dos dirigentes de organizações de base. Mesmo porque, nessas questões, os interesses dessa parte da população são entendidos como contrários aos desejos e expectativas da maioria das opiniões presentes no debate público – que cada vez mais exige maior controle do crescimento das favelas, mais repressão policial, etc. Nesse sentido, as associações ficam sem uma bandeira específica, e acabam buscando na captação e gerenciamento de projetos um papel a desempenhar e uma fonte de legitimação para sua existência.

Contraditoriamente, o que ainda legitimaria o caráter de representação coletiva específica das associações de moradores – e que ninguém mais disputa – é o seu papel de se confrontar com o Estado nas denúncias às ações violentas das polícias nas favelas. No entanto, é também esta atuação, na cena pública, que fragiliza essas entidades como força política e moral das favelas. Há sempre uma argumentação que coloca “em suspeição” a autonomia desta manifestação, no sentido de atrelar essas denúncias à uma conivência ou proteção aos traficantes de drogas que atuam dentro das localidades. É bem verdade que isso se soma a já recorrente “criminalização

11. Ver, entre outros, Leite (2004) e Farias (2005). 12. Poderíamos citar também a luta contra a remoção.





dos movimentos sociais”<sup>13</sup>, e, no caso específico das favelas, essa recorrência se alimenta na real dificuldade dos dirigentes de associações de moradores frente à imposição dos traficantes locais, discutida em profundidade neste texto e em outros (Machado da Silva e Leite, 2004; Rocha, 2006; Machado da Silva et alii, 2008). No entanto, a comprovada ação violenta das polícias e agentes de segurança pública, nessas localidades – com completo desrespeito aos direitos humanos, de forma indiscriminada e provocando humilhações e mortes –, reforça a percepção disseminada na população de que todos ali são traficantes, e logo, “matáveis”. Esse quadro de desrespeito aos direitos básicos apresentaria temas e demandas suficientes para uma atuação coletiva dos moradores de favelas, visto que vivemos em um estado democrático de direito em que não há pena de morte.

Talvez exista nesse campo uma possibilidade de início de uma reflexão que ajude a redefinir o papel político das associações de moradores de favela do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, pode ajudar a sensibilizar as ongs que atuam nesses locais para a necessidade de uma reflexão sobre o sentido político de suas ações, que não podem estar dissociadas da tarefa de garantir rotinas “civilizatórias”, ou seja, um cotidiano dentro dos territórios da favela em que sejam respeitados os direitos civis e a segurança pessoal dos moradores.

O objetivo deste artigo não é criticar ou anular a atuação da associação de moradores, mas sim buscar entender qual será seu futuro. Acreditamos, contudo, que, se as associações não buscarem repensar sua atuação e seu formato, estarão destinadas ao vazio político e institucional em que foram colocadas pelo poder público, e onde são mantidas pelo controle dos traficantes de drogas, enredadas nessa dinâmica de “captadoras” e “gerentes” de projetos sociais. Ainda que o panorama para as associações de moradores pareça pouco otimista, é possível inventar uma saída, mas somente através da reflexão e do rompimento com essa teia que no momento atual as restringe e controla.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- FARIAS, Juliana (2005). Posso me identificar? Moradores de favelas por justiça, cidadania e direito à cidade. *Revista Proposta*, ano 29, nº 105, FASE.
- FRIDMAN, Luis Carlos (1999). *Globalização e refúgio humano*. Lua Nova, São Paulo, v. 46, p. 215-219.
- LEEDS, Elizabeth (2003). “Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local”. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (org.). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- LEITE, Márcia Pereira (2000). Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 44.
- (2001). Para além da metáfora da guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca. Tese de doutorado (Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ.
- (2004). As mães em movimento. In: P. Birman, P. e Leite, M. P. (orgs.), *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora UFRGS/Pronex-MCT/CNPq.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (1967). A política na favela. *Cadernos de Estudos Brasileiros*, vol. 9, nº 41.
- (1995). Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta. In: *Sociedade e Estado*, vol. X, número 2, Julho – Dezembro.
- (2002). A Continuidade do ‘Problema da Favela’. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade: Histórias e Desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- (2004). Sociabilidade Violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: IBASE, *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE.
- e LEITE, Márcia Pereira (2004). Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: IBASE, *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE.
- et alii (2008). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ e Nova Fronteira, no prelo.
- MIRANDA, Moema e MAGALHÃES, Paulo (2004). Reflexões a partir da Agenda Social. In: IBASE, *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE.
- PANDOLFI, Dulce e GRZYNSZPAN, Mario (2002). Poder Público e Favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade: Histórias e Desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- ROCHA, Lia de Mattos (2006). Proximidades e afastamentos possíveis – líderes comunitários falam sobre Associação de Moradores e tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro. 30º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais, outubro.
- ZALUAR, Alba (2003). Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (org.). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.

13. Sobre a criminalização de dirigentes de associações ver Machado da Silva e Leite (2004) e Miranda e Magalhães (2004). 14. A representação dos moradores de favelas como “matáveis”, como vítimas necessárias na luta contra os traficantes de drogas ou como cúmplices dos bandidos e passíveis das mesmas penalidades dadas aos traficantes, é discutida em diversos trabalhos apresentados por pesquisadores do grupo que realizou a pesquisa aqui apresentada, por exemplo: Fridman (1999); Leite (2000, 2001); Machado da Silva et alii (2008).

# SEIS POR MEIA DÚZIA?

## UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DO FENÔMENO DAS CHAMADAS 'MILÍCIAS' NO RIO DE JANEIRO

**Autor Ignacio Cano**

**Coordenação:**

Ignacio Cano e Carolina Iooty

**Equipe de Pesquisa:**

Andreia Marinho,

Ana Paula Costa,

Garcia Neves Quitari,

Rafael Dias,

Ulysses Fernando Freitas da Silva,

Fernanda Souza

e Eduardo Ribeiro

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação Heinrich Böll.

*"Santo Agostinho conta a história de um pirata capturado por Alexandre, o Grande, que lhe perguntou: "Como você ousa molestar o mar?".*

*"E como você ousa molestar o mundo inteiro?", replicou o pirata. "Pois, por fazer isso apenas com um pequeno navio, sou chamado de ladrão; mas você, que o faz com uma marinha enorme, é chamado de imperador."*

**(Noam Chomski, 'Piratas e Imperadores')**

### 1. INTRODUÇÃO.

Nos últimos meses de 2006 os jornais dedicaram numerosas matérias à expansão do controle sobre comunidades carentes do Rio de Janeiro por parte de grupos armados que começaram a ser conhecidos como milícias.

Compostos, a princípio, por policiais e outros agentes do estado, estes grupos começaram a dominar de áreas previamente controladas por narcotraficantes. Em muitos casos, os moradores e os comerciantes pagavam uma taxa em troca da suposta proteção. A iniciativa provocou uma controvérsia intensa. Um número significativo de pessoas públicas, encabeçadas pelo prefeito da cidade, se manifestaram com discursos de justificação da iniciativa, quando não de apoio aberto, considerando que as 'milícias' eram uma reação de policiais que moravam naqueles locais com a intenção de 'liberar' as populações submetidas pelo narcotráfico. Outras vozes críticas, no entanto, sublinharam o caráter coercitivo do domínio destes grupos e a contradição que implicava que membros do aparelho do estado agissem de forma privada com o objetivo de extrair lucro.

Um dos pontos centrais da polêmica era se as chamadas 'milícias' representavam realmente um fenômeno novo, que merecesse uma nova denominação, ou eram simplesmente uma continuação de velhas práticas, como a 'polícia mineira', sob um nome novo.



Dessa forma, as milícias se tornaram um dos assuntos mais debatidos e menos conhecidos da cidade. Notícias de jornal e boatos eram freqüentes, mas não havia dados confiáveis sobre o tema. Um relatório de inteligência citado na imprensa sobre a expansão das milícias não pôde ser identificado nem obtido. Diferentemente do tráfico, que vem sendo tradicionalmente objeto de estudos, particularmente de tipo etnográfico (Zaluar, 1994; Barbosa, 1998; Alvito, 2001, entre outros), não há ainda pesquisa empírica para embasar as análises sobre este novo tema.

Este estudo pretende ser um primeiro passo para contribuir a preencher este vácuo, de forma a poder analisar o fenômeno de forma mais objetiva e profunda.

Algumas das perguntas que se pretende começar a responder são as seguintes:

1. Que são as milícias?
2. O que elas representam para a segurança pública para a cidade?
3. Que condições e conseqüências têm para a população que mora nos locais por elas dominados?
4. Que diferenças existem entre a dominação das milícias e de outros grupos armados, notadamente o narcotráfico?
5. Quais são os cenários futuros para a segurança pública da cidade em função do surgimento das milícias?

O presente estudo apresenta dificuldades notáveis de diversa ordem. Do ponto de vista metodológico, é difícil pesquisar um fenômeno que carece de definição precisa e que, diferentemente do tráfico, também não possui uma tradição muito clara. De certa maneira, o debate é tanto terminológico quanto substantivo, e parte da discussão sobre os conceitos está permeada por clivagens ideológicas que contribuem para embasar a análise. Provavelmente, nem sequer existe a opção clara de se pautar pela definição dos próprios ‘nativos’, neste caso as populações em áreas de milícia, pois, dada a novidade do fenômeno, é bem possível que não exista entre eles uma definição consensual.

Em segundo lugar, os relatos da imprensa descrevem uma realidade extremamente dinâmica, que muda rapidamente, o que representa uma dificuldade adicional. Durante a redação do presente documento, por exemplo, o tema voltou a tomar uma atualidade muito grande e as notícias sobre ele se sucederam, depois de que em maio de 2008 uma equipe de jornalistas de ‘O Dia’ foi torturada por ‘milicianos’. As investigações

subseqüentes começaram a prender alguns dos membros da milícia conhecida como ‘Liga da Justiça’. Embora estes desenvolvimentos sejam recentes demais para entrarem no período estudado pela pesquisa, eles mostram como o quadro pode mudar em breve tempo.

Em terceiro lugar, e este é o ponto mais crítico, é um grande desafio pesquisar uma realidade que com freqüência está crivada pelo medo e a incerteza. De fato, muitas pessoas se recusaram a dar o seu testemunho e a maioria dos que o fizeram reclamaram garantias de sigilo. Em várias ocasiões os entrevistados se negaram a gravar a entrevista e em muitos casos tivemos que optar por entrevistar indivíduos com um grau de participação menor —que conheciam as comunidades mas não moravam nelas, por exemplo— porque eram os que estavam dispostos a falar. Conseguir testemunhos sobre milícias se apresentou como mais árduo do que obter depoimentos sobre o tráfico, por exemplo. Há vários fatores por trás dessa realidade. Considerando que os membros da milícia pareciam ser agentes do estado, basicamente policiais, o medo de que eles acabassem sabendo de qualquer depoimento era maior. Por outro lado, diferentemente do narcotraficante tradicional, cuja fama é uma das contrapartidas para uma curta vida à margem da lei, a identidade dos membros da milícia precisa ser mantida em sigilo. Eles possuem endereço conhecido e até número de PIS/PASEP e, portanto, a divulgação da sua identidade poderia colocar em risco sua carreira.

Devido a este clima, foi preciso tomar precauções de segurança para entrevistados e entrevistadores. Em muitas ocasiões, as pessoas foram entrevistadas na universidade ou em outros locais fora das suas comunidades.

Em função de todas as considerações anteriores, o presente trabalho deve ser entendido como exploratório e pesquisas adicionais serão necessárias para conhecer em profundidade o fenômeno e a sua evolução.

## 2. FONTES.

As fontes em que foi baseada a presente pesquisa foram as seguintes:

1. Matérias jornalísticas nos dois principais jornais da cidade: ‘O Globo’ e ‘O Dia’. Em ambos os jornais, foi realizada uma busca automatizada de todas as matérias que mencionavam as palavras “milícia” ou “polícia mineira”. O período

considerado foi de janeiro de 2005 até setembro de 2007. As matérias selecionadas foram copiadas e analisadas.

2. Registros do Disque-Denúncia. O Disque-Denúncia gentilmente cedeu um banco de dados com informações sobre denúncias recebidas contra milícias no período de janeiro de 2006 a abril de 2008, incluindo dados sobre o local e a data dos fatos denunciados e a natureza da infração. Esse banco de dados foi processado e analisado pela equipe de pesquisa.
3. Entrevistas com moradores de áreas dominadas por milícias ou com pessoas que conheciam bem esses locais. Além dos moradores, foi possível entrevistar alguns líderes comunitários e um integrante das milícias.
4. Um grupo focal com lideranças sociais e comunitárias que conheciam a realidade das comunidades controladas por milícias. Alguns dos participantes eram também moradores dessas áreas e já tinham realizado uma entrevista individual.

### 3. AS MATÉRIAS DE JORNAL.

Entre janeiro de 2005 e setembro de 2007 o jornal 'O Globo' publicou 166 matérias que continham uma menção à palavra 'milícia' ou a 'polícia mineira'. Por sua vez, 'O Dia' publicou 82 matérias de acordo com estes mesmos critérios.

Um listado das matérias, com o título de cada uma e a data de publicação pode ser consultado no Apêndice I.

A evolução do número de matérias mês a mês, conforme aparece no gráfico seguinte, revela que o 'assunto milícias' surgiu no segundo semestre de 2006. De fato, boa parte das matérias anteriores a 2006 correspondem provavelmente ao termo 'polícia mineira'.

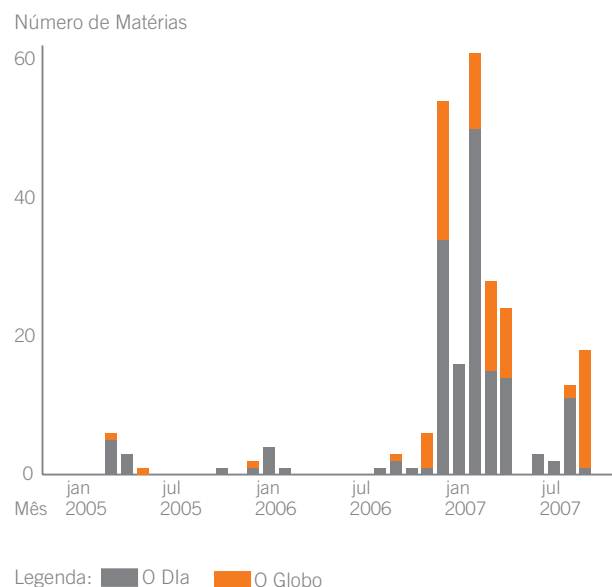
Após terem aparecido algumas matérias entre agosto e novembro de 2006, o número definitivamente explode no mês de dezembro. Depois de uma queda acentuada em janeiro de 2007<sup>1</sup>, a atenção ao tema das milícias volta a ser máxima em fevereiro. Em seguida, o interesse vai diminuindo até quase desaparecer na metade do ano, e volta a aumentar entre julho e setembro de 2007. Curiosamente, parece que no último mês é

'O Dia' que toma o relevo do seu concorrente como o jornal que dedica maior espaço à questão.

Se a pesquisa tivesse dados mais recentes, com certeza outros picos seriam observados, como o acontecido em maio e junho de 2008, depois de que uma equipe de 'O Dia' tivesse sido torturada por milicianos enquanto fazia uma matéria sobre o assunto.

#### Gráfico 1: Número de Matérias que mencionava as palavras 'milícia' ou 'polícia mineira'

Por data e jornal



Os dados revelam com clareza que a atenção prestada a esta questão é cíclica, muito intensa em alguns momentos e bem menor em outros.

Durante o ano de 2005, apenas 'O Globo' lhe dedica algum espaço, relatando alguns casos de conflitos e incidentes. Um dos focos de atenção é a existência de favelas 'sem tráfico' e a busca de explicação para este fenômeno.

No final de 2006, o tema surge com muita força devido a que o número de favelas controladas por estes grupos na Zona Oeste

1. A essa queda contribui poderosamente o fato de que nenhuma matéria foi encontrada em 'O Dia' durante esse mês. Como o número é suspeito, especialmente entre dois meses com valores altos, isto poderia ser devido a algum problema na busca automatizada neste jornal.

e na Zona Norte tinha aumentado com muita rapidez nos meses precedentes.

Uma matéria de 'O Globo' no dia 10 de dezembro de 2006 menciona um relatório de inteligência, supostamente elaborado pelo Gabinete Militar da prefeitura, que contabilizaria um total de 52 comunidades tomadas pela milícia. Em outras matérias é citado outro relatório elaborado pela Subsecretaria de Inteligência, segundo o qual o número de comunidades controladas ascenderia a 92. Ambos os relatórios registram uma rápida expansão desses grupos nos últimos dois anos. Esses relatórios não puderam ser obtidos nem confirmados pela equipe de pesquisa.

É neste momento que o termo 'milícia' passa a ser de uso comum e se estabelece na mídia e, nessa mesma medida, na sociedade. Diversas autoridades e candidatos se posicionam sobre o tema, muitos deles justificando ou apoiando a iniciativa desses grupos, definindo-os como policiais residentes nessas áreas que decidiram expulsar o tráfico. O prefeito evoca inclusive, para descrever o cenário, o termo 'Autodefesa Comunitária', que ecoa o tristemente célebre nome das AUC colombianas, responsáveis por inúmeros assassinatos nesse país.

As matérias descrevem a imposição de taxas a moradores e comerciantes por parte das milícias, que também extraem lucro da venda de produtos como o gás e do controle de atividades irregulares, como transporte alternativo, TV a cabo pirata, etc.

Surgem especulações sobre a possibilidade de que exista um projeto político por trás da expansão das milícias, em função do seu crescimento na Zona Oeste, onde serão celebrados os Jogos Panamericanos, e do apoio de certos políticos e candidatos.

Diversas matérias vão relatando a ocupação de várias favelas por milícias e a resistência ou retaliação do tráfico.

Em dezembro, as milícias passam a ser o centro de atenção, já que uma sucessão de ataques indiscriminados contra instituições, policiais e meios de transporte, que muitos não duvidam em qualificar de terroristas, são considerados uma resposta dos narcotraficantes à expansão das milícias e ao apoio que elas estariam recebendo do estado. Os jornais recolhem a polêmica entre diversas autoridades para explicar esses ataques, mas a hipótese anterior é apresentada como a mais sólida. Há relatos de que as diversas facções criminosas dedicadas ao narcotráfico, tradicionalmente enfrentadas entre si, estariam inclusive unindo forças contra a nova ameaça das milícias.

No início de 2007, as novas autoridades do estado se manifestam publicamente contra as milícias e prometem combatê-

las. O inspetor da Polícia Civil Félix dos Santos Tostes, associado com a milícia de Rio das Pedras, é transferido da Assessoria do Gabinete da Polícia Civil para o Setor de Pessoal em Situação Diversa, e passa a ser investigado. O inspetor Félix seria assassinado poucos meses depois.

Nos primeiros meses de 2007, matérias que analisam os resultados eleitorais do ano anterior revelam que determinados candidatos tiveram uma votação muito expressiva em áreas da Zona Oeste dominadas por milícias, o que condiz com a suspeita de que as milícias funcionam como currais eleitorais para esses candidatos.

Em agosto de 2007, O Globo publica as denúncias do presidente da associação de moradores da comunidade Kelson, Jorge da Silva Siqueira Netto, contra abusos que teriam sido cometidos pela milícia local. Apesar da prisão de alguns dos policiais militares que integrariam a milícia, esses policiais são posteriormente liberados e Jorge é seqüestrado na comunidade e, segundo todos os indícios, posteriormente assassinado como retaliação pelas suas denúncias. Esse é de novo um momento em que as milícias ressurgem no centro do debate.

Em dezembro de 2007, Nadinho, líder comunitário do Rio das Pedras, é acusado de chefiar a milícia local e preso por homicídio doloso. A partir daí, há outros casos de prisões de supostos líderes de milícias. Em abril de 2008 o deputado estadual Natalino José Guimarães e seu irmão, o vereador Jerônimo Guimarães Filho, o Jerominho, foram acusados junto com outras nove pessoas de formação de quadrilha pelo Ministério Público. Os dois irmãos são considerados os chefes da milícia batizada como "Liga da Justiça" na Zona Oeste do Rio.

No último grande momento de destaque, já fora do período considerado na pesquisa, jornalistas de O Dia que faziam uma matéria sobre milícias são retidos e torturados por milicianos em maio de 2008.

#### **4. OS REGISTROS DO DISQUE-DENÚNCIA.**

O Disque-Denúncia é uma parceria público-privada que serve como canal de denúncia anônima para a população e, dessa forma, como uma importante fonte de informação e de inteligência para as agências de segurança pública. Além de garantir o anonimato do denunciante, o Disque-Denúncia paga recompensas, de forma seletiva, por informação que leve ao esclarecimento de casos de especial repercussão. O financiamento privado serve

para manter uma estrutura de atendimento telefônico e para pagar as recompensas. A informação é entregue à Secretaria de Segurança Pública para fins de investigação.

Nesse sentido, mesmo que cada denúncia individual não possa ser comprovada, o conjunto delas representa uma fonte significativa de informação criminal. Obviamente, há casos de denúncias falsas ou mal intencionadas, mas é lícito supor que a proporção delas será mais ou menos estável no tempo, de maneira que as mudanças no total de denúncias refletirão, em boa medida, alterações nas tendências criminais.

O Disque-Denúncia é uma fonte particularmente importante sobre tipos de crimes que não costumam ser denunciados oficialmente, seja por medo dos denunciadores ou por descrença no sistema. Este é, justamente, o caso de crimes cometidos por funcionários públicos (entre eles, supostamente, os membros das milícias), pois os cidadãos não acreditam que a polícia vá fazer uma investigação satisfatória sobre crimes cometidos por policiais (ver, por exemplo, Lengruber et al., 2003) e ainda têm medo de sofrer represálias se oficializam a denúncia. Não cabe, esperar, portanto, que os crimes cometidos por milícias sejam registrados de forma sistemática nas delegacias. É bem mais provável que os cidadãos se animem a realizar denúncias anônimas, razão pela qual os dados do Disque-Denúncia representam uma fonte de valor inestimável.

As denúncias sobre milícias realizadas ao Disque-Denúncia são casos em que as pessoas se sentem, presumivelmente, vitimizadas pelas ações desses grupos até o ponto de ligar para denunciar. De uma forma indireta, esses registros devem permitir acompanhar a extensão das atividades das milícias e a natureza das mesmas.

O banco que foi repassado pelo Disque-Denúncia sobre denúncias relativas a milícias continha informações relativas à data, hora, local e natureza do crime atribuído e omitia, naturalmente, qualquer informação que pudesse identificar os envolvidos. O período contemplado foi de janeiro de 2006, ano em que começam a surgir as denúncias contra membros da milícia, até finais de abril de 2008. A abrangência espacial está referida a denúncias sobre fatos acontecidos no estado do Rio de Janeiro.

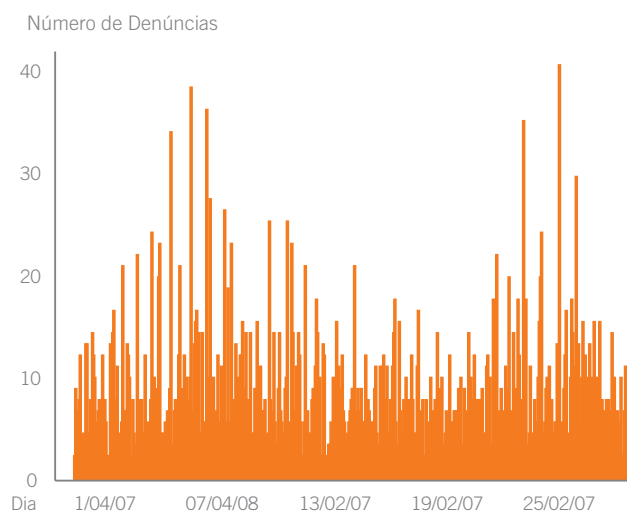
O critério utilizado pelos atendentes do Disque-Denúncia para classificar a denúncia como relativa a milícias é, aparentemente, nominal e não substantivo, isto é, que o próprio denunciante faça uso da palavra 'milícia' durante o seu depoimento. Isto significa que os registros do Disque-Denúncia podem ser considerados

também como uma forma de mensurar a extensão do uso do termo 'milícias', pois o fenômeno pode ser anterior, mas só ficará classificado como tal quando o denunciante usar a palavra. Nesse sentido, dada a novidade do termo, não houve nenhum caso registrado no ano de 2005. Apenas em 2006 começam a aparecer denúncias relativas a milícias. Entre março de 2006 e abril de 2008, o número total de denúncias recebidas contra milícias foi de 3.469.

O gráfico do número de denúncias por dia revela que há certos dias que concentram um alto número de denúncias, mais de 20 ou até 30, provavelmente devido à ocorrência de algum evento específico.

### Gráfico 2: Número de Denúncias Recebidas contra Milícias por Dia

Estado do Rio de Janeiro: Jan-2006 a Abr-2008



Fonte: Disque-Denúncia RJ

A tendência na evolução das denúncias pode ser melhor percebida na tabela e no gráfico seguintes, que mostram o número de denúncias por mês. Há apenas uma denúncia em março de 2006 e outra em junho. De repente, em dezembro surgem mais de 100 registros e o número continua ascendendo até fevereiro de 2007. Depois disso, o número cai até meados do ano 2007, momento em que volta a aumentar progressivamente até atingir um pico de mais de 350 denúncias em março de 2008.

De forma geral, a tendência temporal é semelhante à observada nas matérias de jornais, embora esta fonte contemple um período mais longo.

**TABELA 1: NÚMERO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS CONTRA MILÍCIAS POR MÊS**

Estado do Rio de Janeiro: Jan-2006 a Abr-2008

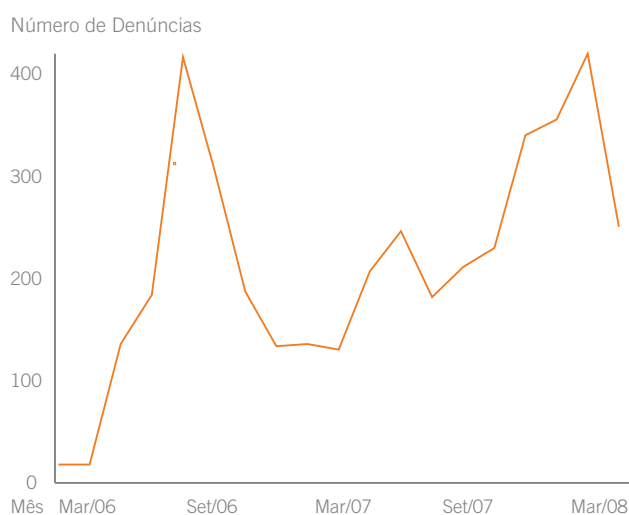
	Número	%	% acumulado
MAR 2006	1	.0	.0
JUN 2006	1	.0	.1
DEC 2006	109	3.1	3.2
JAN 2007	153	4.4	7.6
FEB 2007	366	10.6	18.2
MAR 2007	266	7.7	25.8
APR 2007	156	4.5	30.3
MAY 2007	107	3.1	33.4
JUN 2007	109	3.1	36.6
JUL 2007	104	3.0	39.6
AUG 2007	174	5.0	44.6
SEP 2007	210	6.1	50.6
OCT 2007	151	4.4	55.0
NOV 2007	178	5.1	60.1
DEC 2007	195	5.6	65.7
JAN 2008	296	8.5	74.3
FEB 2008	310	8.9	83.2
MAR 2008	369	10.6	93.8
APR 2008	214	6.2	100.0
<b>Total</b>	<b>3469</b>	<b>100.0</b>	

Fonte: Disque-Denúncia RJ

Em suma, os primeiros meses dos anos de 2007 e 2008 são os momentos em que há um maior número de queixas contra as milícias. O fenômeno das milícias parece adquirir um comportamento cíclico, típico dos problemas de segurança pública no Rio de Janeiro.

**Gráfico 3: Número de Denúncias Recebidas contra Milícias por Mês**

Estado do Rio de Janeiro: Jan-2006 a Abr-2008



Fonte: Disque-Denúncia RJ

A localização dos fatos denunciados revela que, embora 84% das denúncias sejam relativas ao município do Rio, as milícias operam também na Baixada Fluminense. Existem inclusive algumas denúncias em outros municípios distantes da Região Metropolitana, o que significa que o fenômeno tem potencial para se estender de forma mais ampla.

A Tabela 2 e o Mapa 1 mostram o número de denúncias por município e confirmam a altíssima incidência no município do Rio, seguido pela Baixada. Em terceiro lugar, mas a muita distância, aparece Niterói e o seu entorno. Por último, existem algumas denúncias em diversos municípios da costa, especialmente na região dos lagos.

**TABELA 2: NÚMERO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS CONTRA MILÍCIAS POR MUNICÍPIO**

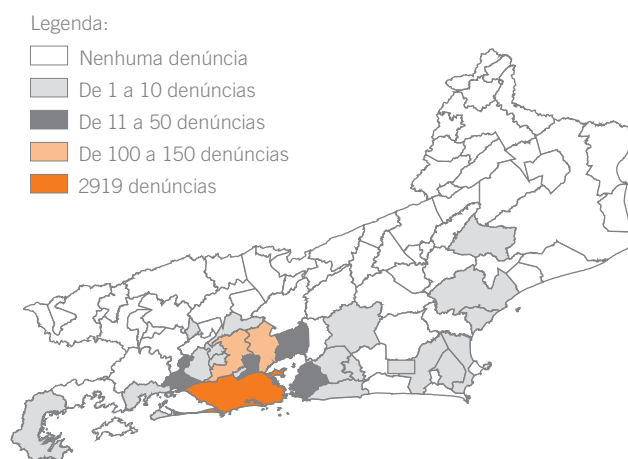
Estado do Rio de Janeiro: Jan-2006 a Abr-2008

	Freqüência	%
ARARUAMA	3	.1
BELFORD ROXO	38	1.1
CABO FRIO	2	.1
CACHOEIRAS DE MACACU	1	.0
DUQUE DE CAXIAS	143	4.1
ITABORAI	7	.2
ITAGUAI	48	1.4
JAPERI	1	.0
MACAE	1	.0
MAGE	19	.5
MANGARATIBA	6	.2
MARICA	3	.1
MENDES	2	.1
MESQUITA	5	.1
MIGUEL PEREIRA	1	.0
NILOPOLIS	31	.9
NITEROI	11	.3
NOVA IGUACU	144	4.2
PARATI	2	.1
QUEIMADOS	3	.1
RIO DAS OSTRAS	2	.1
RIO DE JANEIRO	2919	84.1
SANTA MARIA MADALENA	1	.0
SAO GONCALO	31	.9
SAO JOAO DE MERITI	34	1.0
SAO PEDRO DA ALDEIA	4	.1
SEROPEDICA	4	.1
TANGUA	3	.1
Total	3469	100.0

Fonte: Disque-Denúncia RJ

**Mapa 1: Número de Denúncias contra Milícias por Município**

Estado do Rio de Janeiro: Jan-2006 a Abr-2008



Fonte: Disque-Denúncia RJ

No apêndice II, é possível observar o detalhe da distribuição das denúncias por bairro dentro de cada um dos municípios anteriormente mencionados.

Dentro do município do Rio, os bairros que recebem mais denúncias são Campo Grande, Jacarepaguá, Santa Cruz, Anchieta, Guadalupe, Realengo e Paciência, todos eles com mais de 100 denúncias. Esses dados confirmam que as milícias têm uma presença incontestável na Zona Oeste da cidade e, em menor medida, na Zona Norte.



**TABELA 3: BAIROS COM MAIOR NÚMERO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS CONTRA MILÍCIAS**

Município do Rio de Janeiro: Jan-2006 a Abr-2008

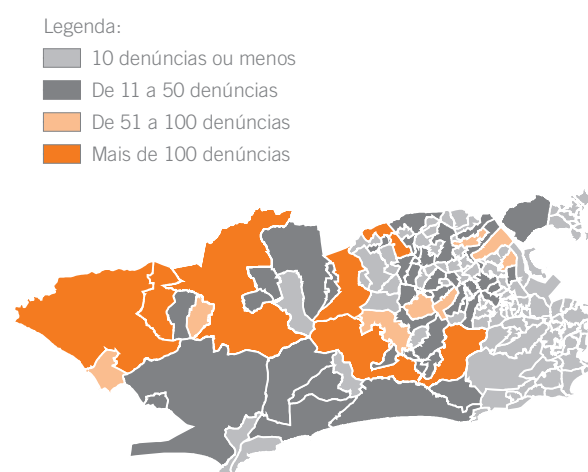
Bairro	Número de Denúncias	%
Campo Grande	258	8.8
Jacarepagua	199	6.8
Santa Cruz	169	5.8
Anchieta	167	5.7
Guadalupe	131	4.5
Realengo	113	3.9
Paciencia	107	3.7
Q Bocaiuva	99	3.4
B Pina	92	3.2
Pc Seca	67	2.3
Taquara	64	2.2
Sepetiba	63	2.2
Inhoaiba	57	2.0
Ramos	57	2.0
Penha	50	1.7
Rcr Bandeirantes	50	1.7
Guaratiba	48	1.6
Cascadura	47	1.6
Ilha Do Governador	47	1.6
Cosmos	45	1.5
Piedade	44	1.5
Inhauma	40	1.4

Fonte: Disque-Denúncia RJ

O Mapa 2 mostra graficamente as denúncias por bairro e confirma com clareza que as milícias são um fenômeno sobretudo da Zona Oeste e, em menor medida, da Zona Norte. A Zona Sul está praticamente livre de queixas.

**Número de Denúncias contra Milícias por Bairro**

Município do Rio de Janeiro: Jan-2006 a Abr-2008



Fonte: Disque-Denúncia RJ

As denúncias correspondem a naturezas muito diversas. Cada denúncia pode conter várias naturezas de crimes ou infrações. De fato, existem 7.958 naturezas diferentes para as 3.469 denúncias, isto é, há uma média de mais de duas naturezas por denúncia.

As naturezas mais freqüentes, aquelas que aparecem num mínimo de 30 denúncias, podem ser observadas na tabela seguinte. Acusações de extorsão e ameaça eram esperadas, em função da cobrança de taxas. Mais de 500 acusações por homicídio confirmam a natureza violenta destes grupos e do tipo de dominação que estabelecem.

Talvez o resultado mais surpreendente seja a presença de quase 400 acusações de tráfico de drogas, o que acaba de desfazer o mito de que as milícias representam uma alternativa ao domínio dos narcotraficantes ou uma cruzada contra o narcotráfico. O tráfico de entorpecentes pode não ser a atividade principal nem a fonte central de lucros destes grupos, mas as denúncias freqüentes neste sentido revelam que muitos deles toleram ou praticam também o tráfico dentro das suas áreas de influência.

A presença de roubos e outros tipos de crimes sugere que as milícias são, em muitos casos, grupos de crime organizado que praticam diversos delitos nos territórios sob o seu controle.

A listagem completa das denúncias por natureza pode ser examinada no Apêndice III.

**TABELA 4: NÚMERO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS CONTRA MILÍCIAS POR NATUREZA**

Estado do Rio de Janeiro: Jan-2006 a Abr-2008

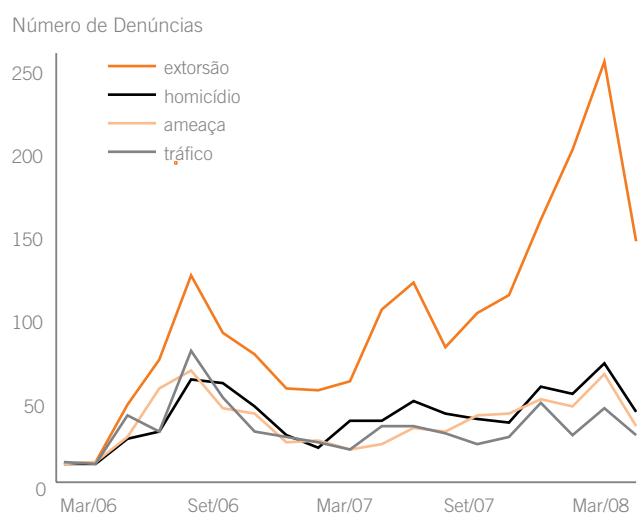
Natureza da infração ou crime	Número de Denúncias	% sobre o total de denúncias
“Extorsão simples”	1549	19.5
“Desvio de conduta”	1532	19.3
“Posse ilícita de armas fogo”	992	12.5
“Homicídio consumado”	507	6.4
“Ameaça”	445	5.6
“Tráfico de drogas”	381	4.8
“Rádio tv telefonia clandestina”	324	4.1
“Concussão”	262	3.3
“Grupos de extermínio”	180	2.3
“Uso ilícito de armas fogo”	161	2.0
“Lesão corporal”	155	1.9
“Obstrução de vias públicas”	144	1.8
“Invasão de propriedade”	126	1.6
“Guarda comércio ilícito de armas fogo”	109	1.4
“Corrupção”	87	1.1
“Tentativa de homicídio”	64	.8
“Estelionato”	61	.8
“Obra irregular”	49	.6
“Transporte alternativo irregular”	48	.6
“Localização de foragidos da justiça”	46	.6
“Depósito clandestino de gás”	39	.5
“Seqüestro simples e cárcere privado”	37	.5
“Abuso de autoridade”	37	.5
“Barulho”	36	.5
“Apropriação indébita”	34	.4
“Roubo de veículos automotores”	31	.4
“Roubo furto a residências”	31	.4
“Jogos de azar”	30	.4

Fonte: Disque-Denúncia RJ

O gráfico seguinte, que mostra a evolução mês a mês das denúncias relativas a algumas das naturezas principais, revela que o tráfico de drogas não é algo recente, senão que já estava presente em 2006, quando as milícias ganharam notoriedade. Outro dado relevante é que as denúncias de extorsão dispararam no começo de 2008.

**Gráfico 4: Número de Denúncias Recebidas contra Milícias por Natureza e Mês**

Estado do Rio de Janeiro: Jan-2006 a Abr-2008



Fonte: Disque-Denúncia RJ



## 5. AS ENTREVISTAS E O GRUPO FOCAL

### 5.1. Aspectos metodológicos

O perfil de entrevistado procurado foi principalmente o de morador de áreas dominadas pela milícia, pois o objetivo era conhecer como era o dia a dia dessas pessoas e qual era a percepção que elas tinham. Em segundo lugar, pretendia-se também entrevistar a lideranças comunitárias que trabalhassem nessas áreas. Em terceiro lugar, foi cogitado entrevistar também a alguns membros da milícia, embora não se soubesse se isto seria possível por razões de segurança.

A primeira estratégia para a identificação de entrevistados que morassem naquelas áreas foi o uso de contatos pessoais, tanto dos membros da equipe de pesquisa quanto das pessoas e instituições de direitos humanos participantes neste projeto.

Na prática, houve grande resistência em falar sobre o assunto por parte de moradores dessas áreas. A dificuldade para encontrar depoimentos sobre milícias foi claramente superior à enfrentada, por exemplo, para conseguir entrevistas sobre o tráfico em outras pesquisas. Apesar da garantia de sigilo e da possibilidade de realizar a entrevista na universidade, para que não houvesse suspeitas dentro da comunidade, vários dos entrevistados ficaram claramente receosos e desconfortáveis durante a entrevista e, em vários casos, se negaram a que a entrevista fosse gravada.

Os problemas para encontrar entrevistados fizeram com que tivéssemos que incluir pessoas que, sem serem moradores, trabalhavam ou freqüentavam áreas de milícia e, portanto, conheciam aquela realidade. Isto também provocou que entrevistássemos indivíduos que talvez não respondiam ao perfil ideal, seja pela sua dificuldade de expressão, seja pela sua reticência, ou seja pelo conhecimento indireto da realidade. A tensão, o receio e as respostas de veracidade duvidosa (negando, por exemplo, algumas condutas de milicianos que outros entrevistados admitiam) foram palpáveis em várias das entrevistas, algumas das quais não atingiram o nível de *rapport* desejável neste tipo de pesquisa qualitativa. Este é mais um motivo para considerar este trabalho como um empreendimento exploratório. No entanto, a diversidade dos entrevistados e a multiplicidade das entrevistas serviram para diminuir o problema e possibilitaram uma visão de conjunto sobre a questão.

O temor de falar sobre o tema é, em si mesmo, um dado de extrema relevância para a pesquisa, que indica categoricamente que as milícias exercem um domínio coativo nos moradores e estão, portanto, longe de serem um movimento 'libertador'. A publicação da

notícia do desaparecimento e presumível assassinato do líder comunitário da favela Kelson, que denunciou abusos da milícia, pode também ter tido um efeito inibidor sobre informantes potenciais.

Dados os problemas enfrentados, foi desenvolvida uma estratégia complementar de identificação de entrevistados. Foram colocados cartazes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (campus de Maracanã), convidando pessoas que residissem em determinadas comunidades da cidade (que tinham sido identificadas como dominadas por milícias nas matérias de imprensa) a participarem de uma pesquisa, oferecendo pagar a passagem de ida e volta da pessoa como estímulo. Dessa forma, apareceram vários entrevistados, estudantes na sua grande maioria. Nestas entrevistas, foi tomado especial cuidado na análise para separar o discurso dos estudantes, mais elaborado e geralmente crítico em relação às milícias, das experiências concretas que eles tinham sobre a questão. Em geral, como pode ser observado no roteiro da entrevista no Apêndice IV, a entrevista privilegiava sobretudo aspectos objetivos, embora incluísse algumas perguntas de percepção.

A análise foi realizada levando em consideração sempre as experiências observadas pelas pessoas e privilegiando os testemunhos diretos sobre os relatos indiretos. Numa questão em que os boatos são comuns, este cuidado é crítico para que os resultados estejam embasados em observações da realidade.

Ao todo, foram realizadas 46 entrevistas. A grande maioria dos entrevistados eram, de fato, moradores de áreas de milícia ou tinham sido num passado recente. Alguns eram conhecedores ou freqüentadores desses locais, embora não morassem lá. Um entrevistado era presidente da associação de moradores local e outro era líder de uma organização que estrutura comunidades carentes e que, portanto, conhece a realidade de diversas comunidades e recebe denúncias sobre abusos cometidos por milicianos. Um entrevistado era integrante da milícia local.

As entrevistas, realizadas entre outubro de 2007 e março de 2008, foram gravadas e transcritas pela equipe de pesquisa. Nos casos em que o entrevistado se recusou a ser gravado, o pesquisador tomou notas e escreveu posteriormente um resumo.

A próxima tabela mostra o número de entrevistados de acordo com a comunidade da qual eram moradores ou conhecedores. A quadragésimo - sexta entrevista, que não aparece na tabela, corresponde ao líder da organização de comunidades carentes, que não pode, portanto, ser vinculado a um local em particular.

**TABELA 5: NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR COMUNIDADE E BAIRRO**

Estado do Rio de Janeiro: Jan-2006 a Abr-2008

Área	Bairro	Número de Entrevistados
Anchieta	Anchieta	1
Canal do Anil	Anil	1
Jardim Clarice	Anil	1
Bangu - Centro	Bangu	2
Bangu	Bangu	3
Campinho	Campinho	1
Ana Gonzaga	Campo Grande	1
Campo Grande	Campo Grande	4
Favela do Barbante	Campo Grande	1
Jardim Paraíso	Campo Grande	3
Oiticica	Campo Grande	1
Santa Margarida	Campo Grande	2
Morro do Agudo	Comendador Soares	1
Del Castilho	Del Castilho	1
Guadalupe	Guadalupe	1
Guaratiba	Guaratiba	1
Engenho - Itaguaí	Itaguaí	1
Itaguaí	Itaguaí	1
Curicica	Jacarepaguá	2
Gardênia Azul	Jacarepaguá	1
IV Centenário	Jacarepaguá	1
Paciência	Paciência	1
Kelson	Penha	1
Quitungo	Penha	1
Ramos	Ramos	1
Santa Cruz	Santa Cruz	1
Praia do Carmo	Sepetiba	1
Sepetiba	Sepetiba	6
Vila Nova	Sepetiba	1
Vila Kennedy	Vila Kennedy	1
<b>Total</b>		<b>45</b>

Fonte: Disque-Denúncia RJ

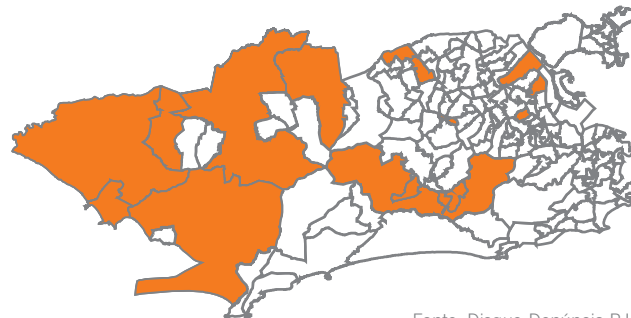
Desse total, 34 entrevistas estão referidas à Zona Oeste da cidade, 8 à Zona Norte, e 3 à Baixada Fluminense. Acreditamos que essa distribuição, que não foi estratificada nem procurada especificamente, reflete no entanto de maneira razoável a distribuição geográfica do fenômeno.

O Mapa 3 apresenta os bairros nos quais há pelo menos uma entrevista realizada

### Bairros de Residência dos Entrevistados

Cidade do Rio de Janeiro

Legenda:  
 Outros Bairros  
 Bairro com entrevista realizada



Fonte: Disque-Denúncia RJ

O grupo focal foi convocado com a idéia de permitir um debate mais aprofundado sobre a questão, observando como as diferentes percepções interagiam entre si. Além disso, talvez num contexto grupal as pessoas se sentissem estimuladas a falarem sobre coisas que provocavam receio nas entrevistas individuais. O roteiro, que pode ser consultado no Apêndice V, aborda temas bastante semelhantes aos contidos nas entrevistas individuais, com algumas pequenas diferenças. Entre elas, os participantes eram orientados, explicitamente, a comparar a violência existente nas comunidades controladas pelas milícias e pelo tráfico.

Originalmente, o plano era organizar outros grupos focais em áreas dominadas por grupos de extermínio na Baixada e por narcotraficantes em outros locais, mas as dificuldades de recrutamento antes mencionadas, exacerbadas ainda mais no tema do grupo de extermínio, fizeram com que este fosse o único grupo finalmente realizado.

O perfil ideal procurado para o grupo era o seguinte: lideranças comunitárias, articuladas e dispostas a falar sobre o tema. Devido aos problemas para encontrar pessoas que concordassem em falar, o grupo incluiu também profissionais que trabalhavam nas áreas de milícia, membros de movimentos sociais, e uma moradora que, embora não fosse uma liderança formal, era articulada e muito aberta para falar sobre a questão. Finalmente, participaram 6 pessoas no grupo (4 mulheres e 2 homens), entre os quais 3 já tinham sido entrevistados individualmente e tinham sido recrutados em função disso.

O material qualitativo proveniente das entrevistas e dos grupos focais será analisado de forma conjunta.

## 5.2. Análise.

### 5.2.1. O que são as milícias.

A principal conclusão que se depreende do material empírico coletado é que a palavra ‘milícia’ não possui um conteúdo muito preciso. Trata-se, na realidade, de uma etiqueta aplicada, de maneira crescente, a cenários bastante variados. Nem sequer entre os moradores das áreas controladas por estes grupos é possível inferir uma definição consensual do que seja uma milícia.

Ela não descreve um fenômeno novo, como prova o fato de que existem comunidades na Zona Oeste nas quais o domínio destes grupos irregulares é uma realidade há anos. Antes, eles eram conhecidos como ‘polícia mineira’ ou ‘grupo de extermínio’, e hoje são definidos como ‘milícias’. O melhor exemplo é a comunidade de Rio das Pedras, estudo de caso tradicional de uma favela ‘sem tráfico de drogas’, justamente em função da ação destes grupos (ver Burgos, 2002).

A criação do termo ‘milícia’ é atribuída em diversas ocasiões à imprensa, mas não há constância da sua filiação exata. De qualquer forma, os criadores ou difusores da palavra podem muito bem ter tido a intenção de re-legitimar um velho cenário, antigamente definido por termos muito mais negativos: ‘polícia mineira’, conceito fortemente associado à corrupção policial, e ‘grupo de extermínio’, cuja conotação homicida é óbvia. ‘Milícia’ aparece como uma palavra de perfil mais neutro ou, inclusive, levemente positivo. Com efeito, o dicionário Aurélio define o termo como “Tropas auxiliares de segunda linha”. Em outras línguas, a palavra é usada para designar os componentes do exército que não são militares profissionais, isto é, combatentes do povo. Essa linha semântica encaixa perfeitamente na tentativa

de apresentar a ‘milícia’ como um grupo de pessoas que se une para se defender contra uma ameaça externa, no caso o tráfico. Em outras palavras, uma ‘autodefesa comunitária’, na declaração do prefeito. Por sua vez, a participação de agentes do estado estaria justificada, nesta versão, pelo fato de que os próprios policiais que moram nessas áreas teriam decidido acabar com a tirania do tráfico. Em suma, o termo ‘milícia’ condiz plenamente com este mito libertador, como uma forma privada que os policiais teriam encontrado de vencer a guerra contra o crime e reconquistar os territórios ao inimigo, vista a ineficiência do próprio estado na consecução deste objetivo.

Qualquer que fosse a intenção dos criadores e independentemente da maior ou menor precisão em relação à realidade que ele define, a extensão da sua utilização nos meios de comunicação e na sociedade garante que é um termo que veio para ficar. Assim, não faria sentido propor agora a sua eliminação ou substituição, pois, no terreno lingüístico, a ‘milícia’ é um sucesso absoluto. Em menos de dois anos, uma palavra quase desconhecida entrou para o vocabulário cotidiano dos cidadãos fluminenses.

Aceitada então sua existência como irreversível, resta-nos então o objetivo de tentar delimitar e descrever a realidade ou as realidades que o termo pretende definir. Para tanto, paradoxalmente e a despeito da imprecisão anteriormente mencionada, é preciso que definamos o que entendemos como milícia no presente trabalho. Isso revela-se indispensável para selecionar quais cenários serão analisados aqui e quais outros serão deixados de lado, ou utilizados apenas de forma comparativa.

Passamos a propor a definição de milícia como o somatório dos seguintes eixos, que devem acontecer simultaneamente:

1. O controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular.
2. O caráter em alguma medida coativo desse controle dos moradores do território.
3. O ânimo de lucro individual como motivação principal dos integrantes desses grupos.
4. Um discurso de legitimação referido à proteção dos habitantes e à instauração de uma ordem que, como toda ordem, garante certos direitos e exclui outros, mas permite gerar regras e expectativas de normatização da conduta.
5. A participação ativa e reconhecida de agentes do estado como integrantes dos grupos.

Desse modo, a confluência desses cinco elementos definiria uma realidade que concordaríamos em caracterizar como milícia. Vamos analisar cada um deles.

O primeiro elemento, *o domínio por parte de um grupo irregular*, implica automaticamente a ausência do estado, que abdica do seu papel como garante dos direitos dos cidadãos. É claro que esta ausência é secular e as milícias e outros grupos armados só fizeram ocupar este vácuo. Na medida em que não há qualquer norma escrita nem esses grupos estão sujeitos a qualquer controle formal, há um amplo espaço para a existência de arbitrariedades contra os moradores. Ou, melhor dito, a arbitrariedade substitui a norma. Os cidadãos que residem nesses espaços estão por conseguinte submetidos às regras emanadas pelo grupo dominante ou pelo seu chefe, o(s) 'dono(s) do pedaço'.

*"Inclusive a milícia faz coisas...uma mulher que tinha envolvimento lá...enfim, questão de adultério, ela foi posta nua, teve a cabeça raspada na rua e teve que descer o morro.[...]ela... parece que ela tinha um envolvimento com um traficante que depois saiu dali quando a milícia tomou o controle. E ela por isso, ou por... não sei qual foi a postura dela depois que a milícia tomou o controle, ela foi colocada nua pra fora de casa, teve a cabeça raspada e foi obrigada a descer o morro do Sossego assim." (Entrevistado n. 5, Bangu)*

Incidentalmente, a prática de raspar a cabeça para punir e humilhar mulheres tem sido denunciada como uma prática em áreas dominadas por traficantes (ver, Amnistia Internacional, 2008).

A intensidade do controle sobre a população é bastante variável. Em algumas comunidades, os milicianos funcionam quase como um serviço de segurança privado e não interferem na vida dos moradores desde que a ordem pública não seja ameaçada. Apenas as atividades criminosas, o uso de drogas ou as perturbações da tranquilidade motivam uma interpelação às pessoas.

*"Não, não colocaram regra nenhuma não. Pelo contrário, eles até eram bem solícitos com os moradores. Quando alguém chegava aqui mais tarde, acompanhavam até chegar em casa. A milícia aqui foi milícia light. A milícia braba tem lá na Carobinha" (Entrevistado n. 9, Bangu)*

Em outras comunidades, as milícias impõem numerosas regras e restrições, de forma semelhante ao que o tráfico costuma fazer.

Inclusive, em alguns casos a interferência na vida cotidiana é maior do que no caso do tráfico, pois existe a tentativa de impor uma ordem moral. Se as regras do tráfico estavam pautadas na lógica do negócio e na lógica gregária das facções, as regras de algumas milícias visam uma regulação mais profunda da conduta social.

*"minha mãe mora em Bento Ribeiro, lá [...] puseram na caixa de correio dela um bilhete: segurança particular, mensalidade trinta reais. [...] Eles entregaram a filipeta e avisaram em todas as casas, que a partir daquele momento houve um controle tremendo. Não pode mais ouvir música muito alto, então ela sinaliza, que tinham alguns bares que ela passava e que era uma música ensurdecadora e que e eles não aceitam funk, ela disse que isso é muito claro, que eles não aceitam todo tipo de música.[...] Uma coisa que ela falou que a deixou muito assustada é que, por exemplo ... que eles disseram que ela informasse a eles mensalmente as crianças que não estavam indo pra creche porque eles iam tentar averiguar quais eram os motivos. E se fosse um motivo banal por exemplo, eles iam denunciar para o Conselho Tutelar" (Entrevistado n. 24, Del Castilho)*

Eis um exemplo paradoxal de uma agrupação irregular que ameaça recorrer aos mecanismos formais do estado para reforçar o seu controle social, tal a legitimidade que os seus membros sentem.

Algumas milícias reproduzem as normas das facções do narcotráfico e restringem o direito de ir e vir dos moradores para áreas consideradas como território inimigo. Nesse sentido, essas milícias se comportam como uma facção a mais.

*"Não pode usar drogas. Ah, e nem pensar de ir lá na Cidade de Deus." (Entrevistado n. 32, IV Centenário, Jacarepaguá)*

Em geral, as normas são mais restritivas quando se trata de territórios anteriormente dominados pelo narcotráfico.

Quanto ao modo em que o controle é exercido, o desvio é castigado de forma implacável e a violência é o mecanismo mais usual de punição. As penalidades impostas são muito semelhantes às aplicadas pelos narcotraficantes: a agressão física, a expulsão da comunidade e a morte. A progressão entre elas é rápida e quem não atender uma ordem ou não obedecer após uma surra ou uma ameaça está colocando sua vida em risco.

*“Aqui é o seguinte, aqui esse negócio de mineira né, milícia, eu não vi nada disso não, são pessoas, moradores antigos que foram ex-policiais, tem muitos policiais aqui, e quando o pessoal começa vender tóxico, essas coisas assim aqui na rua, se ver se está extrapolando dá idéia, duas vezes, três vezes, como aconteceu com dois malandros aí vacilou, continuou – valão. Aparece no valão, canal do Anil, como já aconteceu antes. Amarram mesmo, matam e acabou, entendeu.” (Entrevistado n. 3, Canal do Anil)*

Por um lado, o pertencimento de muitos milicianos aos órgãos de segurança abriria, em princípio, a possibilidade de que os infratores fossem entregues à justiça e tratados conforme a lei. Entretanto, a própria natureza irregular dos grupos dificulta sobremaneira essa opção, além do fato de que os policiais parecem habituados a usarem a violência, legítima ou não, como forma de controle.

Em comunidades carentes onde o estado de direito é uma ficção distante, submetidas permanentemente a uma pedagogia da violência por parte de diversos grupos armados, não é incomum que muitos indivíduos interiorizem como natural a execução sumária dos infratores como mecanismo de controle social e de regulação de conflitos.

*“Morador não morreu ninguém; matou mesmo todos os bandidos da área. O problema é que os bandidos eram todos conhecidos nossos. Não era bandido de fora, era tudo bandido conhecido nosso, que cresceu; tinha gente da minha idade que cresceu junto comigo, que pertenceu a boca. Então, a gente viu esse povo todo morrer. Era bandido, né? A gente não podia nem falar que não, não matem! Era bandido, tinha que morrer, morreu! Então, morreu todos eles. O último, a polícia ainda chegou a levar ao vivo, mais aí ele chegou morto no hospital.” (Entrevistado n. 22, Santa Margarida. Campo Grande)*

Nessa última fala, pode se apreciar com clareza a contradição entre a idéia de que criminosos em geral, alvo de um processo de desumanização, devem ser exterminados, e a humanização que decorre do contato pessoal com alguns deles que ‘cresceram comigo’.

Quase todos os entrevistados citam casos de homicídio cometidos por milícias, normalmente em função da quebra de princípios estabelecidos, o que condiz com as mais de 500 denúncias

de homicídio registradas no Disque-Denúncia.

O segundo dos cinco elementos centrais à definição, a coação sobre os moradores, é indispensável para que possamos considerar o grupo uma milícia. Caso contrário, se a proteção for procurada pelos residentes, estaríamos falando de um serviço de segurança privada. Na segurança privada, a iniciativa de solicitar a proteção parte do usuário que, portanto, controla o serviço que recebe e os funcionários que o prestam. No caso das milícias, a iniciativa de ‘oferecer proteção’ parte dos integrantes do grupo armado.

No entanto, a intensidade da coação contra os moradores é muito variada. Em muitos casos, os moradores são obrigados, sob ameaças, a pagarem uma taxa para garantir sua proteção, o que pode ser caracterizado como extorsão.

*“Eu recebi dois telefonemas de Jacarepaguá, entende? Que as pessoas disseram que não pagaram e foram ameaçadas e tudo. Recebi também uma agora eu estou lembrando, uma também do Quitungo, e o Quitungo o miliciano é morador, é morador. Então no Quitungo teve várias também reclamação.” (Entrevistado n. 1, liderança de organização de comunidades)*

*“Tem muita gente que não pagou. Teve uma senhora ali, ali não tem uma casa de geladeira, parece que eles até ameaçaram eles. A exigência mesmo era pagar. então, praticamente era obrigatório.” (Entrevistado n. 7, Bangu)*

Em outros casos, a coação é bem mais sutil, a pessoa não é obrigada em princípio a pagar, mas receia do que possa lhe acontecer se não paga. Uma pressão relativamente leve, por exemplo, é a afirmação dos milicianos de que não vão proteger aqueles que não pagarem, o que significa que eles poderiam se tornar alvos preferenciais.

*“Você não paga se quiser. Mas se você não paga e acontecer alguma coisa na sua casa a gente não responsabiliza, é assim que chega. Eles chegam te intimidando.” (Grupo Focal)*

Um outro motivo para pagar é que, havendo conflito entre um vizinho que pagou e outro que não o fez, o segundo corre o risco de que o primeiro chame os milicianos e eles intervenham a favor de quem contribuiu financeiramente. Alguns relatos mencionavam que os comerciantes que estão em dia com seus

pagamentos conseguem apoio das milícias contra seus próprios clientes inadimplentes.

No entanto, alguns entrevistados manifestaram que a cobrança nas suas comunidades era realmente voluntária, e que nada acontecia com quem não pagava. Em algumas ocasiões, inclusive, a ‘inadimplência’ dos vizinhos provocou que o número de seguranças na comunidade diminuísse.

*“É opcional. O Baptista sempre tentava conscientizar, dava reuniões e tudo, aí quando houve reclamação que estava diminuindo, aí ele disse pra gente, mas lógico como é que eu vou pagar se o povo não quer pagar. Aí diminuiu um pouco a segurança né, a quantidade.” (Entrevistado n. 18, Jardim Paraíso, Campo Grande)*

De fato, vários entrevistados afirmaram claramente que não pagavam e que diziam isso claramente aos milicianos.

*“Na minha comunidade eles cobram 20 reais por morador. Mas também dá quem quer. Eu não pago. Eu disse para eles: é obrigação do Estado me dar segurança. Como o estado não me dá segurança, ele se omite, pronto. Você sabe, sabe o que eles fazem? Eles riem. Eu disse não vou pagar a taxa, não. Sou proletariada. Ele riu muito e foi embora. Não fez cara feia. Isso é que eu te falo da inteligência. Jamais ia falar uma coisa dessa para um menino do narcotráfico, porque eles não tem discernimento de pensar, de raciocínio, entendeu?” (Entrevistado n. 11, Ana Gonzaga, Campo Grande)*

*“Eles pedem: dizem que estão sem emprego, que a vida está difícil, que eles estão trabalhando e tal. Pedem uma contribuição e aqueles que aceitam, passam a pagar a taxa todo mês. Eu não pago. Eles deixaram aqui um papel, dizendo isso: ajudar, que a vida está difícil e tal. Mas eu olhei, não pago.” (Entrevistado n. 44, Sepetiba)*

È preciso insistir que nos casos em que não exista coação, não estaríamos propriamente perante uma milícia, mas um serviço de segurança privada. A linha que separa essas duas situações é, entretanto, um tanto tênue.

*“Eles passam nas casas que se comprometem a pagar, já sabem quais são as casas certas para poder cobrar, não*

*tem nenhum tipo de marca. Agora, tem uma suspeita de que esta questão da segurança particular, ou milícia, não sei, não sei muito bem como classificar, tenha sido, tenha sido, planejada né, por antecedentes causados por eles próprios.*

*Antes tinham roubos de bicicletas, rádios de carro, e agora não tem mais. Então, eu tenho uma suspeita que não há de se descartar, porque não posso provar nada, mas não posso descartar a possibilidade de eles estarem promovendo estas atividades, esses furtos que estavam acontecendo para poder causar uma visão nas pessoas de que eles são necessários.*

*Agora tem que enfatizar isso né, que nesse bairro que moro não é obrigatório o pagamento, não tem nenhum tipo de medida, pelo menos né, que eu saiba, nenhum tipo de medida de represália a pessoas que não pagam.” (Entrevistado n. 13, Campo Grande).*

Esse fato de que crimes não costumeiros começaram a acontecer na comunidade justamente antes de receber a ‘oferta’ de proteção dos milicianos foi relatado em diversas comunidades. Nesses casos, os moradores sentiram que os próprios milicianos organizaram os crimes para pressionar as pessoas a pagarem a taxa, o que caracteriza um caso claro de extorsão.

O terceiro elemento da definição de milícia, a *motivação do lucro individual*, parece evidente, na medida em que, se os seus integrantes tivessem como motivação precípua a restauração da ordem, eles poderiam e deveriam fazê-lo enquanto funcionários públicos, já que muitos são policiais. Mas se assim o fizeram, se a polícia tomasse formalmente o controle destas comunidades, os policiais da milícia estariam se privando de uma fonte de renda que complementa seus magros salários. Isto, que parece óbvio, deve ser enfatizado para se contrapor ao que chamamos o mito libertador, o mito fundador das milícias como uma cruzada contra o crime protagonizada por suas vítimas, os moradores das comunidades submetidas pela tirania do tráfico.

Sem descartar que exista em alguns dos seus integrantes uma motivação adicional de lutar contra o crime ou instaurar uma ordem pública nas comunidades, como prova o fato da implantação de normas de caráter moral em alguns casos, a análise dos dados revela uma implacável lógica econômica.

A prática totalidade dos entrevistados descreveram a cobrança de taxas a comerciantes e moradores, maiormente obrigatórias,



como já foi explicado. O valor das taxas oscila de 5 a 20 reais por morador e é mais elevado para os comerciantes, em função da atividade comercial do local. Se os 'grupos de extermínio' tradicionais na Baixada Fluminense eram financiados e controlados supostamente por comerciantes locais, são as milícias as que oferecem ou impõem seus serviços ao comércio local.

Não satisfeitos com a venda do serviço de proteção, as milícias em muitas comunidades, embora não em todas, lucram com o controle direto de diversas atividades econômicas, como o transporte alternativo e a venda de gás, água, sinal de TV a cabo pirata ou até, num claro exemplo do seu perfil 'modernizante' em comparação com a dominação dos grupos tradicionais, internet.

*"Porque uma coisa que eles fizeram que eu não gostei foi isso. Nós comprávamos gás de cinco pessoas, vendiam gás na comunidade, certo, bujão de gás. Aí, o que eles fizeram – tinha uma loja lá que eles vendiam até no cartão né, aí eles proibiram essas cinco pessoas de vender. Aí eles colocaram o depósito lá deles, entendeu."* (Entrevistado n. 36, Ramos).

*"Porque eles têm seu reduto. Negócios deles... eles são donos de cooperativas de vans, de kombis, distribuem sinal de tv a cabo, internet. Então, eles têm dinheiro."* (Entrevistado n. 9, Bangu).

*"Na internet ela contou uma historia sobre um jovem de uns catorze, quinze anos e que colocou uma mensagem pra alguém, e que nessa mensagem ele assinava como algum Comando. E que eles pegaram a mensagem dele, levaram pra casa dele, deram uma surra dele, perguntaram pra ele se ele era de comando, ou seja, demonstrou que realmente eles estavam controlando entendeu. Então ela acha que há um controle nessas Lan House, porque ela acha que esse garoto fez isso de Lan House, porque ele não tem computador em casa."* (Entrevistado n. 24, Del Castilho).

A combinação de atividades econômicas controladas é diferente em cada comunidade, mas na maioria delas as milícias têm presença em vários setores e não se limitam à 'proteção'.

*"moro no Anil, eu não posso comprar um bujão de gás no Rio das Pedras e nem no Gardênia, eu tenho que comprar no Anil, entendeu.[..]"*

**Entrevistador:** "- É um tipo de proibição de compra né?"

*"Proibição de compra e de comércio né, até porque cada área funciona é um esquema diferente, tanto é que eles trabalham em prol da mesma coisa só que cada, cada bairro, sub-bairro que dizem Anil, Rio das Pedras e Gardênia, cada um tem a sua doutrina em relação ao comércio, entendeu."* (Entrevistado n. 4, Jardim Clarice, Anil).

A relação de poder entre a comunidade e a milícia também varia de caso a caso, tanto que há inclusive relatos de algumas comunidades que conseguiram enfrentar e derrubar o monopólio da milícia.

*"Intimidaram o pessoal do gás. Já chegaram dizendo que o pessoal não vai mais entregar gás. Ninguém ia mais vender gás ali, só eles.[...] Não vingou. Que mesmo com medo o pessoal boicotou. Já que os meninos não podiam subir, o pessoal passou a comprar só no caminhão. Já que os meninos da moto não podiam subir, a gente até como uma maneira de enfrentar passou a comprar só no caminhão. Aí, o depósito deles faliu. Não deu certo. Agora, as motos sobem de novo. Porque eles não ficam de dia muito, então as motos voltaram a subir de novo. São dessas lojas da pista mesmo. Eles sobem para vender. Não tem mais a ver com a milícia".* (Entrevistado n. 42, Sepetiba).

Em várias favelas nas quais a milícia tem um domínio mais consolidado, é freqüente ouvir testemunhos de que as transações imobiliárias estão controladas pelo grupo, que impõe uma taxa a todas as vendas ou alugueis realizados dentro da comunidade.

*"Na venda do imóvel você paga taxa. Tudo paga taxa."* (Entrevistado n. 1, liderança de organização de comunidades)

*"Não, a minha casa eu pago o meu aluguel, o meu senhorio já cobra um pouquinho a mais que é pra tirar o deles.[...] Se você vender um imóvel lá você tem que dar um dinheiro pra eles, se você comprar também."* (Entrevistado n. 31, Gardênia Azul, Jacarepaguá)

O financiamento do grupo através do controle de atividades comerciais e econômicas, sem exigir taxa alguma do morador, parece ter sido o caminho seguido pelo Rio das Pedras, uma

das milícias com maior tradição e um modelo para várias outras da região. Mas, provavelmente, esse modelo só é sustentável e de alta rentabilidade em comunidades de intensa atividade comercial ou de rápido crescimento territorial e demográfico, que é justamente o caso do Rio das Pedras.

*“o policial vê isso, o bandido arrumando isso tudo, porque ele fica...o que acontece, eu vou combater o tráfico, vou tirar o tráfico, vou ficar e vou cobrar a mesma coisa e vou arrumar dinheiro. Então foi por isso que foi crescendo, cresceu, porque Rio das Pedras eles arrumam um dinheirão. Então aquilo todos os policiais ficam sabendo, a maioria é por quê? Porque sabe que a milícia cresceu no Rio das Pedras. Dali que foi espalhando pelas outras comunidades. Porque lá eles arrumam sessenta, setenta mil por semana. Tu já pensou? Um dinheiro...” (Entrevistado n. 1, liderança de organização de comunidades)*

Além do pagamento de taxas digamos ‘regularizadas’ para as transações imobiliárias, a falta de controle formal permite também que em alguns casos sejam cometidas arbitrariedades ainda mais escandalosas na regulação do espaço urbano, como a apropriação direta de imóveis por parte dos milicianos.

*“í, ela falou: ah, minha filha, vou lhe falar uma coisa. Você não sabe o que eles fizeram comigo. Eu só tinha meu marido, meu marido morreu. Só está eu. Não tenho mais filhos aqui. Parece que tinha dois filhos, parece que um tinha sido morto, que também era traficante, e o outro estava preso. E a casa dela, era uma casa grande. Sabe o que eles fizeram? Fecharam a casa da idosa, está acontecendo isso também e não tem saído no jornal, não está em nenhum lugar, eles foram, se apropriam da casa. Isso me deixou... primeira vez que ouvi isso, alguém me contou, mas eu não estava lembrada; aconteceu assim, você fez coisa errada, você menina errada vai embora. Agora, está outro fenômeno. Se você mora sozinha e tem casarão, para que você precisa disso? Vou te deixar num cômodo e o resto é meu.” (Entrevistado n. 11, Ana Gonzaga, Campo Grande)*

A cobrança de taxas aos moradores pode ser interpretada como uma tentativa de manter os lucros quando a atividade comercial na comunidade é pequena, ou a própria comunidade é de tamanho reduzido.

O prego final no caixão do mito da milícia como uma cruzada de libertação do narcotráfico acontece quando comprovamos que, em alguns casos, a própria milícia controla o tráfico de drogas de forma mais ou menos indireta, como uma forma de aumentar sua renda. Se na maioria dos casos, os entrevistados afirmaram que a venda de drogas na comunidade está estritamente proibida, sob pena de morte, há no entanto alguns casos em que ela é tolerada ou até controlada pela milícia local. Neste sentido, os testemunhos das entrevistas coincidem com o revelado pelos registros do Disque-Denúncia.

*“Ah, sobre o tráfico de drogas tem, você não pode ser praticante lá, você não pode vender, você não pode fumar, você não pode cheirar, não pode fazer nada disso. E eu acho isso bom.” (Entrevistado n.16, Favela do Barbante, Campo Grande)*

*“Mas teve um assassinato de um rapaz que era motorista do tráfico e continuou lá. Ele achava que não ia acontecer nada com ele porque ele não andava com os caras, ele dirigia só. E os caras mataram o garoto, mataram o menino. Mas as mortes depois que aconteceram foi na guerra deles lá. Morreram pessoas do lado deles, pessoas do lado do tráfico. Mas não assim moradores, eles mataram moradores porque o pessoal desrespeitou porque o pessoal segue à risca, não adianta. Se tiver alguma coisa, se falar “Não, não pode isso.”, o pessoal segue aquilo. Quem não quer seguir sai. Mas quem fica segue e sabe que não é brincadeira, como com o traficante.” (Entrevistado n. 34, Kelson, Penha)*

**Entrevistador:** “E o que aconteceu com esses soldados que estavam na quadrilha do tráfico de drogas?”

*“Se alinharam ao ...[...] Houve só uma substituição de comandos”*

**Entrevistador:** “E a venda de drogas foi mantida?”

*“A venda de drogas foi mantida claro. Não pode acabar porque é um comércio, e como comércio é rentável, então é uma disputa de espaço né.” (Entrevistado n. 23, Morro do Agudo, Comendador Soares)*

*“Quando a gente foi morar lá não tinha nada. Mas aí PM entrou; a maioria deles são tudo ex-policiais. Muitos deles são ex-PM. Aí, eles entraram, falaram que iam botar segurança. A gente falou que não queria. Eles falaram que iam botar assim*

*mesmo. E entraram obrigando praticamente as pessoas a pagar, porque quando a pessoa não quer pagar, eles intimidam e, às vezes, a casa até é assaltada. Já assaltaram. Depois que eles entraram é que começaram os assaltos lá, antes deles não tinha. Mas quando eles estavam para entrar, para forçar barra, começou acontecer um assalto aqui, outro ali. Oh, está vendo, vocês precisam botar segurança, está vendo. E depois, pior. E tem também um pouco de tráfico. Mas eles são também envolvidos.” (Entrevistado n. 42, Sepetiba)*

Em suma, embora existam indícios de que há alguns milicianos que possuem um objetivo de lutar contra o crime ou instaurar uma certa ordem na comunidade, o que é mais provável quando os milicianos são também moradores do local, a lógica da intervenção da milícia é basicamente econômica. Eles impõem pagamento de taxas a comerciantes e às vezes ao conjunto dos moradores, e controlam diversos setores da economia local, principalmente serviços e venda de alguns produtos básicos. A natureza irregular ou clandestina de alguns desses serviços, como o sinal de TV pirata, permite um lucro maior pois diminui drasticamente os custos da operação.

A vontade de aumentar os lucros leva a que, em alguns casos, o tráfico de drogas seja também controlado pela milícia, mesmo que isto signifique um sério risco de perda de identidade e de equiparação, finalmente completa, com as facções do tráfico que se pretendia combater.

Observe-se que os três elementos analisados até agora — controle territorial, a coação e o lucro — não diferenciam à milícia do narcotráfico ou de outros grupo de crime organizado. O traço diferencial radica nos dois últimos elementos: o discurso de legitimação e a participação de agentes do estado.

O discurso de legitimação relativo à proteção dos habitantes é um dos pontos nevrálgicos do conceito de milícia, embora seja extensível também a outros termos que eram utilizados tradicionalmente para definir realidades idênticas ou muito semelhantes, como ‘grupo de extermínio’. Observe-se que falamos propositalmente em ‘discurso de legitimação’ e não apenas em legitimação, para frisar o contraste entre a retórica protetora da milícia e a sua racionalidade econômica na prática.

Retoricamente, a razão da presença da milícia e a justificação para a cobrança de uma taxa é a proteção da comunidade contra a ameaça do crime, da desordem e, em última instância do mal, tudo isso encarnado na figura do narcotraficante. Isto

marcaria uma diferença em relação ao tráfico, que não precisa de legitimação, isto é, se impõe simplesmente pela violência e se justifica pela sua própria existência coativa (ver, nesse sentido, Machado da Silva, 2004). A milícia, por sua vez, não pode se apresentar simplesmente como um grupo de crime organizado que lucra à custa da comunidade, ela precisa se constituir numa alternativa a algo pior: a tirania, o crime e o caos. Assim, a milícia se legitima pelo seu oposto, pelo seu inimigo encarnado no tráfico, objeto de uma estigmatização total até representar quase a figura do mal absoluto. No mínimo, a milícia pretende ser melhor do que a única alternativa aparentemente possível para as populações carentes — o tráfico —, um “mal menor”, em palavras do prefeito da cidade do Rio. Ausente o estado das suas funções de controle territorial e garantia dos direitos individuais, entregues as favelas ao poder do grupo armado com maior poder de fogo, a milícia aspira a assumir um controle menos tirânico e menos perverso do que o do tráfico. Muitos moradores, particularmente os que rejeitam as drogas por um imperativo moral, como por exemplo muitos evangélicos, de fato incorporam esta visão da milícia como um mal menor.

*“Rio das Pedras. É uma milícia bem forte, é como no Jardim Bangu, é uma milícia forte que ninguém domina aquela região ali. Hoje está na paz, está pacífico, por quê? Porque os caras tomaram conta, eles têm o ganho deles por fora, não ganham traficando, mas ganham dando segurança, porque a população aceita porque não fica mais... é... Melhor viver debaixo de uma milícia, o comando de uma milícia, né? É de forma ilegal, mas do que ficar debaixo de um traficante que não tem pudor nenhum, não tem pena de matar, como acontecia no Fumaçê. O chefe do tráfico matava morador, o cara estava morrendo com Aids, mataram ele, um tal de Tiaguinho, morrendo com Aids, então... ‘eu vou morrer, eu mato mesmo’. Então ele estava... morador se dava um problema lá e não deixava ele entrar no apartamento se refugiar, ele matava, hoje não ele... foi pro inferno, está morto.” (Entrevistado n. 6, Bangu)*

*“Agora, se você fizer loucuras na comunidade, você morre. Tipo sou muito bonzinho... a milícia se coloca como a protetora boa, porque ela não é má, porque não é desorganizada. Ela não é os meninos que estão cheirando, ficando loucos e pega menina bonitinha do vizinho. Eles não. Eles,*

*dizem eles, que eles tem ética profissional sim. Eles querem ganhar o dinheiro deles honestamente protegendo o cidadão.” (Entrevistado n. 11, Campo Grande)*

*“É ruim por um lado, porque assim o comércio acaba sendo obrigado a pagar uma taxa, o que é ruim. Mas assim, a gente não...não tem tráfico de drogas na Curicica, é um lugar super tranquilo, sem...a gente não ouve tiro lá, nada disso, entendeu? É um lugar que chegar a hora que for você vai com tranquilidade pra sua casa, então...entendeu? Eu acho que todas as pessoas têm...até eu mesma, apesar de eu não concordar, porque eu acho que o Estado teria que estar presente pra garantir a segurança da população, mas como infelizmente isso não é fato, então...dos males o pior (sic). Pelo menos a gente não sofre com o perigo de uma bala perdida, de um irmão...um dos... o meu irmão se envolver com tráfico de drogas, nada disso, entendeu? Porque eles garantem isso na comunidade.” (Entrevistado n. 30, Curicica, Jacarepaguá)*

*“Agora não preciso dar satisfação a ninguém, se você quiser quebrar seu muro você quebra, se você quiser botar seu muro alto você bota, se quiser botar vidro no muro você bota, antigamente você não podia nem pintar o muro, se não tivesse a concordância de cores. Você sempre tinha que falar com alguém para quebrar o muro, pintar, quebrar a calçada. Antigamente você não podia botar telha na laje.” (Entrevistado n. 16, Favela do Barbante, Campo Grande)*

Entretanto, na prática a realidade em cada comunidade é diferente e o nível de tirania é também muito variável. Em algumas comunidades, os entrevistados afirmaram que o cenário é tão ruim quanto antes da entrada da milícia, e houve alguns que preferiam o tráfico.

*“... o fato é que o gás não entra ali. Então, é...a população local ela está muito...muito sofrida com relação a isso. Sofria muitíssimo antes com o tráfico, continua sofrendo muitíssimo com a milícia, porque ali eles meio que governam com mãos de ferro, nessa comunidade é uma coisa muito intensa.” (Entrevistado n. 12, Campo Grande)*

*“É a mesma coisa, mesma coisa, só é pior porque o tráfico não cobra e eles são piores que eles cobram, eles tem o império deles lá.” (Entrevistado n. 31, Gardênia Azul, Jacarepaguá)*

*“...o tráfico não incomoda a minha vida, eu posso sair três horas da manhã, chegar três horas da manhã, sete horas, entendeu. Eles não ligavam, não ficam botando regra em comunidade, entendeu, eles não botam. Eles querem só vender a cocaína deles, a maconha, viver daquilo.” (Entrevistado n. 36, Ramos)*

A função que a milícia promete cumprir na comunidade é dupla. Por um lado, a expulsão do narcotráfico e da criminalidade organizada tradicional. Por outro, a instauração de uma ordem pública que garanta a paz social e proteja também contra a criminalidade comum: os roubos, os furtos e as agressões. Em outras palavras, uma ordem que garanta um mínimo grau de segurança para as pessoas.

Vale frisar que o narcotráfico tradicionalmente também preenche essa função de regular a vida social e garantir uma ordem interna, e recebe inclusive por isso um certo apoio e legitimidade por parte das comunidades, pelo menos naquelas em que a ordem é menos tirânica e arbitrária. A diferença é que o tráfico, pelo menos no que poderíamos considerar o *tipo ideal*<sup>2</sup> de narcotráfico nas favelas cariocas, não pretende se legitimar por isso nem aspira a que isso seja um traço central da sua definição. Os narcotraficantes, regularmente, assumem o seu papel desviado e inclusive o estigma que o seu trabalho acarreta. De alguma forma, eles assumem que o que eles fazem é “errado”. Já os milicianos, pelo contrário, têm aspirações a se constituírem num domínio do ‘bem’ sobre o mal.

*“[Um parente do entrevistado que é miliciano] pensa que está cumprindo um papel importante de segurança pública. Porque acha que, como as mortes e tiroteios diminuíram por enquanto, e como não tem tráfico de drogas, né? Acha que fez um avanço na área de segurança, essas pessoas acham que a população se sente mais segura, que de fato se sentem, essa sensação existe com a presença da milícia.” (Entrevistado n. 5, Bangu)*

2. Note-se que esta expressão é usada aqui no sentido weberiano, de um modelo analítico para explicar a realidade, e não no sentido do dever-ser.

Em mais um paralelo com o tráfico, algumas milícias, especialmente as que possuem uma maior implantação local e funcionam há mais tempo, também desenvolvem atividades assistenciais e benéficas para a população local como uma forma de reforçar a sua legitimidade na comunidade. Dentro da lógica empresarial, poderíamos conceber estas ações como parte do ‘marketing’ do produto a ser vendido, a segurança, ou como uma ação de ‘responsabilidade social’ dentro do empreendimento desses grupos armados.

*“Mas, eles fazem com certeza trabalho em dia das crianças, em Natal de distribuição de brinquedos, de comida para as crianças, comida assim, leite em pó, essas coisas assim para as crianças lá.” (Entrevistado n. 30, Curicica, Jacarepaguá)*

O último dos cinco pontos que definiriam a milícia é a *participação de agentes do estado*. Esta participação não só é ativa e sistemática, mas precisa ser divulgada localmente. Em outras palavras, os moradores devem saber que a milícia está composta, em boa parte, por agentes públicos. De fato, os testemunhos recolhidos comprovam que todos os residentes das comunidades sabem que os milicianos são em boa medida policiais, agentes penitenciários e bombeiros, ou seja, agentes do estado armados ou autorizados a carregar uma arma. Incidentalmente, não custa lembrar o fato esdrúxulo que representa que os bombeiros no estado do Rio de Janeiro, responsáveis pela defesa civil, sejam autorizados por lei a portarem armas na sua vida privada. Em suma, a maioria dos milicianos são membros ativos ou inativos do quadro de funcionários do estado, não raro afastados por desvio de conduta. A milícia incorpora também a civis, mas as posições de comando correspondem quase sempre a pessoas com uma conexão direta com as corporações de segurança pública.

*“Eu virei para o tal coronel e disse, olha se acontece um ato de violência aqui, se acontece alguma infração deles (seguranças,) eu vou procurar quem? Quem eu vou responsabilizar? Aí ele puxou a carteira e disse: ‘Eu sou coronel do 27º, a senhora me procura, está aqui o meu telefone’. Me deu o celular, me deu tudo.” (Grupo Focal)*

*“Eu sou [...] funcionário público, então quando eles chegaram na nossa comunidade: ‘Aqui tem [...] tem gente nossa.’ Aqui não tem gente de vocês não, aqui não, aqui não. Meu primo estava conversando com eles e disse: ‘aquele é meu primo [...]’ –‘Oi, meu querido.’ Disse: não sou querido de vocês não, nem vocês são meus queridos não, vocês sabem que vocês são ilegais. Aí, o cara olhou assim para mim.” (Grupo Focal)*

Observe-se que a participação de agentes públicos em redes irregulares não é exclusiva das milícias. Com efeito, dado o alto grau de corrupção das corporações de segurança pública no estado do Rio de Janeiro (ver, por exemplo, Lemgruber et al, 2003), é bastante comum que qualquer estrutura criminosa conte com a participação de algum agente público. Todos os trabalhos etnográficos sobre tráfico nas favelas, por exemplo, descrevem a presença freqüente de policiais corruptos.

O diferencial, no caso das milícias, é por um lado que o comando da estrutura está nas mãos dos agentes públicos e, por outro, a publicidade do seu papel. Enquanto o policial corrupto que recebe o dinheiro do tráfico tenta ser discreto para evitar ser reconhecido, o miliciano faz questão de dizer que é policial ou agente penitenciário. De fato, é preciso que os moradores saibam que as milícias estão integradas por agentes públicos.

Esta publicidade cumpre várias funções, todas elas importantes. Em primeiro lugar, é justamente o pertencimento ao estado que serve como alavanca, mesmo em situação irregular, para a tentativa de legitimação das milícias. Na medida em que seus membros são agentes do estado, são a representação da autoridade, ganharia sentido o seu discurso de se opor à criminalidade. Se o trabalho deles, quando estão de serviço, é lutar contra a criminalidade, pressupõe-se que estenderão esse empenho ao tempo em que estão de folga. Mesmo que eles possam ser perfeitamente definidos em muitos casos como integrantes de uma rede de crime organizado, eles ‘são o estado’ nas favelas e, portanto, os teóricos inimigos naturais da criminalidade.



*alternativo, é...o comércio, quem compra quem vende, às vezes o cara está lá direitinho registrado, paga O ICMS, fora isso é mais informal, mas aí está dentro da casa dele, ou uma barraquinha que ele montou no quintal na varanda dele pra rua. A polícia não tem motivo pra entrar lá. Vai prender quem? Quem é que está fazendo o quê lá? Quem é que está roubando? Ninguém. Não é...não tem esse tipo de dinâmica, tá? Até porque parte do pressuposto que tráfico você precisa combater, controlar, né? Desmanchar, dismantelar aquela organização ali e isso é bom. Eles já desmancharam, já dismantelaram aquilo que era para o Estado ter feito com o uso legítimo da força. Não fez. Aí ele vai lá com o uso ilegítimo da força, né?” (Entrevistado n. 12, Campo Grande)*

*“É agora atualmente tem ficado um na Praça da Gardênia. Mas nem é constante, porque uma vez ou outra assim...por ficarem, não sei nem por que, que já é tudo acertado com a milícia que tem um policiamento, né? O policiamento oficial. Uma vez ou outra esse carro [da PM] fica parado. Pra quem vai na direção do Anil, mas não é uma coisa constante.” (Entrevistado n. 31, Gardênia Azul, Jacarepaguá)*

*“Não, não faz porque não há movimento mais de tráfico nessas comunidades miliciadas, né? Porque a polícia quando vai fazer sua patrulha eles sabem que ali tem colegas deles trabalhando na clandestinidade, que a realidade é essa, e não fazem...fazem vista grossa.” (Entrevistado n. 6, Bangu)*

*“Por que não tem incursão policial em comunidade que tem miliciano? Por quê? Por quê? Ali tem milícia, ali não tem incursão policial. Por quê? É convivência, né? Não é convivência? Então, estão lá no alto. Por que a comunidade... por que quando a comunidade é invadida pela milícia, que a milícia entra, o batalhão não invade pra tirar a milícia, a polícia civil não invade pra tirar, entende.” (Entrevistado n. 1, liderança de organização de comunidades)*

É um consenso unânime tanto nos entrevistados quanto nas matérias do jornal que não existem praticamente incursões policiais em áreas de milícia. Na frase perfeita do nosso entrevistado, “não há o que combater”. Sabe-se que o que se combate é o tráfico, e quando não há tráfico, parece que a polícia não tem o que fazer nas comunidades. De fato, nos poucos casos em que foi relatada ou noticiada uma intervenção policial contra membros de milícias, o que acontece é uma operação policial

baseada na investigação, apreensão e prisão, não uma incursão. Isto é, quando a polícia age contra a milícia, algo de resto infreqüente, ela se comporta como qualquer força policial de países desenvolvidos, ao invés de desencadear as costumeiras operações militares pautadas na guerra contra o crime travada nas comunidades carentes. Em outras palavras, a polícia não disputa o território com as milícias ou, se o faz, o faz de uma maneira completamente diferente a como age contra o tráfico.

Este é um sintoma verdadeiramente revelador da forma como a segurança pública é abordada no Rio de Janeiro. Com efeito, provavelmente a razão dessa abordagem diferencial das áreas de milícia não reside apenas na omissão, na cumplicidade ou no corporativismo de quem vai confrontar colegas de farda. Uma outra explicação óbvia é a própria resistência especular dos milicianos a confrontar os policiais, seus companheiros, de forma violenta. Mas há um terceiro elemento que não deve ser subestimado, qual é justamente a visão de segurança pública como uma guerra. Acontece que a guerra deve ser travada contra um inimigo claramente definido, encarnado na figura do narcotraficante. Em palavras de um alto oficial da PMERJ numa reunião privada em 2007, ‘não adianta enviar os policiais para as áreas de milícia porque a milícia não vai confrontar, vai se retirar e esperar a gente sair’. Caberia então interpretar que, aparentemente, quando não há confronto a polícia não encontra um papel para fazer dentro desta política de segurança pública dramaticamente militarizada. Uma vez sumido, ou melhor dito, descaracterizado o inimigo, a guerra não parece ter mais objeto, para o alvoroço dos moradores cansados de tiroteios sem fim e balas perdidas.

É claro que esta situação não se aplica nas áreas em que o tráfico é forte e ameaça retomar os territórios perdidos, mas em muitos outros locais a chegada da milícia implica uma certa pacificação decorrente do fim das incursões policiais. É a profecia que se cumpre a si mesma de forma quase tautológica. Os policiais ocupam as favelas e garantem o fim das suas próprias incursões. Considerando que as incursões são provavelmente o momento que gera mais insegurança nos moradores dessas áreas, não há dúvida do potencial efeito benéfico.

*“E passaram-se os três dias [de guerra entre o tráfico e a milícia] e ficamos sabendo né: ‘ah as milícias entrou; as milícias vão tomar conta’. E aí, depois disso não teve mais tiroteio, não teve mais roubo, não teve mais briga, não teve mais guerra, não teve mais nada, agora vive tudo em paz.” (Entrevistado n. 16, Favela do Barbante, Campo Grande)*  
Se por um lado, o seu caráter de agente do estado apresenta

inúmeras vantagens práticas para os milicianos, como acabamos de ver, por outro lado ele traduz a ambigüidade do seu papel, a promiscuidade extrema entre o público e o privado. O miliciano é uma autoridade, mas atua à revelia dos regulamentos e, muitas vezes, da lei. Ele representa o estado na comunidade, mas ao mesmo tempo o trai, pois tira proveito da sua condição pública para extrair lucros privados. A figura do miliciano representa nesse sentido, como nenhuma outra, o tipo penal da concussão.

*“Só que tem milicianos que freqüentava no meio desses polícias(sic). Então a comunidade fica muito confusa. Você está me entendendo? Fica muito confusa. Se ele está cumprindo o papel dele de polícia(sic) ou de milícia.” (Entrevistado n. 1, liderança de organização de comunidades)*

Essa identidade esquizofrênica precisa da coação dos cidadãos para se manter, pois falta-lhe no fundo a legitimidade pública em que pretende se sustentar.

Em função disso, a informação de que existe tráfico de drogas em algumas áreas de milícias é tão relevante, pois tira a última máscara que separa a milícia do seu inimigo formal, o último álibi na sua pretensão de legitimidade. Qual será a diferença entre o tráfico e uma milícia que trafica?

### 5.2.2. A entrada das milícias nas comunidades.

A primeira coisa que precisa ser dita é que em muitas comunidades o fenômeno que veio à luz pública em 2006 é uma realidade antiga que vem se perpetuando por muitos anos. Obviamente, os episódios que tiveram maior repercussão foram justamente os da conquista da milícia de territórios dominados pelo narcotráfico, após uma fase que os moradores tipicamente chamam de ‘guerra’, a maneira do que acontece quando uma facção criminosa toma controle de uma favela antes dominada pela facção rival. Esses episódios foram relativamente freqüentes em 2006 e tiveram como resultado a expansão das milícias, particularmente na Zona Norte, para além dos seus domínios tradicionais na Zona Oeste. É neste período, como já foi descrito, que surge a palavra ‘milícia’ de forma generalizada para descrever essa realidade.

*“Eu estava no Ana Gonzaga e Ana Gonzaga fica aqui, Vilar Carioca fica distante e o Barbante. Quando houve a invasão, vou falar para você foi uma guerra. Nós nos escondemos, nesse dia, nós até ligamos para o CIEDS, era coisa de louco. Nós nunca escutamos tanto tiro e invadiram.” (Entrevistado n. 11, Ana Gonzaga, Campo Grande)*

*“A entrada deles foi uma coisa cinematográfica, porque ela disse que a creche dela fica no alto porque havia umas passarelas, a uns vinte/trinta metros e eles saltavam das passarelas de helicóptero saltando em determinados lugares e entravam e, do nada, de repente eles tomavam conta da comunidade.*

*A segunda batida que ela falou que eles fizeram, porque essa foi a primeira para eles poderem entrar, o primeiro dia, a informação que elas tinham é que era a milícia. A segunda entrada que eles fizeram foi ... assim todas as pessoas que tinham algum envolvimento com tráfico, eram pessoas por exemplo que ninguém podia imaginar. Ela contou a história de um eletricista, ele presta serviço a varias pessoas lá, inclusive a creche que ela trabalha, e ela falou que nesse dia eles pegaram e amarraram todo mundo, todas essas pessoas que tinham envolvimento né, amarram no meio da rua, uma cena assim tenebrosa. Eles estavam acorrentados, sentados no meio da rua, para expor mesmo as pessoas, esperando a Patamo chegar para poder levar.” (Entrevistado n. 24, Del Castilho)*

Nessas invasões de tipo militar, não é infreqüente que a polícia acompanhe de forma aberta os milicianos para expulsar o tráfico. Em outras ocasiões, o relato indica que a polícia realiza primeiro a operação de limpeza e depois é a milícia que fica. Na verdade, os dois relatos são versões levemente diferentes da mesma história: a cooperação e integração entre polícia e milícia nas conquistas do território do tráfico.

*“Mas eles lá com todo o apoio deles, com caveirão, Blazer, com carro da polícia...”*

**Entrevistador:** "Entrou com o caveirão, né?"

*"Entrou com o caveirão. Logo no outro dia já tava lá as viaturas, tudo..."*

**Entrevistador:** "Entraram fardados?"

*"Fardados normalmente. Não tem... Eles fizeram isso e não tem aquele negócio de esconder, não. E logo no outro dia já começou mesmo aquele aparato de 24 horas, né, os carros de polícia parados lá no canto, lá na casa do traficante, né. [...] Polícia militar, 16º Batalhão. Normal, entendeu? Mas, aí aqui fora como não se sabe dessas coisas eles falam 'Não, é o 16º Batalhão que ta tomando conta, expulsou o tráfico'. Mas todo mundo sabia que era a milícia. Até porque não tem nada lá, não tem DPO, não tem posto 24 horas, então por que a polícia ia estar lá se nunca fez isso? Então... Mas*



*a gente da comunidade tinha esse conhecimento." (Entrevistado n. 34, Kelson, Penha)*

Em alguns casos, a entrada das milícias não foi tão súbita, mas o produto de um trabalho progressivo de 'limpeza' de inimigos dentro do território.

*"Então na mesma época que a milícia estava entrando, é diria assim, eu vou dizer pelas beiradas, era a mesma época que a polícia entrava dentro do Barbante todo dia pra fazer apreensão, a PM. Então, foi um movimento muito ligado, por mais que assim a milícia não ia se manifestar no momento da PM estar ali dentro. Mas a PM ia ali, vamos dizer, vamos garimpar, vamos conseguir o máximo que a gente pode pra você, o caminho vai ficar aberto, depois a gente vem aqui de novo, faz vocês entrar, mas vocês tem que sair." (Entrevistado n. 21, Santa Margarida, Campo Grande)*

*"teve assim mortes antes quando eles, durante a entrada. Porque eles vieram gradualmente, iam pegando as pessoas que eram envolvidas para depois entrar na comunidade."*

**Entrevistador:** "Morrendo pessoas?"

*"Isso, morrendo pessoas; pessoas aparecendo mortas. [...] Não teve aquele tiroteio; não teve nada. Que eu saiba não" (Entrevistado n. 10, Campinho)*

Há também algum relato de entrada de milicianos encapuzados, o que mostra que já havia pessoas que tinham uma relação com a comunidade e que não queriam ser reconhecidas como participantes da milícia.

*"Há quantos meses eles estão lá, há oito meses estão lá. Ai eles se juntaram de madrugada e entraram duas horas da manha, três, eles já estavam lá dentro, dentro da comunidade. Encapuzados..." (Entrevistado n. 36, Ramos)*

Em vários casos, o tráfico que foi expulso dessas comunidades montou um ataque posterior para tentar recuperar o controle, com resultados diversos, mas com toda a carga de insegurança e dramatismo que isto traz para as comunidades 'em guerra'.

*"Hoje lá quem impera é da força mesmo. A força que eles têm lá tem que ser assim; tem pouco tempo. O tráfico tentou retomar; foram 7 mortos de uma vez só. Depois apareceram mais 5 corpos espalhados." (Entrevistado n. 9, Bangu)*

*"Aí ficou... Ficou Natal e Ano Novo todo mundo na expectativa. Porque os caras foram lá na Cidade Alta em dezembro e perderam, então todo mundo já tava na expectativa, todo mundo ficou naquela tensão. As pessoas procuravam passar fora. 'Ah, vou passar fora porque os caras vão vir, vão fazer, vão acontecer...'. E realmente em fevereiro aconteceu. Todo mundo naquela coisa e em fevereiro aconteceu. Eles entraram lá numa manhã, aproveitaram a troca de plantão – porque tinha olheiros deles também. A coisa tava tão desorganizada que tinha olheiro do tráfico lá dentro. Olheiro lá dentro, andando nas kombis. [...] Entraram os carros. Já sabiam o cara que fez o muro, que construiu o muro, já sabiam quem era, sabiam quem tava na milícia – Fulano, Beltrano, não sei o que, e foram atrás. [...]"*

*Quando eles chegaram com os carros na praça os caras já tinham saído e o outro plantão ainda não tinha chegado. Foi aí que eles aproveitaram e mataram um cabo da polícia militar e tava na milícia. O cara tava na padaria e quando saiu da padaria... Avisaram a ele 'Lh, tem algo estranho ali, gente encapuzada na praça.'. E aí ele saiu, quando foi entrar no carro deu de cara com os traficantes. Ele tava sozinho, então foi o primeiro. [...] Então, foram na casa de um que era o pedreiro que tinha feito o muro da milícia. Então os caras sabiam que era ele que tinha feito o muro porque tinham os olheiros. Então tiraram ele, que tava no meio da família, botaram na rua e, pum, mataram." (Entrevistado n. 34, Kelson, Penha)*

Nos lugares em que acontecem essas guerras contínuas entre milícias e tráfico, a experiência dos moradores é de uma continuação das guerras tradicionais entre facções criminosas. Alguns moradores dessas comunidades, inclusive, avaliam negativamente as milícias não pelo seu comportamento, mas pela sua incapacidade de se impor e trazer paz à comunidade.

*"O que eles nos disseram que iam acabar com negócio de bandido na área e tudo. Isso é que eles falaram. Se era para acabar com drogas, eu não sei. Acabar com toda violência, mas eles trouxeram violência. Eu acho que eles trouxeram violência, eu acho." (Entrevistado n. 7, Bangu)*

Uma situação muito diferente dos territórios que foram conquistados ao tráfico nos últimos anos é a das comunidades que foram dominadas pela milícia de forma muito mais discreta e sem conflito direto. Em muitas destas comunidades, tipicamente na Zona Oeste, não existia tráfico nem criminalidade organizada

antes da chegada da milícia. Nesses casos, os milicianos convocam uma reunião com os moradores e oferecem sua ‘proteção’ ou simplesmente comunicam que a partir daquele momento eles irão controlar o local.

*“Então, chega o dia, com muita sutileza. Olha, nós vamos na sua comunidade. Como nós estamos na comunidade vizinha, aí é preciso também dar um apoio aqui. Aí, entra como apoio. Porque, se eles de lá fugirem para cá, vão bagunçar a sua comunidade também. É claro que vocês não precisam dar nada para gente, mas se vocês quiserem colaborar com 10 reais, a gente aceita. Mas o gás, que a menina que vendia e a água compra com parceria com eles. Não compra mais no caminhão. (Entrevistado n. 11, Ana Gonzaga, Campo Grande)*

*“na minha rua eles começaram, eles tentaram entrar de uma forma legal conversando com os moradores do bairro e ninguém concordou, porque a minha rua sempre foi muito tranquila. Tem a rua dezoito, que é uma favela, que eles chamam, e lá no final e lá é muito perigoso. Mas o pessoal da minha rua, do pedaço ali mais na frente, ninguém tinha concordado. E aí nós tivemos a surpresa de algumas casas terem sido assaltadas ali nesse meio tempo. Então, e aí eles entraram de qualquer forma, a gente querendo ou não.” (Entrevistado n. 27, Engenho- Itaguaí)*

*“Graças a deus, não havia grupo nenhum. Era uma comunidade tranquila; não tinha assalto, era um sossego. Mas aí eles resolveram entrar. Intimidaram o pessoal do gás. Já chegaram dizendo que o pessoal não vai mais entregar gás. Ninguém ia mais vender gás ali, só eles.” (Entrevistado n. 42, Sepetiba)*

*“Não sei dizer muito bem, pra falar a verdade. Só sei que um dia acordei e tinha um pessoal novo aí circulando. Dias depois eles convocaram uma reunião na associação de moradores e foi todo mundo lá. Quer dizer, eu não fui, que eu tinha mais o que fazer, mas soube, ouvi falar que o cara que é o líder, o Betinho, se apresentou pra todo mundo e falou que a partir de agora eles que iam tomar conta daqui. Ele falou ‘A gente vai fazer a segurança de vocês, mas vocês têm que contribuir, porque a gente não vai fazer a segurança de vocês de graça, né?’” (Entrevistado n. 32, IV Centenário, Jacarepaguá)*

*“Eles chegaram anunciando através de um panfleto que a partir daquele dia teria segurança para o pessoal do prédio.” (Entrevistado n. 8, Bangu)*

Como pode ser observado nas falas anteriores, a ideia de que as milícias são, basicamente, uma estratégia para afastar o tráfico, não condiz com o que aconteceu em muitas comunidades, nas quais não havia um problema sério de insegurança previamente à entrada destes grupos. Isso sublinha, mais uma vez, a intencionalidade fundamentalmente econômica da iniciativa. Em algumas ocasiões, trata-se de um grupo muito pequeno de pessoas que decidiu começar a vender ‘proteção’ para a comunidade.

*“Ali tem, ali surgiu de uma maneira muito específica aquela micro, eu chamo de microcomunidade, que é de fato um quarteirãozinho, tinha um policial ali que construiu... que era dono de um comérciozinho, uma vendinha lá e tal, muito pequeno. Ele era policial, ele acabou exercendo um poder um pouco maior diante daquela... muito conhecido e tal, nascido e criado também ali na área. Só que há um... há uns...acho que ano passado, no início do ano passado, ele foi preso,né? Aliás, uma leva foi presa,né? E ele foi um desses, ele era policial militar...porque envolvimento com cacá-níquel e tal,né? Aí a policia federal prendeu. Mesmo assim, ele continuou exercendo e tal, mas nada muito intenso. A partir daí esse estilo de poder ficou muito enfraquecido ali, e agora um grupinho, micro, de milicianos resolveu se apropriar lá do espaço.” (Entrevistado n. 12, Campo Grande)*

*“Camelo. No...que foi morar lá no bairro, só que um ex-bandido assim. Acho que a gente pode falar um bandido reformado, acho que é o nome certo, assim um bandido reformado, que ele entrou lá e assim começou esse negócio de segurança. Tanto que no início teve um episódio lá, que o meu vizinho ele é viciado,(inaudível) ele é viciado, e que vira e mexe ameaçava a irmã de matar, eles brigavam muito,né? Só que a irmã dele foi falar com Camelo. Camelo foi lá deu na cara dele, falou que não queria isso dentro do bairro, mas abafou, porque não deu, não deu repercussão, sabe? O pessoal em si não quis pagar”*

**Entrevistador:** “Mas era ele articulado com outras pessoas? Como é que foi isso?”

*"Inicialmente era ele sozinho." (Entrevistado n. 21, Santa Margarida, Campo Grande)*

Por outro lado, enquanto os embates com o tráfico são, em geral, mais recentes, sobretudo a partir de 2006, este tipo de dominação existe em algumas áreas há bastantes anos.

*"Desde que eu me entendo por gente o esquema era esse em Campo Grande, com a ressalva de que antes eles apareciam menos. De uns tempos pra cá foi que começou essa história de eles ficarem rondando, circulando com Nextel, vestidos de preto e óculos escuros. Quando eu era criança não tinha isso, mas eu sabia que havia uma 'espécie de segurança diferenciada'." (Entrevistado n. 15, Campo Grande)*

*"Assim, eu moro lá desde que eu nasci, e assim desde que eu me conheço por gente tem esse chefão, que é o Zezinho Orelha, que manda em tudo lá, que comanda, não deixa entrar tráfico, não deixa bandido roubar, se alguém roubar ele corre atrás. E ele tem todo um, como é que se diz? Um grupo, né? De policiais, que são policiais, mas trabalham pra ele, entendeu?" (Entrevistado n. 30, Curicica, Jacarepaguá)*

*"Estão trabalhando lá há mais de vinte anos. Só de uns cinco anos pra cá que passaram a usar a blusa de Apoio" (Entrevistado n. 41, Sepetiba)*

*"Há vinte e cinco anos, então desde de que eu era criança quem roubava na casa dos outros acabava morrendo, porque tinha alguém que matava essas pessoas, então sempre teve, então eu não posso dizer que se não tivesse seria pior." (Entrevistado n. 26, Guaratiba)*

*"De dois anos pra apareceu na mídia, não por acaso, não foi por acaso que apareceu na mídia. Apareceu na mídia porque a milícia chega na cidade, se instala na Zona Oeste. Isso tem mais de dez anos, existem comunidades é que tem... não só Rio das Pedras. Rio das Pedras talvez seja...o pessoal fala mais Rio das Pedras, mas não é só Rio das Pedras,né? Você tem também ali o morro da Chacrinha, mais de doze anos que tem milícia." (Entrevistado n. 12, Campo Grande)*

Em suma, o fenômeno estudado experimenta um grande crescimento a partir de 2006, momento em se generaliza o termo

'milícias', com o incremento das comunidades controladas e a conquista de territórios anteriormente dominados pelas facções criminosas dedicadas ao narcotráfico. Entretanto, esta realidade representa uma continuidade em relação à dominação exercida tradicionalmente em diversas comunidades da Zona Oeste.

A pergunta realizada aos entrevistados sobre a data de entrada das milícias acabou fornecendo, de forma indireta, evidências muito interessantes sobre o próprio conceito de milícia no entendimento dos cidadãos. Alguns dos entrevistados não reconheciam o que acontecia nas suas comunidades como milícia, devido justamente a se tratar de um termo novo e a realidade nos seus lugares de residência ser algo tradicional. Entre os elementos relevantes para que as pessoas reconheçam o grupo como uma milícia, poderíamos destacar quatro como centrais:

- a) a imposição de pagamento de taxas aos moradores ou a proibição de compra de bens fora da comunidade, que não eram comuns nos velhos grupos de polícia mineira ou nos grupos de extermínio;
- b) a presença de milicianos de fora da comunidade que 'invadiram' o território, em comparação com grupos, como o de Rio das Pedras, que são reconhecidos como locais;
- c) a participação relativamente aberta e ativa de policiais nessa dinâmica;
- d) a própria novidade do grupo dominante, de forma que, em igualdade de condições, os moradores são menos inclinados a denominar milícias aos grupos tradicionais.

De qualquer forma, estes elementos não pressupõem a existência de um consenso entre os cidadãos sobre o conceito. Assim, o termo, que nunca foi definido formalmente, continua conservando uma alta dose de ambigüidade.

*"Não considero o que acontece aqui como milícia, pois eles já estão aqui há muito tempo, já são daqui. Não existe esse negócio de milícia. Milícia é o que acontece como agora estão falando no Globo, no jornal: vem um cara de fora e invade. Não é o que acontece aqui. Os meninos já estão aqui há muito tempo." (Entrevistado n. 41, Sepetiba)*

*"Assim muito não é, nós pagamos pra assim segurar um pouco a rua, no caso né, não são milícia né, mas os PM's colocaram dois rapazes pra tomar conta da rua (Entrevistado n. 28, Itaguaí)*



*“Eu acho que chegaram a ficar nem três meses. porque o negócio ficou feio, deu um tiroteio e que eles foram embora. (Entrevistado n. 7 Bangu)*

*“Não, as pessoas pagavam para mim e eu pagava. Como eu estou de frente aqui no prédio como responsável, eles passavam para mim para eu poder passar para eles. Era só isso. Eu paguei um mês. No segundo mês, eles não passaram aqui para pegar, não vieram.” (Entrevistado n. 8 Bangu)*

#### 4.2.3.O modo como as milícias operam.

Em geral, as milícias operam mantendo uma vigilância da comunidade através de guardas armados que se revezam em turnos, para evitar crimes, impor normas e, sobretudo, impedir a chegada de outros grupos armados. Vale lembrar que trata-se, primariamente, de exercer um controle territorial. A vigilância tende a ser maior durante a noite.

O número de milicianos é estimado pelos entrevistados entre 5, ou até menos em alguns casos, até 30 ou mais em outros, dependendo do tamanho da comunidade e do tipo de implantação. Obviamente, o tamanho da força flutua em função do rendimento econômico que é possível extrair da região. Como já foi mencionado, há relatos de que o número de vigilantes pode diminuir quando cai o número de moradores que paga a taxa.

Para conseguir um controle social e territorial, esperar-se-ia que o patrulhamento fosse feito de forma ostensiva, tal que afastasse as ameaças potenciais e transmitisse uma sensação de ordem aos moradores. Afinal, se estamos falando de uma polícia paralela, a ostensividade é um dos princípios básicos do policiamento preventivo. Por outro lado, quando há temor de um ataque por parte de grupos inimigos, a identificação dos vigilantes pode representar um perigo para eles.

Na prática, muitas milícias identificam os seus membros com coletes nos quais está escrita a palavra ‘Apoio’ ou, muito mais raramente, a palavra ‘Segurança’. Em ocasiões, eles patrulham o terreno de carro, a pé ou em bicicleta. Mas é comum também se concentrarem em lugares fixos, como as entradas da comunidade. Este parece ser o cenário mais comum.

Entretanto, há algumas comunidades em que, da mesma forma que acontece com as facções criminosas que se dedicam ao narcotráfico, os integrantes da milícia não estão identificados. Isto parece exercer um controle social mais difuso e inspira um certo temor nos moradores que não os reconhecem.

*“Na realidade a gente não sabe quem são os milicianos. A não ser as próprias pessoas que moram dentro das comunidades já dominadas pela milícia, né? E eles têm conhecimento de quem são os caras, mas eles... ninguém sabe, aqui da região central de Bangu a gente não sabe quem está dominando, quem são os milicianos que estão dominando ali no Jardim Bangu por exemplo.” (Entrevistado n. 6, Bangu)*

*“Não, não, a gente não vê eles, eles vêem a gente. Você não sabe quem eles são. Eles são homens que você não sabe quem é, não desconfia quem sejam.” (Entrevistado n. 16, Favela do Barbante, Campo Grande)*

*“E aconteceu um fato isolado com meu marido, que já tem uns dois três anos, mais ou menos. Que um segurança ... nós estávamos, tínhamos saído, pegamos ... e isso eram onze horas da noite, meu marido falou assim: eu vou ali fora, comprar um vinho, uma garrafa de vinho e um hambúrguer para nós dois. Eu não bebo não, mas ele gosta de um vinho de vez em quando. Aí foi, daqui a pouco, estava eu e minha... aqui dentro, escutamos uns tiros, mas tiro aqui na rua. Eu disse: - Meu Deus isso é tiro; Aí ela: O que é isso!*

*Peguei a cachorra, coloquei no colo, fiquei ali perto da porta e pensei: meu Deus, ih - PÁ, PÁ, PÁ. E aquelas vozes, e eu pensei, meu Deus o que esta havendo, meu pai eterno e tal, muitas vozes... Aí eu ouvi a vizinha batendo no meu portão e dizendo, ô... vem ver seu marido aqui... Caraca, quando ela falou ‘vem ver seu marido aqui’, eu pensei: ele ta morto, foi com ele. Eu estava com a cachorra no colo. Mas sabe o que é o medo de abrir o portão e ver ele ensanguentado, aquele pessoal todo e ele... o vinho espatifou pra longe, ele com a roupa rasgada, o relógio se perdeu...”*

**Entrevistador:** - "Machucaram ele?"

*"Em termos, porque, o que é que aconteceu. Foi um assalto, ele entrou nesse bar aí e ouviu uma conversa: ih rapaz roubaram ali, roubaram ali, não sei aonde, dois caras, não sei o que. Ele pegou os produtos e desceu. Quando ele desceu, um carro freou em cima dele, e ele teve aquela reação brusca. Ficou assim, achando que eram os dois ladrões, mas eram dois seguranças. E os seguranças por causa da reação dele, achou que era ... falou assim: para aí!. Ele em vez de parar e se identificar, ele correu e entrou aqui nessa rua. Em vez dos seguranças se identificarem: segurança! Não, mandou tiro, e ele disse*

*que ainda bateu aqui, mas eu não escutei, batendo pedindo para eu abrir. Quando ele chegou aqui [...]... aí quando chegou um pouco depois da nossa porta, ele caiu, tropeçou, foi quando caiu tudo. Ai o cara pegou ele aqui por trás e levantou, e ficou com revólver assim .... A sorte que Deus me deu esse vizinho aqui da frente: Ele é morador, ele é morador! Aí foi aquela confusão toda, aí veio outros policiais que tem aqui na rua, armados também, e encostaram ele: como é que faz um negócio desse com morador, que paga segurança. 'Eu mandei parar, ele não parou.' Aquela confusão toda" (Entrevistado n. 18, Jardim Paraíso, Campo Grande)*

De uma forma geral, os milicianos se mostram cuidadosos na hora de mostrar suas armas. Em algumas comunidades, os moradores afirmaram que as armas estão à mostra, mas em muitas outras elas não estão à vista, embora não exista dúvida de que os integrantes do grupo estão armados.

*"Eu nunca vi, sinceramente eu nunca vi. E via os meninos que passavam que eram seguranças, eu nunca vi eles armados. Às vezes, passavam aqui dois, três juntos, passavam por aqui pela rua, mas eu nunca vi eles armados não." (Entrevistado n. 8, Bangu)*

*"Não a ostentação me parece dar-se com carro importado, essa coisa toda. Armado, não. Não tem essa ostentação de andar com a arma não, que não precisa. Eles andam armados normalmente, são policiais." (Entrevistado n. 12, Campo Grande)*

*"Esses daqui que eram uniformizados, caracterizando uma certa segurança, chamado 'apoio', acho que escrito atrás 'apoio'. Mas a milícia é...dos locais dominados eles não se identificam não. Os moradores sabem quem é, os moradores conhecem, porque vê o cara na padaria, vê o cara no bar, vê o cara circulando armado, não armado ostensivamente, de uma forma ostensiva com fuzil, mas armados." (Entrevistado n. 6, Bangu)*

Se para os meninos do tráfico a arma parece um símbolo de status e de identificação, os milicianos parecem ser muito mais discretos neste sentido, embora existam exceções.

Na maioria dos casos, há controle na entrada das comunidades, mas não há restrições à entrada e saída de pessoas. No entanto, em alguns casos em que há temor de um ataque do

tráfico, há relatos de construção de muros, exatamente como o tráfico costumava fazer. De forma excepcional, há também algum caso de toque de recolher.

*"Olha, a notícia que eu tive agora ultimamente, a minha filha me visitou. Isso aconteceu há quinze dias atrás, e no domingo agora minha filha me visitou, e ela me disse que teria que estar em casa dez horas, porque depois de dez e meia ninguém pode ficar na rua mais. Porque estava sob suspeita de invasão, ela disse que eles querem que os moradores estejam em casa até para a segurança dos próprios moradores, segundo eles." (Entrevistado n. 2, Anchieta)*

*"Poxa, a Roquette Pinto, a Praia de Ramos, o Barbante na Ilha, tudo tem portões. Muros, muros com portões." (Entrevistado n. 1, liderança de organização de comunidades)*

A atitude dos moradores em relação à milícia, como já foi descrito, varia muito desde o apoio aberto até a rejeição, passando por uma aceitação resignada como mal menor ou como uma realidade inevitável. Tudo depende das condições locais e da diferença entre as condições impostas pela milícia e as que prevaleciam antes da sua chegada. É interessante que em algumas comunidades a reclamação contra a milícia não é relativa à coação ou a abusos, mas à falta de uma segurança e um patrulhamento efetivos. Isto é, as pessoas reclamam que não estão recebendo o serviço pelo qual estão pagando, o que revela uma relação mais próxima daquela que se estabelece entre fornecedor e cliente.

*"Porque tem muita gente que era da milícia que se dá com a gente aqui, nós não queríamos que eles morressem, porque a maioria das milícias querem dinheiro, foi denunciado que eles catavam o dinheiro, mas não faziam a segurança na Gardênia, então tem um pessoal lá em Curicica que tão querendo quebrar eles" (Entrevistado n. 3, Canal do Anil)*

A princípio, a milícia mantém um registro dos moradores que pagam e aqueles que não, para oferecer proteção preferencial aos primeiros e pressionar os segundos. É comum que os pagadores recebam um recibo em troca do seu dinheiro, para poder comprovar que estão em dia. Em algumas comunidades da Zona Oeste, há relatos de que os moradores que pagam tiveram

um símbolo pintado nos muros da sua casa ou nos seus carros, para confirmar sua condição de 'protegidos' e adimplentes.

*“Não, por exemplo eles mudam, e a gente passa a conhecer, por causa do uniforme, aí vem outros, e eu não sei também quais são os critérios deles. E como que eles vão saber quem são a gente? Não tem foto nossa. Antes, no início, a gente tinha que ter o sinal, que é um trevo..” (Entrevistado n. 18, Jardim Paraíso, Campo Grande)*

Desde uma perspectiva sistêmica, uma das características aparentes das milícias é um grau de organização superior ao que se percebe, por exemplo, entre os narcotraficantes. A elaboração de cadastros de moradores, a convocação de reuniões, o fornecimento de recibos de pagamento, o cuidado com as armas e a sua utilização mais em função do seu valor instrumental do que simbólico, são detalhes que revelam um tipo de dominação mais, entre aspas, racional, moderna e empresarial. O estereótipo do soldado do tráfico, demasiadamente jovem, com frequência sob o efeito de substâncias entorpecentes, predisposto ao excesso e à arbitrariedade que lhe permitam desfrutar intensamente da curta vida que tem pela frente é substituído pelo modelo de miliciano, um indivíduo de mais idade e responsabilidade, funcionário público afinal de contas, que age de maneira mais racional e que, a despeito do risco, não conta com uma morte próxima.

*“Antes eram os meninos que não pensavam, que não tinham uma mente pensante. Depois, entrou a mineira que misturou, que já eram muito inteligente, que misturou, vamos dizer, meio a meio, metade de pessoas que não entendia que estávamos fazendo, que cooptaram esses ex-policiais que foram expulsos para ensinar técnicas de guerrilha, todas as técnicas, enfim, na mineira ela traz. Aí, veio a milícia, que é uma coisa muito mais inteligente, muito mais organizada, muito mais intelectualizada, grupo que na verdade; bandido é diferente, eles pegam vão na sua comunidade, eles exterminam todos os bandidos menores e ficam com você o cabeça, o lado mais inteligente da coisa.*

*Aí, eles te cooptam para o lado deles. Eles pegam para eles: olha, nós não vamos te matar, você é o cara. Eu, todo mundo aqui gosta, mas enfim, a gente quer uma ordem. E você vai ter que acatar. [...]*

*[...] Já que o estado não protege, eles foram na minha casa para*

*que eu fizesse parte. Para que eu fizesse parte, eu digo assim contribuindo com donativo. Aí, eu questioneei o cara. Inteligente à beça, hein? É o que eu estou te falando, muito inteligente.*

*Porque você não tem preocupação do que quando você está falando com um menino drogado. Que você percebe que aquela criatura, ela é tão vítima daquela situação que ela se encontra. Ela não articula; ela não tem assim visão crítica. Ela só sabe daquela situação de miséria que ela vive e o porque das ações dela. Não justifico, mas ao mesmo tempo justifico sim. Porque ali onde ele vive com fome, enfim, vendo coisas e que ele também não teve esclarecimento de nada. Ele vive ali, aquilo para ele é a vida dele, é o mundo dele. O outro não. O outro diz tudo, sei que você é uma pessoa inteligente, então, você sabe, o Estado não existe.” (Entrevistado n. 11, Ana Gonzaga, Campo Grande)*

É claro que esta diferença não é absoluta, corresponde mais aos tipos ideais de ambos os grupos. Na prática, a realidade é mais misturada, porque há de fato denúncias sobre excessos, abusos e arbitrariedades cometidos por milicianos que seriam incompatíveis com essa dominação mais moderna.

*“Só teve um domingo que fizeram uma festa, ficaram aí doidão. Teve um acidente lá, uma arma disparou acidentalmente.”*

**Entrevistador:** *“Mas parou isso? A senhora sabe se eles baixaram alguma ordem lá?”*

*“Com certeza, né menino? Porque mudou. A arma disparou, atingiu um menino lá perna; socorreram rápido e tal. Aí, veio o mais graduado, mais inteligente, explicando que esse não era objetivo. E isso não era mesmo.” (Entrevistado n. 46, Vila Kennedy)*

*“Foi em Jacarepaguá, numa comunidade em Jacarepaguá, ta? Estupro de milicianos, miliciano pegando a mão...a mão à força a...pegando à força as garotas, entende? Não foi uma não, foi em várias, entende? Em várias que os milicianos pegaram...Agora, tem comunidade que a milícia tem outro comportamento, isso depende muito de que espécie é a milícia. Porque tem milicianos que são moradores da comunidade e tem miliciano que não é, são (sic) um grupo que toma a comunidade, entende? E ali a comunidade sofre com eles, até eles botarem no regime deles, sofre a pampa. Agora, quando tem milicianos que mora na comunidade, que é morador da comunidade que está ali à frente, eles até*

*se comportam bem, não tem tanta reclamação, tá?” (Entrevistado n. 1, liderança de organização de comunidades)*

Um dos elementos que reforça a noção de que a diferença entre milicianos e traficantes é difusa é o fato de que, em várias comunidades, a milícia incorporou a indivíduos que trabalhavam anteriormente para o tráfico.

*“Ah então a comunidade era dominada pelo ADA, que depois passou para o Terceiro Comando Puro, e essas pessoas se uniram aos milicianos.” (Entrevistado n. 28, Itaguaí)*

*“ali Ramos, Cidade Alta (...) foi muita violência, muita violência, de matar os moleques na frente dos pais, expulsar a família das comunidades e, com um outro detalhe, como o tráfico não começou a dar tanto dinheiro assim, começou uma série de questões, ele começou a [botar] molecada para trabalhar para eles. O tráfico começou a trabalhar para a milícia, trabalhar.” (Grupo Focal)*

É inevitável que este novo tipo de dominação pelas milícias estabeleça algum tipo de vinculação, por um lado, com as estruturas de articulação política existentes na comunidade e, por outro, com o velho clientelismo político imperante em muitas dessas áreas. Assim, embora o nível de interferência nas estruturas locais seja diferente de local para local, da mesma forma que a atuação das milícias não é homogênea, as associações de moradores de muitas dessas comunidades passam a ser controladas pela milícia, seja através da pressão e negociação, seja através de colocar na presidência uma pessoa da sua escolha. Depois disso, basta fazer uma eleição com candidato único para obter uma legitimação formal. Este mecanismo espelha exatamente o desenvolvido tradicionalmente pelo tráfico, talvez com um nível de brutalidade menor.

*“Tem, tem Associação [de moradores] que por sinal o responsável é o chefe da milícia.”*

**Entrevistador:** “Que é o? Esqueci...”

*“Cristiano Girão.” (Entrevistado n. 31, Gardênia Azul, Jacarepaguá)*

*“A maioria das comunidades, que hoje é (sic) 108 comunidades que está com a milícia, geralmente o presidente é deposto, o presidente tem que fazer o que eles querem, se*

*não fizer eles tiram, é deposto. Aí botam outra pessoa deles pra ser presidente.” (Entrevistado n. 1, liderança de organização de comunidades)*

Por outro lado, há áreas em que a milícia não parece interferir na organização comunitária e se comporta apenas como uma iniciativa empresarial, em certa maneira coativa como já explicamos, mas que respeita os órgãos comunitários. De outra forma, não teria sido possível que, como foi descrito, algumas comunidades conseguissem rejeitar a tentativa de dominação das milícias.

*“Bem lá no meu bairro não, mas a Associação de Moradores do meu bairro não tem ligação com eles não. Apesar de que o presidente faleceu, tem pouco tempo, tem poucos meses, agora eu não sei quem vai ficar, quem vai reassumir. Eu não sei, mas o presidente não tinha ligação com eles não.” (Entrevistado n. 33, Paciência)*

Poderíamos falar na existência de uma polaridade entre a noção da comunidade como clientela, por um lado, e como vassalhos, por outro. No primeiro extremo, os moradores reteriam um nível muito maior de independência, mesmo em face de um certo grau de coação. De fato, na ausência completa de coação estaríamos falando em ‘segurança privada’ e o conceito de cliente cobraria pleno sentido. No outro extremo, o da vassalagem, a vida dos indivíduos passa a estar subjugada em todos os sentidos às decisões do grupo dominante.

O controle da organização comunitária costuma acontecer em locais em que a milícia possui uma implantação de longa data. O maior grau de integração entre ambas se dá quando a Associação de Moradores é usada para coletar a taxa paga à milícia. Assim, a taxa não é entregue diretamente aos milicianos, mas à Associação, o que oferece uma imagem de maior legitimidade, pois de fato é comum que Associações de Moradores cobrem taxas dos associados. Nesse cenário, o dinheiro pago serve também para financiar atividades de assistência aos moradores e de melhoramento da comunidade. Dessa forma, proteção e assistencialismo, controlados pelo mesmo grupo de pessoas, se convertem nas duas faces da mesma moeda.

*“O presidente da associação de moradores também tem conchavo com Babu. Então, agora voltou a ter eventos da associação de moradores. Eles fazem um trabalho lá de*



*quentinha a 1 real, lanche a 1 real. Isso tem mais ou menos cinco anos que está acontecendo.” Entrevistado n. 22, Santa Margarida, Campo Grande)*

*“Tem uma reunião mensal na Associação de Moradores, e hoje o presidente da associação é alguém muito próximo deles, no sentido de que faz tudo o que eles mandam. Então ele recebe o dinheiro. [...] Eu guardo o recibo, porque quero que eles saibam que eu tenho.” (Entrevistado n. 24, Del Castilho)*

De acordo com a tradição local anterior às milícias, várias das comunidades ocupadas por milicianos funcionam sob o esquema do clientelismo político, de acordo com o qual há uma pressão muito grande para que se vote em determinados candidatos, em troca de benefícios que seriam concedidos aos moradores.

*“na verdade, desde que eu comecei a participar muito nessa questão do processo político e tal, lá na região da Zona Oeste existe um estilo de representatividade muito forte, que lá é um curral eleitoral. Lá é um...bem ao estilo do voto de cabresto em alguns momentos, e aí eu comecei a notar que alguns nomes eram nomes muito fortes na região, né? Que são esses nomes que saem no jornal, por conta do batman, aquela coisa do justiceiro. Que na verdade isso é uma inversão de valores, os caras que eram os grupos de extermínio, polícia mineira e tal, eles começaram a ver que havia uma outra forma de implantar a ordem e exercer o poder, que é a questão pela via legal, via legislativa. Então a corrida desses para ser vereador, ser deputado...aí eles foram muito conhecidos.” (Entrevistado n. 12, Campo Grande)*

O clientelismo político não é um fenômeno restrito às áreas de milícias. Por exemplo, os grupos de extermínio da Baixada Fluminense também possuem fortes vínculos com figuras políticas das quais recebem proteção e as quais prestam lealdade, principalmente em época de eleições. Na realidade, o clientelismo político é uma realidade que vai muito além da dominação por grupos armados, pois representa a cultura política tradicional em muitas regiões. Mas não há dúvida de que o controle armado sobre a população facilita este tipo de dominação política.

No caso da Zona Oeste do Rio, os entrevistados foram unânimes em assinalar que vários líderes de milícias locais resolveram se candidatar a cargos públicos, como vereadores e deputados,

fenômeno que conta com o precedente da trajetória de vários ‘matadores’ na Baixada Fluminense. O grau de sucesso destas candidaturas foi variado, mas houve várias pessoas consideradas chefes das milícias locais que chegaram a ser eleitos. O desempenho de cargos públicos por parte dos líderes da milícia fecha o círculo da dominação, na medida em que à dominação informal junta-se agora na medida em que à dominação informal junta-se agora a dominação formal, inclusive com a legitimidade outorgada pelo voto popular. Para os líderes milicianos, isto possui vantagens óbvias: o estabelecimento de contatos políticos ao mais alto nível e a obtenção de imunidade parlamentar contra possíveis processos criminais. Para a comunidade, a eleição dessas figuras pode ajudar a canalizar recursos públicos para essas áreas, o que, por sua vez, deverá fortalecer a popularidade e legitimidade desses líderes.

Os nomes de líderes de milícia com trajetória política que são mencionados nas entrevistas são os mesmos que aparecem na imprensa. As transcrições revelam que o nome de Natalino é mencionado um total de 26 vezes pelos entrevistados, Jorge Babu 24 vezes, Jerominho 15 vezes, o Coronel Jairo 13 vezes, o seu filho Jairinho um total de 5 vezes e Nadinho, de Rio das Pedras, 4 vezes. São todos líderes locais da Zona Oeste, com passagem pelas instituições públicas.

Não parece, portanto, muito difícil investigar quem controla estes grupos. Trata-se de ver se o sistema de justiça criminal possui a determinação política de investigar e a capacidade de produzir provas que possam resultar numa condenação.

Em geral, como já se abordou anteriormente, o poder público tem sido omissivo ou conivente em relação às milícias. As investigações policiais contra as milícias são muito raras e nem sempre efetivas. De fato, nos poucos casos em que as pessoas têm coragem de fazer uma denúncia formal contra as milícias, não é raro que exista vazamento de informações que coloca os próprios denunciadores em risco. Neste sentido, o destino trágico do líder da favela Kelson, já descrito na seção de matérias jornalísticas, mostra com dramatismo o perigo que corre quem denuncia.

*“Não... e eles sabem que eu fiz queixa contra eles, mas aí eles já viram por também que eu moro num lugar que eu não sou uma pessoa qualquer. [Se] perceber que aquela pessoa que é jogada, aí eles procuram intimidar as pessoas, né? Até porque dentro a minha família existe político e tudo, e quando teve essa... eu fui à Corregedoria tudo direitinho. Fui muito*

*bem atendida, o que vazou foi dentro do batalhão ...Quando até essa pessoa, uma das quais me abordava muito, chegou, consegui levantar o meu nome em relação...essas duas pessoas já até morreram...é que eu tinha feito essa queixa. [...]"*

Entrevistador: "Mas como é que você acha que eles tiveram essa informação?"

*"Na Corregedoria. na Corregedoria, porque chegou e perguntou: 'Poxa, Dona [...], a senhora que falou, deu queixa da gente?'" (Entrevistado n. 31, Gardênia Azul, Jacarepaguá)*

*"Denunciar a milícia, mas os milícia eram do 16°. [O Jorge] foi na Corregedoria, foi nos direitos humanos, enfim, fez aquilo que a gente sabe que tem que fazer. Mas não adianta, porque a gente sabe que dentro dos poderes há a podridão. Então ele achou que... Então deram um sumiço nele quando ele botou a notícia dos caras, mas mesmo assim... Tentaram acobertar. Prenderam os caras. Eles ficaram uma semana e depois soltaram e eles foram lá e fizeram o que fizeram: comeram com o cara, cortaram o cara, enfim, essa coisa toda." (Entrevistado n. 34, Kelson, Penha)*

Contudo, apesar dessas ameaças e dificuldades, como foi relatado na seção sobre matérias jornalísticas, houve durante os primeiros meses de 2008 diversos casos de investigações judiciais sobre milícias que culminaram no processamento e prisão de alguns dos líderes políticos mencionados acima, acusados de formação de quadrilha.

## 6. CONCLUSÕES

Tentar definir o conceito de milícia no Rio de Janeiro é se embrenhar num exercício de ambigüidade. Não existe uma noção consensual nem na imprensa nem na sociedade sobre o que seja uma milícia. Podemos considerar 'milícia' uma etiqueta que vem sendo aplicada nos últimos dois ou três anos a um conjunto de cenários diferentes. Uma parte desses cenários corresponde a modos de dominação existentes há muitos anos, enquanto que a outra parte apresenta alguns traços inovadores, tanto do ponto de vista qualitativo quanto, sobretudo, do quantitativo.

Em suma, sob o nome de milícias encontramos grupos que dominam áreas da Zona Oeste do município do Rio há muito tempo e outros que se expandiram com rapidez conquistando territórios na Zona Norte e na Zona Oeste nos últimos anos. Registros do Disque-Denúncia confirmam que o fenômeno tem sido identificado

também, embora com intensidade muito menor, na Baixada Fluminense, na região de Niterói e até na Região dos Lagos.

Embora não tenha sido possível identificar a filiação exata da palavra, a sua ampla divulgação e consolidação coincidem com o forte crescimento das áreas controladas por estes grupos durante o ano de 2006. A sua origem etimológica e o seu uso discursivo neste período nos remetem a uma possível tentativa de re-legitimação de fenômenos que eram tradicionalmente qualificados com termos de conotações muito mais negativas, como 'polícia mineira' ou 'grupo de extermínio'.

Apesar de não existirem provas conclusivas, há duas hipóteses para explicar esta rápida expansão que contam com indícios contundentes. A primeira é que pode ter existido um projeto político por trás desta expansão, vinculado ao controle de áreas da Zona Oeste onde os Jogos Panamericanos seriam celebrados, e ao fortalecimento de certos políticos e candidatos, vários deles membros das corporações de segurança pública, para os quais as áreas de milícia parecem ter funcionado como currais eleitorais. A segunda hipótese é que o crescimento das milícias seria o resultado do enfraquecimento econômico das redes de varejo do narcotráfico, com uma capacidade decrescente de gerar recursos para remunerar suas tropas e os funcionários corruptos que lhes permitem operar. Neste sentido, uma pesquisa recente do Observatório de Favelas (Observatório de Favelas, 2006) revela que os salários pagos aos meninos do tráfico estão caindo nos últimos anos até patamares mínimos, próprios de condições de sobrevivência e distantes da imagem de luxo e consumo supostamente atribuída aos narcotraficantes. Por outro lado, a facilidade com que algumas milícias conquistaram a região e o conhecimento que elas possuíam sobre onde encontrar os traficantes locais levantam a suspeita de que, em alguns casos, policiais corruptos podem ter decidido que era mais rentável assumir diretamente o domínio da favela, e extrair lucro de outras formas, do que continuar a receber propinas do tráfico.

A despeito da imprecisão do termo na linguagem popular, optamos por definir 'milícia', para fins analíticos, como um fenômeno caracterizado por cinco elementos simultâneos: a) controle de territórios reduzidos e da população residente neles por parte de grupos armados irregulares; b) caráter coativo desse controle; c) lucro individual como motivação central; d) discurso de legitimação referido à 'proteção' da população contra a criminalidade, representada pelo narcotráfico, e à instauração de uma ordem; e) participação aberta de agentes de segurança pública.

Nenhuma dessas características é exclusiva das milícias e muitas delas são compartilhadas com a dominação exercida por outros grupos irregulares. O narcotráfico, por exemplo, coincide plenamente nos três primeiros elementos e se diferencia das milícias basicamente por três motivos: a) não pretende se legitimar pela instauração de uma ordem protetora, muito embora ele também exerça uma função normativa nas comunidades; b) diferentemente das milícias, ele interioriza o seu papel como socialmente desviado e como questionável no terreno moral; e c) a participação de agentes públicos no tráfico é secundária e relativamente sigilosa, enquanto que a identidade das milícias está construída em torno do pertencimento dos seus membros às corporações de segurança pública.

Já o fenômeno chamado de ‘polícia mineira’ compartilha os cinco eixos anteriormente mencionados com as milícias. Com efeito, várias das comunidades onde hoje se fala em milícia eram antes reconhecidas como lugares dominados pela ‘polícia mineira’, sendo que os protagonistas e o contexto são exatamente os mesmos.

Por sua vez, os ‘grupos de extermínio’ também representam uma realidade extraordinariamente próxima à das milícias e à polícia mineira, embora o papel dos policiais nos grupos de extermínio talvez não seja tão notório quanto nos outros dois casos. Assim, tanto as milícias quanto a ‘polícia mineira’ são concebidas como ‘polícias paralelas’, iniciativas de agentes públicos para instaurar privadamente uma ordem que o estado é incapaz de impor.

Aos olhos da população, os traços mais associados com as milícias e, nessa mesma medida, as características que aumentam a probabilidade de que um grupo seja classificado como milícia, são duas: a) a cobrança de taxas de proteção a comerciantes e especialmente a moradores, que não era comum em anos anteriores; b) a invasão do território por parte de homens armados que não são moradores do local.

Observe-se que o caráter coativo da ‘proteção’ é imprescindível para podermos falar em milícias ou em domínio de qualquer outro grupo irregular. Caso contrário, se a vigilância armada fosse procurada e controlada pelos habitantes, estaríamos perante um caso de segurança privada, comum nas áreas de classe média e alta. Na prática, não existe uma diferenciação drástica entre grupos coativos e não coativos nas comunidades carentes, pois os níveis de intimidação são muito variados. Em alguns casos, o pagamento das taxas é teoricamente voluntário, mas crimes começam a acontecer misteriosamente no mesmo período em que o serviço de proteção é ofertado. Em outros,

as pessoas não são formalmente obrigadas a contribuir, mas temem represálias e prejuízos se não o fizerem.

Neste longo continuum definido pelo grau de coação, podemos visualizar num extremo o morador como cliente, que controla o serviço que adquire, e no outro extremo o morador como vassalo, submetido completamente à vontade do seu suposto protetor. Um fato interessante é que diversas comunidades conseguiram resistir a imposição das milícias, até o ponto em que elas foram embora ou tiveram de renunciar a certos monopólios, o que comprova que o equilíbrio de poder entre a comunidade e esses grupos armados é variável.

Com efeito, os níveis de interferência na vida cotidiana diferem muito de umas milícias para outras. Algumas delas exercem um controle tão ou mais invasivo e tirânico do que o aplicado pelo narcotráfico, especialmente no controle sobre as atividades econômicas ou na imposição de normas de cunho moral. Outras, entretanto, se limitam a manter a ordem pública nas ruas, exercendo um policiamento preventivo em troca de uma contribuição obrigatória. De qualquer forma, o controle social é exercido sempre através da violência, como testemunham as mais de 500 denúncias de homicídio, supostamente cometido por milicianos, recolhidas pelo Disque-Denúncia. As penas aplicadas, na melhor tradição do narcotráfico, são: agressão, expulsão e execução sumária.

As milícias estão compostas por policiais, agentes penitenciários, bombeiros ou outros agentes armados do estado, quase sempre em posições de comando, e por alguns civis e moradores das comunidades que colaboram com eles, em ocasiões recrutados entre os narcotraficantes derrotados. O seu nível de ostensividade é variado, sendo que muitos desses grupos identificam seus integrantes com coletes com a palavra ‘Apoio’, enquanto outros vestem-se à paisana e se confundem com a população.

De um modo geral, uma característica que parece distinguir as milícias de outros grupos irregulares é o seu maior grau de organização e a sua maior voracidade econômica. Assim, destaca sua tendência a monopolizar qualquer setor comercial que possa render lucro, notadamente a venda de gás e água, o controle do transporte alternativo e a venda de sinal de TV pirata ou internet. Esta tendência a maximizar o lucro leva também a que algumas milícias controlem o tráfico de drogas na comunidade, como revelam os registros do Disque-Denúncia e diversos testemunhos. Se bem a proibição de vender e até de consumir publicamente drogas constitui a norma mais evidente na maioria das áreas dominadas por milícias, a regulação do tráfico

de forma discreta em outras sublinha a sua motivação econômica por cima da ideologia, e destrói o mito fundador da milícia como uma liberação da tirania do tráfico ou, ainda, como um mal menor em relação à alternativa representada por ele.

Por sua vez, as milícias parecem mais estruturadas em geral do que outros grupos, com uma vocação mais empresarial. O uso de cadastros, recibos, reuniões formais, etc. mostra um grau de organização bastante superior à improvisação do tráfico, por exemplo. O estereótipo do menino do tráfico, excessivamente jovem e com frequência sob o efeito de entorpecentes, é substituído pelo de uma pessoa de mais idade e responsabilidade, um 'profissional' da segurança. Obviamente, essas diferenças são genéricas e há também relatos de abusos e arbitrariedades cometidos por milicianos em proveito pessoal.

Apesar desse maior grau de organização quando comparadas a outros grupos, algumas milícias são iniciativa de um número muito pequeno de pessoas, que decide aproveitar a vulnerabilidade da comunidade e o vácuo de poder para controlar o território com fins de lucro. Há relatos, inclusive, de lugares onde um único indivíduo tentou implantar o sistema. A fragmentação dessas iniciativas implica que muitas delas sobrevivem por pouco tempo. Outras milícias, no entanto, contam com um número muito maior de membros e com uma sólida implantação, às vezes com todos os traços do velho clientelismo político; entre eles, uma associação de moradores subordinada ao poder armado e a influência de determinadas figuras políticas que usam a região como curral eleitoral.

Contrariamente à imagem de expansão irrefreável que se depreende da imprensa, a história das milícias em muitos locais experimenta avanços e retrocessos muito vinculados à dinâmica local.

A reação dos moradores é diferenciada de local para local, e inclusive dentro da mesma comunidade. Alguns apóiam a presença da milícia, muitos a aceitam como irreversível, da mesma forma que aceitavam o tráfico, e outros a criticam e prefeririam se ver livres dela. A violência como mecanismo de controle é interiorizada pela maioria, pois essa é a única realidade que conhecem. Já a obrigatoriedade de pagar taxas e a imposição de monopólios comerciais são elementos que costumam gerar resistência.

A avaliação do morador depende, basicamente, da comparação das condições impostas com as que prevaleciam anteriormente. As prioridades para os residentes em áreas historicamente submetidas ao arbítrio e à violência são duas: uma, o fim dos tiroteios; e a segunda, a instauração de uma ordem mínima

que permita que a vida cotidiana se desenvolva de forma previsível e regrada. Quem puder fornecer isso aos moradores receberá previsivelmente um certo nível de legitimidade local.

Nesse sentido, estes grupos irregulares contam com uma grande vantagem, qual é o fim das invasões policiais. De fato, o estado tem sido em geral leniente e omissivo em relação às milícias e, nos casos em que interveio, o fez através de investigações, apreensões e prisões, ao invés de continuar as operações militarizadas que caracterizam a guerra contra o tráfico. Na realidade, até o momento o estado não disputa o controle territorial com as milícias, apenas prende ocasionalmente alguns dos seus membros quando acusados de crimes. Conseqüentemente, o domínio das milícias significa o fim das invasões policiais e da insegurança que elas trazem. Uma vez que o poder paralelo é assumido pelos membros do estado, a guerra oficial contra o crime parece ter perdido seu inimigo e a política de segurança pública tradicional o seu foco.

Por outro lado, não é infreqüente que as milícias recorram, à semelhança do tráfico, a financiar atividades assistenciais e recreativas como forma de fortalecer sua legitimação local.

Uma das conclusões mais importantes do estudo é que as milícias carecem de padronização, pois não possuem modelo comum, estrutura centralizada nem organização integrada. Elas conformam, como o narcotráfico, redes difusas e fragmentadas produto de iniciativas locais. Essa falta de coordenação significa que não é possível descartar, no futuro, a disputa do controle territorial entre diversas milícias, e já existem alguns relatos de mortes de milicianos perpetradas pelos seus companheiros.

Apesar de terem sido apresentadas como um ator inovador no cenário da segurança pública do Rio de Janeiro, as milícias representam muito mais a continuidade do que a ruptura, por dois motivos principais. O primeiro é que em muitos lugares a realidade se mantém inalterada há bastante tempo e apenas o nome usado para defini-la mudou. O segundo é que, mesmo quando há alterações, os eixos centrais da dominação são constantes.

Os moradores dessas áreas carentes, controladas pelo narcotráfico ou pela milícia, continuam numa situação que poderíamos definir como neo-feudalismo, submetidos ao arbítrio do senhor local, dono de vidas e fazendas, que possui a liberdade para ordenar o micro-território de forma autônoma a partir do seu poder armado. A diferença do que acontecia na Idade Média é que os moradores são agora, formalmente, cidadãos de um estado de direito, cujo código normativo lhes promete direitos que o próprio estado é, lastimavelmente, incapaz de garantir.

Nos becos das favelas, o estado de direito não é mais do que uma ficção, que só pode se tornar real para quem mora do outro lado da cidade partida. Nestes territórios sem estado nem mercado, qualquer tentativa de transformar a ficção em realidade, recorrendo aos mecanismos oficiais que têm como missão defender o cidadão, pode ser paga com a vida.

O recente episódio da reação do poder público, investigando e prendendo milicianos que torturaram jornalistas de 'O Dia' em maio de 2008, é revelador. Se nos é permitida uma breve incursão no território do sarcasmo, poder-se-ia cunhar a expressão "Você sabe quem você está torturando?" como a tradução, na área da segurança pública, do velho ditado brasileiro "Você sabe com quem está falando?", que regula as relações sociais em função da posição de cada um na estrutura social. A barbárie contra os jornalistas, vítimas de classe média e alta visibilidade, parece ter desencadeado uma reação por parte do estado que mais de 500 denúncias de homicídio não lograram.

Em suma, as milícias perpetuam a submissão das populações carentes à lei do mais forte, com o agravante de que a dominação ilegítima é exercida pelos próprios funcionários encarregados de fazer cumprir a lei, que se apropriam dos recursos materiais e simbólicos do estado para extrair lucros baseados na coação daqueles que deveriam proteger. Uma vez que os agentes públicos assumem o poder paralelo, a possibilidade de resistência dos cidadãos é ainda mais restrita, pois a credibilidade do estado para investigar e punir os desvios dos seus próprios agentes é notoriamente reduzida, e as possibilidades de represálias contra os denunciadores se multiplicam. O receio que as pessoas têm para falar sobre milícias, inclusive quando as apóiam, é um sintoma inequívoco do clima de intimidação.

A milícia simboliza a falência completa de um estado que é incapaz de controlar a conduta dos seus próprios agentes, dedicados à criminalidade organizada. Não cabe esperar, portanto, provimento de segurança pública por parte de um estado em tal condição.

Por outro lado, o miliciano e sua identidade esquizofrênica, agindo privadamente em função da sua condição pública, representa a face mais perversa do processo de privatização da segurança pública. Nessa metamorfose, a segurança do cidadão passa de ser direito a mercadoria, que se compra e se vende, mas que também se impõe ou se retira em função de uma lógica econômica muito distante das leis do mercado. A segurança de cada um depende da renda que ele ou ela puder gerar e também, fundamentalmente, do território que habita.

Enquanto algumas milícias continuam se beneficiando do tráfico, a capacidade de outras milícias para eliminar o narcotráfico nas áreas conquistadas reforça a velha suspeita de que o poder público fracassa em impor a lei porque o sucesso seria pouco lucrativo para muitos dos seus membros.

Fazendo uso da velha tradição sociológica que concebe a sociedade como um organismo vivo, pode se concluir que a doença deve ser muito grave quando o próprio sistema imunológico que deve defendê-lo se dedica a ameaçar as outras células. Nesse quadro de imunodeficiência adquirida, o estado e a sociedade do Rio de Janeiro precisam se perguntar até quando vão permitir que, em pleno século XXI, boa parte dos seus habitantes continue vivendo na Idade Média.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMNESTY INTERNATIONAL (2008) *Picking Up The Pieces. Women's Experience Of Urban Violence In Brazil*. Londres: Amnesty International.
- ALVITO, Marcos. (2001) *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV
- BURGOS, Marcelo. (2002). (Org.) *A Utopia da Comunidade. Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Loyola.
- BARBOSA, Antônio Rafael (1998). *Um abraço para todos os amigos. Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói, EDUFF.
- LEMGRUBER, J. ; MUSUMECI, L. & CANO, I. (2003) *Quem Vigia os Vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- MACHADO DA SILVA., L.A. (2004) "Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano" em RIBEIRO, L. C. (org.) *Metrópoles: entre a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro: Perseu Abramo/FASE.
- OBSERVATÓRIO DE FAVELAS (2006) *Pesquisa: "Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006"*. SUMÁRIO EXECUTIVO. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas. Mimeo.
- ZALUAR, Alba (1994). *O Condomínio do Diabo*, Rio de Janeiro, Ed. Revan-Ed. UFRJ.

**APÊNDICE I: Lista das matérias publicadas nos Jornais 'O Globo' e 'O Dia' que continham as palavras 'milícia' ou 'polícia mineira'**

Janeiro 2005-Setembro 2007

Nº	Título da Matéria	Jornal	Data de Publicação	Autor
1	Ação paralela	O Globo	20-Mar-2005	Vera_Araujo
2	Policiais civis integram as milícias nas favelas	O Globo	21-Mar-2005	Vera_Araujo
3	Corregedorias investigarão milícias de policiais em favelas da Zona Oeste	O Globo	22-Mar-2005	Vera_Araujo
4	Bando atira em três homens na Pavuna	O Dia	23-Mar-2005	
5	Bandidos tentam dominar favela sem tráfico	O Globo	28-Mar-2005	Vera_Araujo
6	Presos dois PMs acusados de matar vigilante	O Globo	30-Mar-2005	
7	Contra a impunidade	O Globo	06-Apr-2005	Vera_Araújo,Jorge_Antonio_Barros
8	Sargento da PM é perseguido e ferido a tiros em Jacarepaguá	O Globo	06-Apr-2005	
9	O faroeste carioca	O Globo	26-Apr-2005	Elenilce_Bottari, Dimmi_Amora
10	É Possível	O Dia	04-May-2005	Marcos Espínola
11	Favela S. A.	O Globo	31-Oct-2005	Júlio_Lopes
12	Dois PMs são presos acusados de torturar moradores de Jacarepaguá	O Globo	08-Dec-2005	
13	Jagunços no Rio	O Dia	09-Dec-2005	
14	Policiais vendem 'proteção' em 72 comunidades	O Globo	29-Jan-2006	Sérgio_Ramalho
15	O triângulo do mal	O Globo	29-Jan-2006	Sérgio_Ramalho
16	Milícias articulam criação de braço político	O Globo	30-Jan-2006	Sérgio_Ramalho
17	Delegacia Judiciária da PM investigará milícias	O Globo	31-Jan-2006	Sérgio_Ramalho
18	Deputados pedem a MP para investigar milícias	O Globo	01-Feb-2006	Sérgio_Ramalho
19	Vans: ata confirma que PM sabia de extorsão	O Globo	25-Aug-2006	Isabela_Bastos,Gian_Amato
20	Milícias de policiais chegam à Zona Norte	O Globo	22-Sep-2006	Selma_Schmidt,Aline_Gomes
21	Prefeitura em alerta por milícias	O Dia	22-Sep-2006	
22	Falência	O Globo	23-Sep-2006	
23	Bope teme que milícias rivais disputem favelas	O Globo	07-Oct-2006	

Nº	Título da Matéria	Jornal	Data de Publicação	Autor
24	Bando se vinga de milícia queimando carros	O Globo	21-Nov-2006	Ana_Cláudia_Costa
25	Milícias avançam sobre favelas da Maré Ganância e sede de vingança movem guerra Dezenas de refugiados em outra favela EXPULSOS DE CASA PELA MILÍCIA	O Dia	26-Nov-2006	
26	Traficantes preparam contra-ataques	O Dia	27-Nov-2006	
27	Editorial	O Dia	27-Nov-2006	
28	Tráfico ateia fogo a ônibus GRUPOS JÁ DOMINAM MAIS DE 80 COMUNIDADES	O Dia	28-Nov-2006	
29	Tráfico depreda dois ônibus na Zona Norte Dois suspeitos de atentado em Ramos	O Dia	29-Nov-2006	
30	Retaliação do tráfico	O Dia	04-Dec-2006	
31	Novo domínio na Maré	O Globo	06-Dec-2006	Marcelo_Gomes
32	Futuro secretário diz que investigará milícias	O Globo	07-Dec-2006	Luiz_Ernesto_Magalhães
33	À MARGEM DA LEI: Prefeito fala em 'mal menor' e chama organizações clandestinas de Autodefesas Comunitárias	O Globo	10-Dec-2006	Elenilce_Bottari
34	À MARGEM DA LEI	O Globo	10-Dec-2006	Sérgio_Ramalho,Elenilce_Bottari
35	Milícia S.A: novos donos das favelas	O Globo	10-Dec-2006	Fábio_Gusmão,Marco_Antônio_Martins
36	Proteção imposta	O Globo	11-Dec-2006	Elenilce_Bottari,Juliana_Sartore,Sérgio_Ramalho
37	Milícia fatura R\$1 milhão por mês	O Globo	11-Dec-2006	Fábio_Gusmão
38	Milícia s.a	O Globo	11-Dec-2006	Marco_Antônio_Martins,Fábio_Gusmão
39	Milícia só atua em favela onde recebe dinheiro	O Globo	12-Dec-2006	Sérgio_Ramalho,Elenilce_Bottari
40	Cabral diz que vai combater paramilitares	O Globo	12-Dec-2006	Fábio_Vasconcellos,Luiz_Ernesto_Magalhães
41	Líderes entre a cruz e a espada	O Globo	12-Dec-2006	Marcelo_Dias
42	Outro Estado	O Globo	13-Dec-2006	
43	Milícias querem dominar política comunitária	O Globo	13-Dec-2006	Sérgio_Ramalho
44	Milícia também fora de favelas MARCAS NAS CASAS	O Dia	13-Dec-2006	
45	Milícia também fora de favelas MARCAS NAS CASAS	O Dia	13-Dec-2006	
46	RICARDO BOECHAT	O Dia	14-Dec-2006	Ricardo Boechat

## Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro

Nº	Título da Matéria	Jornal	Data de Publicação	Autor
47	ARTIGO JOÃO TRAJANO SENTO-SÉ AS MILÍCIAS E SEU PODER	O Dia	14-Dec-2006	João Trajano Sento-Sé
48	Polícia vai investigar milícia em Realengo 'Empresa' diz que reduziu crime a zero	O Dia	14-Dec-2006	
49	Milícias estendem atividades à grilagem de terra	O Globo	15-Dec-2006	Sérgio_Ramalho
50	Tráfico ataca banco a tiros de fuzil	O Dia	18-Dec-2006	Mahomed Saigg
51	Tráfico ataca banco a tiros de fuzil	O Dia	18-Dec-2006	
52	Pesquisa mostra tolerância com a atuação das milícias	O Globo	19-Dec-2006	Patrícia_Sá_Rego
53	Dois PMs baleados	O Dia	20-Dec-2006	
54	A BANDA PODRE: Para ex-coordenadora de Segurança e Justiça do Rio, não basta tirar maças podres do cesto.	O Globo	24-Dec-2006	Paula_Autran
55	Opinião	O Globo	28-Dec-2006	
56	Traficantes voltam a impor madrugada de horror no Rio Ordem para terror partiu de Marcinho VP de dentro de Bangu 1 11 CARROS QUEIMADOS ÔNIBUS QUEIMADO	O Dia	28-Dec-2006	
57	O velho problema: medo bate às portas de 2007	O Globo	29-Dec-2006	
58	Rosinha descarta ajuda do governo federal	O Globo	29-Dec-2006	
59	Ataques repercutem no exterior	O Globo	29-Dec-2006	
60	Autoridades já sabiam há pelo menos 2 meses	O Globo	29-Dec-2006	
61	'As milícias, na verdade, são uma nova facção'	O Globo	29-Dec-2006	
62	Ataques por causa de milícias	O Globo	29-Dec-2006	
63	Terror no Rio: carta de leitores	O Globo	29-Dec-2006	
64	Terror no Rio	O Globo	29-Dec-2006	
65	Guerra sem fim	O Globo	29-Dec-2006	
66	Cesar vai pagar salário para PMs ROSINHA RECUSA REFORÇO	O Dia	29-Dec-2006	
67	EDITORIAL	O Dia	29-Dec-2006	
68	Milícia avança sobre a cidade ATÉ ESCOLA NA MIRA PCC PAROU SÃO PAULO TRÊS VEZES	O Dia	29-Dec-2006	
69	Toda a ajuda possível Cesar dará ajuda para pagar a PMs ROSINHA RECUSA REFORÇO	O Dia	29-Dec-2006	
70	Milícia avança sobre a cidade ATÉ ESCOLA NA MIRA PCC PAROU SÃO PAULO TRÊS VEZES	O Dia	29-Dec-2006	
71	Fogo, tiroteio e sangue Pânico faz comércio fechar Até a polícia se cerca, com medo GUERRA NO RÁDIO	O Dia	29-Dec-2006	



Nº	Título da Matéria	Jornal	Data de Publicação	Autor
72	A guerra do Rio: OAB: ataques são uma afronta às autoridades	O Globo	30-Dec-2006	
73	A guerra do Rio: o contra-ataque das milícias	O Globo	30-Dec-2006	Sérgio_Ramalho,Vera_Araújo
74	A guerra do Rio: Policiais manifestaram solidariedade aos milicianos e desejaram sucesso na passagem do ano	O Globo	30-Dec-2006	Jorge_Martins,Isabela_Bastos
75	A guerra do Rio: Ataque a quartel dos bombeiros é represália à atuação de membros da corporação nas milícias	O Globo	30-Dec-2006	Vera_Araújo
76	Patrulha faz a segurança do Palácio Guanabara, no Rio	O Dia	30-Dec-2006	
77	A ação das milícias	O Globo	31-Dec-2006	Merval_Pereira
78	Traficante preso em Bangu I ordenou atentados	O Globo	31-Dec-2006	Gabriela_Moreira,Natália_Von_Korsch
79	Tentativa de invasão na Cidade de Deus	O Globo	31-Dec-2006	Daniel_Engelbrecht
80	Policiais investigam denúncias	O Globo	31-Dec-2006	
81	Mais 4 ataques a alvos policiais MORRE OUTRO PASSAGEIRO DO ÔNIBUS INCENDIADO PM mata bandidos e evita crimes	O Dia	31-Dec-2006	
82	PAZ DESEJO DO CARIOCA PARA 2007	O Dia	31-Dec-2006	
83	Grupo de jovens de Del Castilho, na Zona Norte, tem senso crítico mas não esconde a fé em um novo ano mais feliz Anna, com Mariana (no colo) e Renata, diz que não troca o Rio por outro lugar	O Dia	31-Dec-2006	
84	Segurança: O maior desafio para Cabral	O Globo	01-Jan-2007	
85	PM homenageia as milícias	O Globo	01-Jan-2007	Jorge_Martins,Isabela_Bastos
86	Mais uma noite de terror no Rio	O Globo	01-Jan-2007	
87	Milícias são próximo alvo da PM, diz comandante	O Globo	02-Jan-2007	
88	Novo governo	O Globo	02-Jan-2007	Fábio_Vasconcellos,Cristiane_Jungblut,Carla_Rocha,Natanael_Damas-ceno,
89	Reforço: Policiais de volta às unidades	O Globo	02-Jan-2007	Valéria_Maniero
90	Novo comandante da PM promete combater milícias	O Globo	02-Jan-2007	Natália_Von_Korsch
91	A polêmica sobre terrorismo no Rio	O Globo	03-Jan-2007	
92	A GUERRA DO RIO: Vias expressas mais seguras	O Globo	03-Jan-2007	Vera_Araújo

## Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro

Nº	Título da Matéria	Jornal	Data de Publicação	Autor
93	A sociedade ameaçada	O Globo	04-Jan-2007	
94	Entidades pedem a Cabral combate contra as milícias	O Globo	04-Jan-2007	
95	TEMA EM DEBATE: Cenas cariocas	O Globo	05-Jan-2007	Ricardo_Cró, Robson_Campos_Leite
96	Milícias se espalham por ruas de 17 bairros	O Globo	07-Jan-2007	Sérgio_Ramalho,Cláudio_Motta
97	Entrevista: Sérgio Cabral	O Globo	07-Jan-2007	Simone_Miranda,Antero_Gomes,Marcus_Alencar
98	Não se vive mais sem eles	O Globo	13-Jan-2007	Andrea_Gouvêa_Vieira
99	Pesquisa aponta risco de milícias no asfalto	O Globo	20-Jan-2007	
100	'Há corporativismo nas organizações'	O Globo	04-Feb-2007	Selma_Schmidt
101	Milícias podem ter tomado outra favela do tráfico	O Globo	04-Feb-2007	
102	Ilha: polícia evita que traficantes tirem favela de milicianos	O Globo	05-Feb-2007	Waleska_Borges
103	Cordovil: tráfico toma de volta morro que milícia ocupou	O Globo	05-Feb-2007	Letícia_Vieira
104	A guerra do Rio: aumenta o fogo cruzado	O Globo	05-Feb-2007	Jaciara_Moreira
105	Milícias na mira do governo	O Globo	06-Feb-2007	Fábio_Vasconcellos,Sérgio_Ramalho
106	Marceneiro é tratado como herói durante enterro	O Globo	06-Feb-2007	Sérgio_Duran
107	Blindados terão monitoramento	O Globo	06-Feb-2007	Cristiane_de_Cássia
108	A BANDA PODRE: Sem direito de ir e vir	O Globo	07-Feb-2007	Sérgio_Duran
109	A BANDA PODRE: Direito de ir e vir sob controle	O Globo	07-Feb-2007	Sérgio_Duran
110	Portão com chave, mas sem dono: associação de moradores convence governo a não liberar acesso controlado por milícia	O Globo	08-Feb-2007	Bernardo_Mello_Franco, Cristiane_de_Cássia, Sérgio_Duran
111	Cabral: 'Milícia é o fim do mundo'	O Globo	08-Feb-2007	Sérgio_Duran
112	Justiça manda prender PM que chefiaria milícia	O Globo	09-Feb-2007	Sérgio_Ramalho,Sérgio_Duran
113	Investigação no Orkut: Promotora aponta indícios de apologia	O Globo	09-Feb-2007	
114	TEMA EM DEBATE: Insegurança pública	O Globo	10-Feb-2007	Robson_Sávio_Reis_Souza, Wadih_Damous
115	Milícias teriam 30 PMs na Ilha e na Leopoldina	O Globo	10-Feb-2007	Cláudio_Motta
116	Ex-bombeiro é preso por assalto a seis turistas: acusado também é suspeito de integrar milícia em Realengo	O Globo	10-Feb-2007	Antônio_Werneck

Nº	Título da Matéria	Jornal	Data de Publicação	Autor
117	Milícias na cidade	O Globo	11-Feb-2007	HAROLDO WEINERT DE MAGALHÃES CASTRO
118	PODER PARALELO: Juiz especialista em crime organizado lembra o domínio exercido pela Cosa Nostra na Sicília	O Globo	11-Feb-2007	Sérgio_Ramalho,Elenilce_Bottari
119	PODER PARALELO: a força eleitoral das milícias	O Globo	11-Feb-2007	Elenilce_Bottari,Sérgio_Ramalho
120	Deputado atribui eleição a atuação como secretário	O Globo	11-Feb-2007	
121	Deputado atribui eleição a atuação como secretário	O Globo	11-Feb-2007	
122	Nove baixas na guerra da milícia	O Globo	12-Feb-2007	Carlos_Brito,Antônio_Werneck,Flávia_Monteiro
123	Deputado quer que Alerj volte atrás e aprove criação de CPI	O Globo	12-Feb-2007	Sérgio_Ramalho,Elenilce_Bottari
124	Sem título	O Globo	12-Feb-2007	MARCELO ITAGIBA
125	Itagiba responde	O Globo	13-Feb-2007	
126	Delegado: tráfico foi a favela para se vingar	O Globo	13-Feb-2007	Cláudio_Motta
127	Polícia diz que cabo da PM era chefe de milícia	O Globo	14-Feb-2007	
128	Guerra contra tráfico Polícia faz ação contra milicianos	O Dia	15-Feb-2007	Paula Sarapu
129	Nova guerra entre milícia e tráfico deixa 2 mortos	O Globo	17-Feb-2007	Ana_Cláudia_Costa
130	Retaliação contra milícia Homem executado a tiros dentro de bar APURAÇÃO DEFENDIDA NA ALERJ	O Dia	17-Feb-2007	Bartolomeu Brito
131	'Qualquer um pode ser demitido' (entrevista com Gustavo Kuhl Leite)	O Globo	18-Feb-2007	Vera_Araújo
132	Cobiça de milicianos gerou briga com grupo dos 'inhos' Uma pelada por 'apenas' R\$ 400	O Dia	18-Feb-2007	Aluizio Freire
133	Dois corpos são deixados dentro de carro em área dominada por milícia	O Globo	19-Feb-2007	
134	Polícia dará atenção especial às investigações	O Globo	23-Feb-2007	Antônio_Werneck,Vera_Araújo
135	Executado suspeito de chefiar milícia	O Globo	23-Feb-2007	Elenilce_Bottari,Natanael_Damasceno,Sérgio_Ramalho
136	Execução no Recreio: Cai o 'rei' de Rio das Pedras	O Globo	23-Feb-2007	Natanael_Damasceno,
137	Chefão de milícia fuzilado	O Dia	23-Feb-2007	Aluizio Freire /Marco Antônio Canosa

**Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**

Nº	Título da Matéria	Jornal	Data de Publicação	Autor
138	Chefão de milícia fuzilado AFASTADO DE GABINETE IMPOSTOS ILEGAIS NA FAVELA	O Dia	23-Feb-2007	Aluizio Freire /Marco Antônio Canosa
139	Luiz_Ernesto_Magalhães	O Globo	24-Feb-2007	Vera_Araújo,Luiz_Ernesto_Magalhães
140	Insegurança ronda os Jogos Pan-Americanos	O Globo	24-Feb-2007	
141	'Lá não tem tráfico, por que teria milícia?	O Globo	24-Feb-2007	Fernanda_Pontes
142	Policial pode ter participado de assassinato	O Globo	24-Feb-2007	Ana_Cláudia_Costa
143	BANDA PODRE: ligações perigosas	O Globo	24-Feb-2007	Antônio_Werneck,Ana_Cláudia_Costa
144	Nadinho de Rio das Pedras	O Globo	24-Feb-2007	
145	Milícia: Inspetor falou com jornalista	O Globo	24-Feb-2007	Antônio_Werneck
146	Temor de guerra de milícias BLINDADO NA OFICINA Vereador circula com seguranças INVESTIGAÇÃO NA ALERJ	O Dia	24-Feb-2007	
147	Polícia apura relação entre dois crimes	O Globo	25-Feb-2007	
148	Milícia já tem novo chefe em Rio das Pedras	O Globo	25-Feb-2007	Ana_Carolina_Torres,Elenilce_Bottari
149	Dois amigos mortos	O Globo	25-Feb-2007	
150	A falta de respeito à vida nas áreas de milícias	O Globo	25-Feb-2007	Sérgio_Ramalho,Elenilce_Bottari
151	NEGÓCIOS EM RIO DAS PEDRAS: Entre a milícia e o caça-níquel	O Globo	25-Feb-2007	Marco_Antônio_Martins
152	Milícia em Rio das pedras	O Globo	25-Feb-2007	Ana_Carolina_Torres, Marco_Antônio_Martins
153	Série de depoimentos	O Dia	25-Feb-2007	Márcia Brasil
154	Uma disputa milionária MORADORES CONTINUAM NO MEIO DO CONFLITO BRIGA DE PMS Cemitério clandestino 30 corpos	O Dia	25-Feb-2007	Aluizio Freire
155	Quatro homens devem chefiar milícia de Rio das Pedras, em Jacarepaguá	O Globo	26-Feb-2007	Ana_Carolina_Torres
156	Milícia em rio das pedras	O Globo	26-Feb-2007	Ana_Carolina_Torres
157	Cabral foi pressionado para nomear na PM	O Globo	27-Feb-2007	Dimmi_Amora
158	Morre nona vítima de ônibus queimado durante atentado	O Dia	27-Feb-2007	
159	Morre 9ª vítima de atentado na Penha	O Dia	27-Feb-2007	
160	Combustível para o crime LIGAÇÃO COM OUTRO HOMICÍDIO	O Dia	27-Feb-2007	

Nº	Título da Matéria	Jornal	Data de Publicação	Autor
161	Homem é morto a tiros em favela no Méier	O Dia	01-Mar-2007	
162	TEMA EM DEBATE: Insegurança pública	O Globo	02-Mar-2007	Alexandre_Neto,Alberto_Calvano,Bianor_Scelza_Cavalcanti
163	TV a cabo da milícia fora do ar	O Globo	02-Mar-2007	Antônio_Werneck,Taís_Mendes
164	ARTIGO CARLOS CACAU DE BRITO VIOLÊNCIA VEM DO SOCIAL	O Dia	02-Mar-2007	Carlos Cacau de Brito
165	Milícia alicia técnicos de TV TRÁFICO FECHA 25 RUAS DE FAVELA CONTRA INVASÃO DE MILÍCIA	O Dia	03-Mar-2007	Aluizio Freire /Adriana Cruz / Bartolomeu Brito
166	'A pobreza é similar': entrevista: IVÁN RAMÍREZ - SOCIÓLOGO	O Globo	04-Mar-2007	Marco_Antônio_Martins
167	ARTIGO JOSÉ SILVEIRA LIBERAR A MACONHA?	O Dia	04-Mar-2007	José Silveira
168	DACIO MALTA INFORME DO DIA	O Dia	05-Mar-2007	Dacio Malta
169	Nadinho está na lista de suspeitos de crime: Vereador depõe sobre a morte de Félix	O Globo	06-Mar-2007	Marcelo_Gomes
170	DACIO MALTA INFORME DO DIA	O Dia	07-Mar-2007	Dacio Malta
171	Milícias: cem policiais investigados	O Globo	08-Mar-2007	Antônio_Werneck
172	Lista com integrantes de milícia já tem 100 nomes Lucros de mais de R\$ 5 milhões ASSASSINATO DE LÍDER DE RIO DAS PEDRAS	O Dia	08-Mar-2007	Márcia Brasil
173	Polícia estoura TV pirata CENÁRIO DE TORTURAS E EXECUÇÃO 'Matriz' arrecadava R\$ 150 mil mensais	O Dia	09-Mar-2007	Aluizio Freire /Adriana Cruz
174	Filmagem em favela não mostra milícia e tráfico	O Globo	10-Mar-2007	Sérgio_Duran
175	Compra de equipamentos com 'fantasmas'	O Dia	10-Mar-2007	
176	Dono de imobiliária é assassinado	O Globo	17-Mar-2007	Sérgio_Ramalho
177	Comandante nega onda de ataques, mas PMs voltam a ser alvo de bandidos	O Globo	17-Mar-2007	Isabel_Braga, Cristiane_de_Cássia
178	Milícias: Policiais prendem mais um sócio de TV a 'gato'	O Globo	18-Mar-2007	
179	Madrugada de terror em Campo Grande: Bando atira contra seis casas em rua próxima à área de milícia	O Globo	18-Mar-2007	Simone_Gondim
180	Bando ataca casas em Campo Grande	O Globo	18-Mar-2007	Simone_Gondim
181	Polícia Federal investiga suspeita de que milícias ajudaram eleição de Lins	O Globo	23-Mar-2007	Sérgio_Ramalho, Antônio_Werneck
182	Entrevista: Antônio Carlos Biscaia secretário nacional de Justiça	O Globo	25-Mar-2007	Gustavo_Schleder

## Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro

Nº	Título da Matéria	Jornal	Data de Publicação	Autor
183	Tarso quer reduzir violência DE OLHO NAS MILÍCIAS	O Dia	25-Mar-2007	Renata Giraldi /
184	PMs perdem porte de arma por causa de milícia	O Globo	26-Mar-2007	
185	Mais suspeitas contra maus policiais	O Globo	26-Mar-2007	Gustavo_Schleder
186	Tráfico ataca milicianos	O Dia	28-Mar-2007	
187	Atentado do tráfico contra milicianos	O Dia	28-Mar-2007	Christina Nascimento
188	Linha dura em favelas do Alemão FARDA E BATOM Opinião dividida em Niterói	O Dia	29-Mar-2007	Adriana Cruz /Márcia Brasil /Vania Cunha
189	Represália à ação de milícia	O Dia	07-Apr-2007	
190	Os senhores da nov: Chefes de milícias dizem que expulsam bandidos, enquanto traficantes denunciam extorsões, em entrevistas ao GLOBO	O Globo	08-Apr-2007	Sérgio_Ramalho
191	Milícias, a nova etapa do crime no Rio	O Globo	08-Apr-2007	
192	Cada vez mais iguais: Tráfico e milícias em guerra repetem no Rio modelo que fez disparar violência na Colômbia	O Globo	08-Apr-2007	Dimmi_Amora,Paula_Autran, Sérgio_Ramalho
193	Reação contra ligação a milícia	O Dia	08-Apr-2007	
194	LÍDERES COMUNITÁRIOS NA MIRA	O Dia	08-Apr-2007	Bartolomeu Brito
195	Milícia avança em Cabo Frio LOJISTAS CONTRA E A FAVOR DA TAXA Ameaça de morte pista de inquérito LÍDERES COMUNITÁRIOS NA MIRA	O Dia	08-Apr-2007	Bartolomeu Brito
196	sEDITORIAL MAIS POLICIAIS PARA O RIO	O Dia	08-Apr-2007	
197	O alto preço de virar Colômbia	O Globo	09-Apr-2007	Dimmi_Amora,Paula_Autran, Sérgio_Ramalho
198	Milícias traficarem é questão de tempo, diz cientista	O Globo	09-Apr-2007	Cristiane_de_Cássia,Waleska_Borges
199	sEDITORIAL AS MILÍCIAS E O NADA	O Dia	09-Apr-2007	
200	Currais eleitorais abrem o caminho da política para as milícias do Rio	O Globo	10-Apr-2007	Sérgio_Ramalho,Paula_Autran
201	Represália à ação de milícia	O Dia	10-Apr-2007	
202	DACIO MALTA INFORME DO DIA	O Dia	11-Apr-2007	Dacio Malta
203	Transporte alternativo: topiqueiros pedem segurança	O Globo	17-Apr-2007	
204	Uma cidade que vive refém de confrontos armados	O Globo	18-Apr-2007	
205	PM suspeito de chefiar milícia é assassinado	O Globo	25-Apr-2007	
206	Disputa das favelas: policial é executado a tiros na Taquara	O Globo	25-Apr-2007	Paulo_Carvalho
207	Título Assassinado cabo envolvido com milícia Investigação da PM aponta 15 policiais	O Dia	25-Apr-2007	Mário Hugo Monken / Vania Cunha

Nº	Título da Matéria	Jornal	Data de Publicação	Autor
208	Cabo pode ter sido morto em briga de milícias	O Globo	26-Apr-2007	
209	Milícias e suas subdivisões	O Globo	26-Apr-2007	Berenice_Seara
210	Morte na taquara: Para polícia, cabo foi executado em briga de milícias	O Globo	26-Apr-2007	Paulo_Carvalho
211	Sargento acusado de mandar matar cabo	O Dia	26-Apr-2007	
212	Traficantes torturam e matam oficial bombeiro	O Globo	28-Apr-2007	Sérgio_Ramalho, Camilo_Coelho
213	PF encontra central de 'gatonet' para mil pessoas	O Globo	22-Jun-2007	Cláudio_Motta
214	Até milícias atrapalham os jogos	O Globo	30-Jun-2007	Antônio_Werneck,Luiz_ Ernesto_Magalhães
215	Quatro homens executados em um condomínio na Taquara	O Globo	30-Jun-2007	
216	Morte pode estar ligada a guerra entre milícias	O Globo	05-Jul-2007	
217	Polícia prende ex-PM que fabricava granadas	O Globo	28-Jul-2007	Antônio_Werneck
218	Opinião: sem título	O Globo	02-Aug-2007	MARCELO FREIXO
219	Tráfico e milícia voltam à guerra	O Globo	02-Aug-2007	Ana_Cláudia_Costa
220	Tiroteio em baile funk: 3 mortos e 12 feridos: Moradores de Antares, local da festa, dizem que ataque foi feito por milicianos, com objetivo de dominar a favela	O Globo	12-Aug-2007	Daniel_ Engelbrecht,Jorge_Mar- tins, Thais_Britto
221	Investigação sobre policial preso será intensificada	O Globo	15-Aug-2007	
222	Direitos do cidadão	O Globo	19-Aug-2007	Dimmi_Amora,Fábio_ Vasconcellos, Sérgio_Ramalho
223	Direitos do cidadão: DEMOCRACIA NÃO SOBE MORRO	O Globo	19-Aug-2007	Dimmi_Amora,Fábio_ Vasconcellos, Sérgio_Ramalho
224	Integridade física: TORTURA, UMA PRÁTICA QUE NÃO ACABOU	O Globo	20-Aug-2007	Dimmi_Amora,Fábio_ Vasconcellos, Sérgio_Ramalho
225	Topiqueiros, alvo do tráfico Policial morto e 12 feridos RELIGIÕES PROIBIDAS NA COMUNIDADE ELIMINAÇÃO DO PRÓPRIO BANDO	O Dia	20-Aug-2007	Leslie Leitão
226	Liberdade de locomoção: sem direito de ir e vir	O Globo	24-Aug-2007	Dimmi_Amora,Fábio_Vas- concellos, Sérgio_Rama- lho, Carla_Rocha
227	Liberdade de associação sob intervenção da violência	O Globo	26-Aug-2007	Dimmi_Amora

## Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro

Nº	Título da Matéria	Jornal	Data de Publicação	Autor
228	Direitos do cidadão: a impunidade dos milicianos	O Globo	27-Aug-2007	Dimmi_Amora,Fábio_Vasconcellos, Sérgio_Ramalho
229	Guerra das vans faz vítimas em São Pedro da Aldeia	O Globo	28-Aug-2007	Bruno_Menezes
230	Ataque a família de policial	O Dia	28-Aug-2007	Mário Hugo Monken
231	Polícia tira Kelson's da milícia	O Globo	01-Sep-2007	Carla_Rocha,Sérgio_Ramalho, Vera_Araújo
232	Quebra de sigilo	O Dia	09-Sep-2007	Celso Brito
233	Helicóptero blindado dos EUA no Rio	O Dia	10-Sep-2007	Thiago Prado
234	Oficiais da PM são indiciados 'Vigia' preso confirmou as acusações	O Dia	10-Sep-2007	Thiago Prado
235	Mais um oficial PM acusado de formar milícia	O Dia	11-Sep-2007	
236	Mais um oficial PM acusado de formar milícia MP pede prisão de capitão	O Dia	11-Sep-2007	
237	Seqüestro teria sido planejado em um bar	O Dia	11-Sep-2007	Mario Hugo Monken
238	Seqüestro teria sido planejado em um bar Lista de cobrança a motoristas e empresários	O Dia	11-Sep-2007	Mario Hugo Monken
239	Coronéis acusados reagem DOIS POLICIAIS SÃO PRESOS POR OUTRO CRIME	O Dia	12-Sep-2007	Thiago Prado /Adriana Cruz
240	Mulher chefiou invasão a favela	O Dia	13-Sep-2007	
241	Delegados enfrentam sindicância	O Dia	13-Sep-2007	Thiago Prado
242	Família vai ter proteção especial	O Dia	13-Sep-2007	
243	Panfletos no Batan levantam suspeita	O Dia	14-Sep-2007	Mario Hugo Monken
244	Assassinados na Zona Oeste	O Dia	15-Sep-2007	
245	Comandante é exonerado após devassa em quartel DISCÓRDIA NAS POLÍCIAS SESSENTA RECÉM-FORMADOS	O Dia	19-Sep-2007	
246	Moradores denunciam PMs EX-COMANDANTE CRITICA INQUÉRITO ESQUEMA PODE TER 150 NOMES	O Dia	20-Sep-2007	Alex Martins/ Christina Nascimento/ Hélio Lessa/Marcos Galvão/ Mario Hugo Monken/ Thiago Prado / Vania Cunha.
247	Acusação derruba delegados PROMESSA DE BATALHA NA JUSTIÇA Um quartel sob investigação AGENTE NUNCA FOI DO BATALHÃO DE CAXIAS	O Dia	21-Sep-2007	Adriana Cruz /Christina Nascimento / Thiago Prado/Mario Hugo Monken
248	Policial chamava bandido de patrão ALERJ QUER INTERVIR NA CRISE ENTRE AS POLÍCIAS PRESOS CINCO PMS ACUSADOS DE HOMICÍDIO	O Dia	22-Sep-2007	



**APÊNDICE II: Número de Denúncias Recebidas no Disque-Denúncia contra Milícias por Município e Bairro**

Estado do Rio de Janeiro: Jan-2006 a Abr-2008

Município do Local da Ocorrência		Número de Denúncias	%
ARARUAMA	Bananal	1	33.3
	Pr Seca	2	66.7
	Total	3	100.0
BELFORD ROXO	A Araujo	2	5.3
	A Branca	1	2.6
	Amelia	2	5.3
	B Esperanca	1	2.6
	B Recantos	1	2.6
	B Roxo	1	2.6
	Heliopolis	2	5.3
	Jd America	1	2.6
	Jd B Pastor	3	7.9
	Jd S Francisco	1	2.6
	N Aurora	3	7.9
	N Eldorado	2	5.3
	Outeiro	1	2.6
	Prq Esperanca	1	2.6
	Prq N Lar	1	2.6
	Prq S Jose	1	2.6
	S Jorge	5	13.2
	Sgt Roncalli	1	2.6
	Shangrila	1	2.6
	VI Esperanca	1	2.6
VI Heliopolis	4	10.5	
VI S Rita	2	5.3	
Total	38	100.0	
CABO FRIO	Não Informado	1	50.0
	Unamar	1	50.0
	Total	2	100.0
CACHOEIRAS DE MACACU	Agropiratinga	1	100.0
DUQUE DE CAXIAS	Amapa	8	5.6
	C Eliseos	2	1.4
	Centro	4	2.8
	Chs Arcampo	2	1.4

Município do Local da Ocorrência		Número de Denúncias	%
	Gracas	1	.7
	Gramacho	3	2.1
	Jd Anhangá	4	2.8
	Jd Gramacho	3	2.1
	Jd Imbarie	1	.7
	Jd Leal	2	1.4
	Jd Lider	1	.7
	Jd O Bilac	1	.7
	Jd Primavera	4	2.8
	Jd V C Agosto	4	2.8
	Lt Xv	1	.7
	N Campinas	3	2.1
	Não Informado	1	.7
	Pantanal	3	2.1
	Parada Morabi	1	.7
	Pilar	6	4.2
	Pillar	1	.7
	Prainha	1	.7
	Prq Alvorada	1	.7
	Prq B Amapa	2	1.4
	Prq B Mar	1	.7
	Prq B Retiro	1	.7
	Prq Esperanca	3	2.1
	Prq Fluminense	1	.7
	Prq Independencia	1	.7
	Prq Lafayette	1	.7
	Prq Marilandia	3	2.1
Prq Paulista	1	.7	
Prq S Rosa	1	.7	
Prq Uruguaiana	4	2.8	
Prq Vitoria	1	.7	
S Alice	1	.7	
S Antonio	4	2.8	
S Bento	3	2.1	

## Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro

Município do Local da Ocorrência	Número de Denúncias	%	Município do Local da Ocorrência	Número de Denúncias	%
S C Serra	1	.7	JAPERI	N Belem	1 100.0
S Isabel	1	.7	MACAE	Centro	1 100.0
S Lucia	1	.7	MAGE	Centro	3 15.8
Saracuruna	16	11.2		Fragoso	4 21.1
Taquara	2	1.4		Jd Nazareno	1 5.3
VI 8 Maio	2	1.4		Maua	2 10.5
VI Actura	1	.7		Piabeta	8 42.1
VI Canaan	1	.7		R Serra	1 5.3
VI Centenario	1	.7		Total	19 100.0
VI Ideal	1	.7	MANGARATIBA	Centro	1 16.7
VI Leopoldina	5	3.5		Itacuruca	2 33.3
VI N S Gracas	1	.7		Muriqui	3 50.0
VI Operaria	2	1.4		Total	6 100.0
VI Rosario	3	2.1	MARICA	Centro	1 33.3
VI S Alice	1	.7		Itaipuacu	2 66.7
VI S Antonio	7	4.9		Total	3 100.0
VI S Cruz	1	.7	MENDES	Centro	2 100.0
VI S Luis	2	1.4	MESQUITA	Centro	1 20.0
VI Sarapui	1	.7		Chatuba	1 20.0
VI Urussai	6	4.2		E Passos	1 20.0
Xerem	1	.7		S Jose	1 20.0
Total	143	100.0		VI S Teresinha	1 20.0
ITABORAI	Bonfim	1 14.3		Total	5 100.0
	Manilha	3 42.9	MIGUEL PEREIRA	Não Informado	1 100.0
	Não Informado	1 14.3	NILOPOLIS	Cabral	2 6.5
	O Pedras	1 14.3		Cabuis	2 6.5
	Vargea	1 14.3		Centro	2 6.5
	Total	7 100.0		Chatuba	1 3.2
ITAGUAI	B Mar	5 10.4		N Era	1 3.2
	Brisa Mar	3 6.3		Olinda	16 51.6
	Brisamar	1 2.1		P Polvora	6 19.4
	Centro	4 8.3		Paiol	1 3.2
	Engenho	31 64.6		Total	31 100.0
	Ibirapitanga	1 2.1	NITEROI	Barreto	1 9.1
	Leandro	1 2.1		Centro	2 18.2
	Santana	1 2.1		la Conceicao	1 9.1
	VI Ibirapitanga	1 2.1		Icarai	1 9.1
	Total	48 100.0		Itaipu	1 9.1

Município do Local da Ocorrência	Número de Denúncias	%
Jurujuba	2	18.2
M Paula	1	9.1
S Francisco	1	9.1
S Rosa	1	9.1
Total	11	100.0
NOVA IGUACU		
Austin	5	3.5
Autodromo	1	.7
B Amapa	1	.7
Belterra	1	.7
C Jd Prq Estoril	1	.7
Cabucu	5	3.5
Cdor Soares	3	2.1
Centenario	1	.7
Centro	2	1.4
Chique	1	.7
Cmdor Soares	1	.7
Cmdr Soares	1	.7
D Rodrigo	1	.7
Danon	4	2.8
Independencia	1	.7
Jd Alvorada	3	2.1
Jd B Vista	1	.7
Jd Cabucu	1	.7
Jd Carioca	1	.7
Jd Guandu	1	.7
Jd Iguaçú	1	.7
Jd Jasmim	3	2.1
Jd N Era	21	14.6
Jd Nova Era	1	.7
Jd Pernambuco	4	2.8
Jd Pitoresco	2	1.4
Jd Roma	2	1.4
Jd Viga	2	1.4
Km 32	10	6.9
Lagoinha	1	.7
Mangueira	1	.7
Marapicu	1	.7
Mesquita	1	.7

Município do Local da Ocorrência	Número de Denúncias	%	
Metropole	1	.7	
Moqueta	2	1.4	
Morro Agudo	1	.7	
Mr Agudo	1	.7	
Mro Agudo	19	13.2	
N Era	1	.7	
Não Informado	1	.7	
O Fino	1	.7	
O Preto	3	2.1	
P Verdes	1	.7	
Palhada	8	5.6	
Prados Verdes	2	1.4	
Prata	1	.7	
Prq Palmeira	1	.7	
Prq Palmeiras	1	.7	
Prq S Francisco	6	4.2	
Prq Sao Francisco	1	.7	
R Ventos	1	.7	
S Eugenia	1	.7	
S Francisco	1	.7	
S Jose	1	.7	
VI S Familia	2	1.4	
VI S Luis	1	.7	
Total	144	100.0	
PARATI	Não Informado	2	100.0
QUEIMADOS	C Jd Cabucu	1	33.3
	Cacuaia	1	33.3
	Queimados	1	33.3
	Total	3	100.0
RIO DAS OSTRAS	Beira Mar	1	50.0
	Cidade Beira Mar	1	50.0
	Total	2	100.0
RIO DE JANEIRO	Itanhanga	1	.0
	Penha	1	.0
	A Santa	4	.1
	Abolicao	4	.1

## Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro

Município do Local da Ocorrência	Número de Denúncias	%
Acari	1	.0
Anchieta	167	5.7
Andaraí	1	.0
Anil	1	.0
B Filho	11	.4
B Guaratiba	1	.0
B Pina	92	3.2
B Ribeiro	11	.4
B Tijuca	25	.9
Bangu	36	1.2
Benfica	5	.2
Bonsucesso	16	.5
Botafogo	1	.0
C Barros	5	.2
C Deus	22	.8
C Neto	8	.3
Cachambi	12	.4
Camorim	1	.0
Campinho	12	.4
Cascadura	47	1.6
Catumbi - 1ª Aisp	1	.0
Cavalcanti	23	.8
Centro	8	.3
Colegio	1	.0
Copacabana	7	.2
Cordovil	39	1.3
Cosmos	45	1.5
Cpo Grande	258	8.8
Curicica	26	.9
D Castilho	32	1.1
Deodoro	3	.1
E Dentro	32	1.1
E Leal	1	.0
E Rainha	4	.1
Encantado	33	1.1
Flamengo	1	.0
Freguesia	9	.3

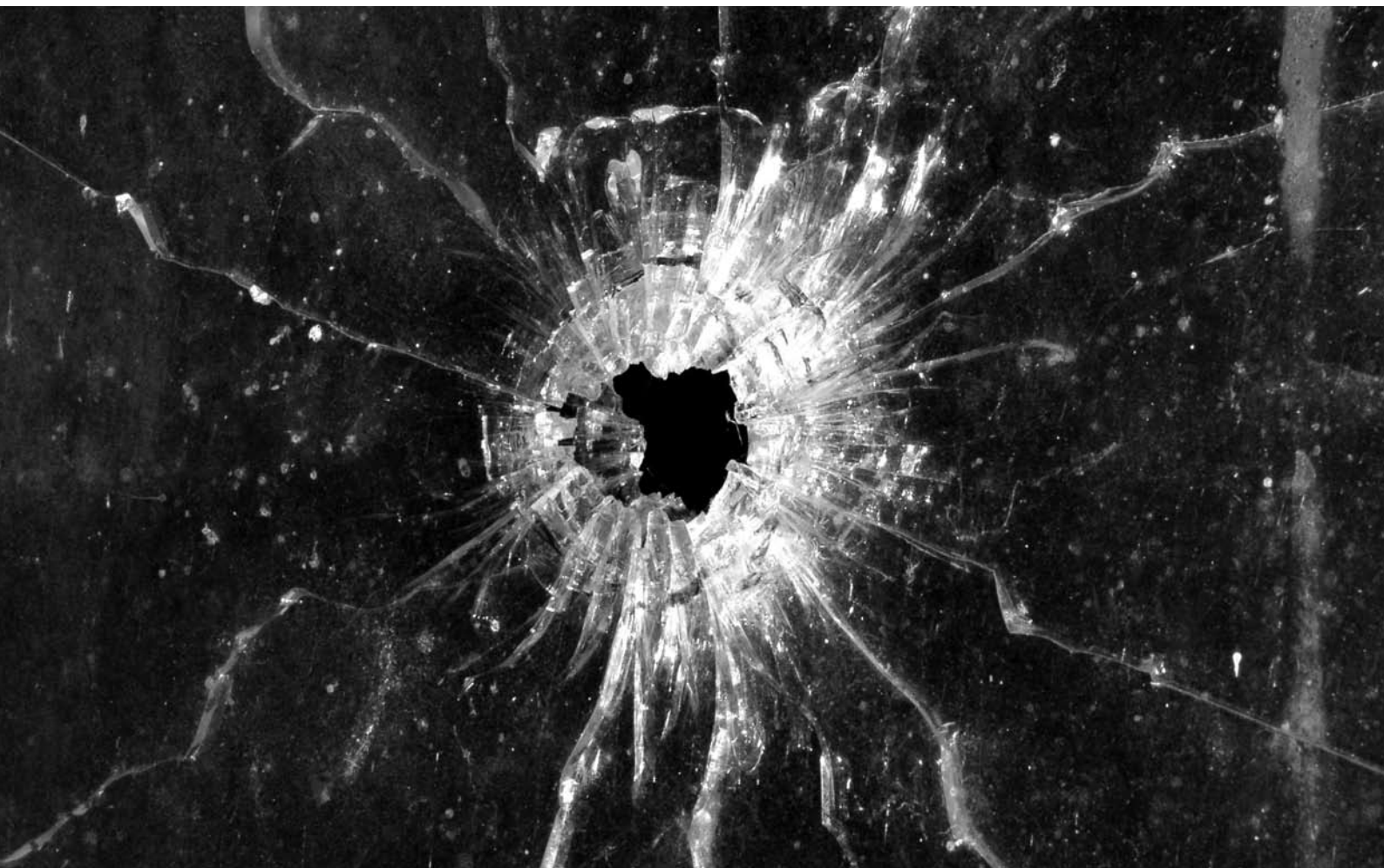
Município do Local da Ocorrência	Número de Denúncias	%
G Azul	38	1.3
Gavea	2	.1
Guadalupe	131	4.5
Guaratiba	48	1.6
H Gurgel	28	1.0
Higienópolis	3	.1
Ilha Do Governador	47	1.6
Inhauma	40	1.4
Inhoaíba	57	2.0
Ipanema	1	.0
Iraja	17	.6
Itanhanga	14	.5
Jacarepagua	199	6.8
Jd America	1	.0
Jd Sulacap	2	.1
L Vasconcelos	5	.2
M Bastos	2	.1
M Hermes	14	.5
Madureira	15	.5
Mangueira	1	.0
Manguinhos	8	.3
Maracana	1	.0
Meier	9	.3
Não Informado	14	.5
O Cruz	7	.2
Olaria	4	.1
P Circular	25	.9
P Guaratiba	19	.7
P Miguel	21	.7
Paciencia	107	3.7
Paqueta	1	.0
Pavuna	37	1.3
Pc Bandeira	4	.1
Pc Seca	67	2.3
Pda Lucas	3	.1
Penha	50	1.7
Piedade	44	1.5

Município do Local da Ocorrência	Número de Denúncias	%
Pilares	35	1.2
Prq Anchieta	3	.1
Q Bocaiuva	99	3.4
R Albuquerque	12	.4
R Comprido	1	.0
R Miranda	12	.4
Ramos	57	2.0
Rcr Bandeirantes	50	1.7
Realengo	113	3.9
Rocinha	1	.0
S Camara	5	.2
S Cristo	1	.0
S Cristovao	2	.1
S Cruz	169	5.8
S Teresa	2	.1
S Vasconcelos	20	.7
Santissimo	17	.6
Sepetiba	63	2.2
St Cruz	1	.0
T Coelho	1	.0
T Santos	8	.3
Taquara	64	2.2
Tijuca	2	.1
Turiacu	4	.1
V Alegre	5	.2
V Carvalho	5	.2
V Geral	3	.1
V Grande	14	.5
V Lobo	1	.0
V Pequena	24	.8
VI Isabel	2	.1
VI Kosmos	1	.0
VI Militar	2	.1
VI Penha	5	.2
VI Valqueire	21	.7
Total	2919	100.0

Município do Local da Ocorrência	Número de Denúncias	%	
SANTA MARIA	Anchieta	1	100.0
MADALENA			
SAO GONCALO	Brasilandia	1	3.2
	Centro	1	3.2
	Colubande	2	6.5
	E Pequeno	3	9.7
	Itauna	2	6.5
	J Catarina	1	3.2
	Jd Catarina	3	9.7
	Jd Catarina Velho	1	3.2
	M Paula	1	3.2
	Monjolo	1	3.2
	Mutua	1	3.2
	Mutuapira	1	3.2
	Neves	1	3.2
	Pacheco	3	9.7
	Pita	1	3.2
	Pto Novo	2	6.5
	Pto Velho	1	3.2
	R Ouro	1	3.2
	R Veiga	1	3.2
	S Pontes	1	3.2
	Trinadade	1	3.2
	Z Garoto	1	3.2
	Total	31	100.0
SAO JOAO DE MERITI	Centro	5	14.7
	Eden	6	17.6
	Farrula	1	2.9
	Jd J Bonifacio	1	2.9
	Jd Meriti	3	8.8
	Jd Metropole	1	2.9
	Não Informado	3	8.8
	Prq Alianca	1	2.9
	Prq N Rio	1	2.9
	Prq S Nicolau	1	2.9
	S Mateus	3	8.8

## Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro

Município do Local da Ocorrência		Número de Denúncias	%
	Tomazinho	2	5.9
	VI Humaita	1	2.9
	VI Rosali	3	8.8
	VI S Joao	2	5.9
	Total	34	100.0
SAO PEDRO DA ALDEIA	Balneario Das Conchas	1	25.0
	Não Informado	3	75.0
	Total	4	100.0
SEROPEDICA	B Esperanca	1	25.0
	C Rio	1	25.0
	Cpo Lindo	1	25.0
	Prq D Bosco	1	25.0
	Total	4	100.0
TANGUA	Jd Bandeirantell	3	100.0



### APÊNDICE III: Número de Denúncias Recebidas no Disque-Denúncia contra Milícias por Natureza

Estado do Rio de Janeiro: Jan-2006 a Abr-2008

Natureza	Número de Denúncias	%
“Extorsão simples”	1549	19.5
“Desvio de conduta”	1532	19.3
“Posse ilícita de armas fogo”	992	12.5
“Homicídio consumado”	507	6.4
“Ameaça”	445	5.6
“Tráfico de drogas”	381	4.8
“Rádio tv telefonia clandestina”	324	4.1
“Concussão”	262	3.3
“Grupos de extermínio”	180	2.3
“Uso ilícito de armas fogo”	161	2.0
“Lesão corporal”	155	1.9
“Obstrução de vias públicas”	144	1.8
“Invasão de propriedade”	126	1.6
“Guarda comércio ilícito de armas fogo”	109	1.4
“Corrupção”	87	1.1
“Tentativa de homicídio”	64	.8
“Estelionato”	61	.8
“Obra irregular”	49	.6
“Transporte alternativo irregular”	48	.6
“Localização de foragidos da justiça”	46	.6
“Depósito clandestino de gás”	39	.5
“Seqüestro simples e cárcere privado”	37	.5
“Abuso de autoridade”	37	.5
“Barulho”	36	.5
“Apropriação indébita”	34	.4
“Roubo de veículos automotores”	31	.4
“Roubo furto a residências”	31	.4
“Jogos de azar”	30	.4
“Consumo de drogas”	21	.3
“Tiroteio entre quadrilhas”	21	.3
“Bomba granada morteiro”	21	.3
“Recep comerc prod roubados furtados”	20	.3
“Roubo furto a transeuntes”	19	.2

Natureza	Número de Denúncias	%
“Corrupção de menores”	19	.2
“Baderna”	18	.2
“Encontro de cadáver”	17	.2
“Est comercial industrial sem alvará”	16	.2
“Uso ilegal de serviços públicos”	16	.2
“Roubo de carga”	15	.2
“Documento público particular”	14	.2
“Favorecimento à prostituição lenocínio”	13	.2
“Criança e adolescente infrator”	12	.2
“Vandalismo”	12	.2
“Roubo furto a estabelecimentos”	11	.1
“Venda de bebidas alcoólicas à menores”	11	.1
“Estupro”	10	.1
“Prostituição infantil”	10	.1
“Maus tratos”	10	.1
“Guarda e comércio de munição”	10	.1
“Apologia ao tráfico”	10	.1
“Cemitério clandestino”	8	.1
“Mau aten órgãos públicos e privados”	7	.1
“Violência contra mulher”	6	.1
“Pessoas desaparecidas”	6	.1
“Desmonte veículos”	6	.1
“Atos obscenos”	6	.1
“Extração irregular de árvores”	6	.1
“Extorsão mediante seqüestro”	5	.1
“Veículos abandonados”	5	.1
“Direção perigosa”	5	.1
“Presença de menores casa noturna”	4	.1
“Sonegação de impostos”	4	.1
“Contrabando”	3	.0
“Desmatamento florestal”	3	.0
“Recl produtos ou serviços defeituosos”	3	.0

## Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro

Natureza	Número de Denúncias	%
“Suspeita de roubo furto”	3	.0
“Danos a patrimônio público”	3	.0
“Moeda metálica papel-moeda”	3	.0
“Obras audiovisuais literárias artísticas”	3	.0
“Roubo a instituições financeiras”	2	.0
“Furto de fios de cobre”	2	.0
“Atentado violento ao pudor”	2	.0
“Assédio sexual”	2	.0
“Uso indevido de verbas públicas”	2	.0
“Incêndio e perigo”	2	.0
“Outros”	2	.0
“Utilização de rádio telefonia”	2	.0
“Nº chassi sinal identificador de auto”	2	.0
“Adulteração de combustíveis”	2	.0
“Aborto”	1	.0
“Violência contra idoso”	1	.0
“Furto de veículos automotores”	1	.0
“Furto de peças e acessórios veículos”	1	.0
“Tráfico de mulheres”	1	.0
“Trabalho forçado”	1	.0
“Tráfico de menores”	1	.0
“Pega de veículos”	1	.0
“Estacionamento irregular”	1	.0
“Praga de ratos ou insetos”	1	.0
“Venda alimentos perecíveis fora validade”	1	.0
“Criação animais des normas segurança”	1	.0
“Corrupção”	1	.0
“Auxílio a fuga”	1	.0
“Poluição das águas”	1	.0
“Discriminação sexual”	1	.0
“Recl escolas públicas e privadas”	1	.0
“Vazamento de informações sigilosas”	1	.0
“Suspeita de cativo”	1	.0
“Blitz de assaltantes”	1	.0
“Seqüestro relâmpago”	1	.0

Natureza	Número de Denúncias	%
“Atentado a bomba terrorismo”	1	.0
“Omissão de socorro”	1	.0
“Maus tratos contra animais”	1	.0
“Extração irregular de solo”	1	.0
“Guarda comércio de animais silvestres”	1	.0
Total	7958	100.0

Fonte: Disque-Denúncia



#### APÊNDICE IV: Roteiro de entrevista

1. Como foi que as milícias passaram a tomar conta da comunidade?
  - a. Desde quando?
  - b. Quem dominava antes a comunidade?
  - c. Como foi a entrada das milícias ? (duração, violência, participação da policia, etc. )
  - d. O que aconteceu com os que estavam com o grupo anterior?
  
2. Composição das Milícias
  - a. Quantos são?
  - b. Quem são os membros (moradores, policiais, outros)? Quais deles moram na comunidade?
  - c. Que armamento eles têm? Fica a mostra?
  - d. Têm uniforme?
  - e. Que normas existem entre os membros da milícia? Qual é a punição para quem não cumpre?
  
3. Forma de Atuação
  - a. Onde ficam?
  - b. Eles patrulham a comunidade?
  - c. Tem turnos? De quantas pessoas?
  - d. Há toque de recolher?
  - e. Há portões ou algum outro tipo de restrição de acesso?
  - f. Atividades que eles controlam: transporte, gás, tv a cabo, alguma outra
  - g. Comerciantes pagam alguma taxa? Quanto? É obrigatória? O que acontece com quem não paga?
  - h. Moradores pagam alguma taxa? Quanto? É obrigatória? O que acontece com quem não paga? Em caso afirmativo, existe alguma forma de marcar as casas “protegidas”
  
4. Vida na comunidade
  - a. Qual é a atitude da comunidade em relação à milícia?
  - b. Qual é a relação da milícia com as instituições (Igreja, Associação de Moradores, Escola)?
  - c. As milícias têm alguma vinculação com políticos?
  - d. As milícias financiam algum tipo de atividade comunitária ou dão ajuda econômica para os moradores de alguma forma? (remédios, festas, etc.)
  - e. Quais são as normas e proibições para os moradores?

- f. É possível trazer mercadorias de fora para dentro da comunidade?
- g. As pessoas podem consumir álcool e drogas livremente na comunidade?
- h. As pessoas podem comprar produtos livremente fora da comunidade?
- i. Existem máquinas caça-níqueis na comunidade? Quem controla?
- j. Existe venda de drogas na comunidade? Quem controla?
- k. Desde que a milícia toma conta da comunidade houve casos de...?
  - i. Violência, mortes
  - ii. Pessoas desaparecidas
  - iii. Denúncias sobre crimes cometidos na comunidade

#### APÊNDICE V: Roteiro de grupo focal

1. Quem são os membros das milícias?
2. Como foi que as milícias passaram a tomar conta da comunidade?
3. Que normas as milícias impoem dentro da comunidade?
- 3.b. Quais são as punições para quem não cumpre ?
4. Eles controlam alguma atividade econômica? Como?
5. Que grau de violência existe na comunidade desde que as milícias estão (incluindo conflitos entre eles, com a polícia ou violência contra os moradores)
- 5.b Como esta violência se compara com a que existia na época do tráfico?
6. Há casos em que as pessoas procurem os membros das milícias para resolver conflitos internos na comunidade?
7. Há alguma relação da milícia com figuras políticas?

# SEGURANÇA TRÁFICO E MILÍCIAS

no Rio de Janeiro

## ARTIGOS:

Itamar Silva e Lia de Mattos Rocha;  
José Cláudio Souza Alves;  
Camila Ribeiro, Rafael Dias e Sandra Carvalho;  
Jailson de Souza e Silva, Fernando Lannes Fernandes  
e Raquel Willadino Braga;  
Roberto Leher.

## PESQUISA:

Autor: Ignacio Cano;  
Equipe de pesquisa:  
Andreia Marinho, Ana Paula Costa, Carolina Iooty,  
Garcia Neves Quitari, Rafael Dias, Ulysses Fernando Freitas da Silva,  
Fernanda Souza, Eduardo Ribeiro.

EDITORA: Fundação Heinrich Böll

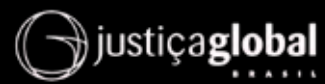
CAPA. PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Monte Design



É permitida a reprodução total ou parcial dos textos aqui reunidos, desde que seja citado(a) o(a) autor(a) e que se inclua a referência ao artigo original.



ORGANIZAÇÃO:



APOIO:



[www.global.org.br](http://www.global.org.br)

[www.boell.org.br](http://www.boell.org.br)